TROTSKISMOS

DANIEL BENSAÏD

EDIÇÕES COMBATE

TROTSKISMOS

Daniel Bensaïd

Prefácio de Alda Sousa

PREFÁCIO

No ano em que se comemoram os 70 anos da fundação da Quarta Internacional e os 35 da formação da LCI (Liga Comunista Internacionalista), a publicação em português do livro de Daniel Bensaïd sobre os trotskismos não poderia ser mais oportuna. Como o próprio autor afirma na nota introdutória: "Apesar de algum recuo relativo e do esforço de compreensão distanciada que procurei ter, não pretendo ter escapado à subjectividade inerente às experiências e comprometimentos pessoais". Para Daniel Bensaïd, não se trata pois de elaborar uma história das correntes trotskistas, mas sim "de dar sentido às controvérsias políticas e teóricas que marcaram esta história agitada".

Não é minha intenção fazer aqui uma história dos grupos trotskistas em Portugal. A cronologia publicada na página da APSR[1] dá-nos uma panorâmica bastante precisa da corrente LCI/PSR.

Não pretendendo retirar à leitora e ao leitor o prazer de ler por si mesmo(a) este livro, gostaria no entanto de deixar algumas notas para a sua leitura.

Bensaïd faz questão de nos alertar (ou lembrar a quem se possa ter esquecido) que o epíteto de trotskista, forjado pelos seus adversários, começou por ser pejorativo e estigmatizante, uma "estrela amarela" que marcou a origem das várias identidades analisadas no livro. Muitos de nós terão bem presente na memória o filme "A Confissão" de Costa-Gavras (1970), exibido em Portugal dois anos antes do 25 de Abril. Yves Montand interpreta a personagem de Gerard/Anton Ludvik (aliás Artur London, ex-ministro do governo da Checoslováquia), que foi preso por acusação de "espionagem e traição, sionismo e trotskismo"! Sofreu tortura do sono, com holo-

---

[1] www.combate.info

fotes potentes permanentemente dirigidos para os seus olhos: "Confessa, confessa que és trotskista!". Foi assim nos processos dos anos 50 (processo Slansky, 1951) na antiga Checoslováquia. Tinha sido assim nos processos de Moscovo (1936-38) e na Barcelona republicana em que a GPU raptou e assassinou Andrès Nin, dirigente do POUM.

Este filme representou, na altura, para mim (e creio que para muitos e muitas de nós) um poderoso incentivo a conhecer mais de perto essa heresia maldita que era apelidada com desprezo de trotskismo.

Bensaïd alerta-nos logo no início do livro para a necessidade de usarmos um "prudente plural": trotskismos no plural, em vez de trotskismo no singular. No fim do capítulo "as tribos dispersas", o autor afirma:

> "Sublinhemos enfim que, seja quais forem as caracterizações divergentes da União Soviética, Pablo como Castoriadis, Mandel como Cliff, Cannon como James, consideravam todos a revolução russa como uma revolução autêntica e não como um golpe de Estado. Todos datavam igualmente a viragem contra-revolucionária qualitativa do primeiro Plano Quinquenal e do grande terror dos anos 30" (p. 83).

É também o próprio Bensaïd a reconhecer que, por vezes, as diferenças são maiores que as similitudes entre essas diferentes tribos marcadas pela herança da derrota e do isolamento. Muitas tiveram tendência "a confiar mais na influência das ideias do que na relação real de forças efectivas"(p. 93). "Os hábitos da luta a contra-corrente podem virar para o sectarismo. A desproporção entre a actividade teórica e a possibilidade de verificação prática levam a um exacerbar

das disputas doutrinais e ao fetichismo dogmático da letra" (p. 17). Ou ainda "A maioria dos que pretenderam combater esta impaciência não conseguiu escapar a um propagandismo fora do tempo ou a uma ortodoxia doutrinária" (p. 96). O sectarismo (e algumas das formas de o evitar) é um dos fios condutores do livro.

Por fim, a imagem de divisões e cisões, frequentemente atribuída às correntes trotskistas, está patente no diagrama/organograma incluído na introdução. A leitura do livro mostra-nos como muitas das polémicas parecem hoje absolutamente excessivas ou mesmo ridículas. O que Bensaïd faz é contextualizá-las nos grandes problemas da época de que elas acabavam por ser um eco, traçando alguns dos elementos políticos constitutivos dos trotskismos:

> "O enigma da revolução estalinista ocupa nelas um lugar central: como compreender a evolução da revolução russa para um regime de terror burocrático? Como definir o fenómeno inédito do estalinismo e como nos situarmos perante ele? Mas também, como vencer o fascismo e como nos orientarmos na prova das guerras para não nos fecharmos na lógica binária dos campos e numa política do mal menor que constitui tantas vezes o caminho mais curto para o pior? Que atitude adoptar face às lutas de libertação nacional e aos regimes delas saídos?" (p. 16 e 17).

A ruptura de Trotsky, a oposição entre teoria da revolução permanente e socialismo num só país, as reivindicações transitórias, a frente única e a luta contra o fascismo, a luta contra o estalinismo e a burocracia, as dificuldades e as hesitações sobre a criação da IV Internacional (nesses difíceis anos 30, com a opção de Trotsky pela sua criação, depois das grandes purgas na URSS e da derrota da

revolução em Espanha) são alguns dos temas que atravessam os primeiros capítulos.

De onde Bensaïd passa ao eclodir da II Guerra Mundial e à situação de pequenos núcleos militantes que se opunham a forças colossais, naquilo a que chamou "herança sem manual de instruções". Algumas das histórias do *entrismo* podem hoje fazer-nos sorrir. Contudo, num registo mais sério, o autor analisa os "vícios" que se criam com a táctica de entrismo ("a tendência a tornar-se mutantes", p. 106) que, em algumas organizações, foram (e são) levados ao extremo de fazer *entrismo* em organizações revolucionárias. Nos últimos capítulos, Bensaïd fala-nos de um tempo que muitos e muitas de nós viveram mais directamente: as lutas estudantis e o ascenso do movimento operário nos anos 70, sem que, contudo, as organizações tradicionais tenham sofrido fracturas decisivas. E da mudança de época a partir do início dos anos 80, com a enorme complexidade que lhe conhecemos. Mas em que a IV Internacional, no seu congresso de 1985, reconhece claramente que a crise de direcção revolucionária internacional já não pode ser colocada nos termos dos anos 30. "Já não se trata de fornecer uma direcção de mudança a um movimento operário internacional formado numa cultura revolucionária no seguimento da revolução russa" (p. 126), muito menos de "se tomar por um partido mundial imaginário" (p. 127).

A leitura deste livro deixa-nos, sem dúvida, uma sensação amarga sobre muito heroísmo e tenacidade, mas também sobre as oportunidades perdidas, de que é espelho o seu último parágrafo.

> "O colapso do "socialismo realmente existente" libertou uma nova geração de anti-modelos que envenenam o imaginário e comprometem a própria ideia do comunismo. Mas, a alternativa à barbárie do Capital não se desenhará sem um balanço sério

> do século que se concluiu. Nesse sentido, pelo menos, um certo trotskismo, ou um certo espírito dos trotskismos, não está ultrapassado. A sua herança sem manual de instruções é, sem dúvida, insuficiente, mas não menos necessária para desfazer a amálgama entre estalinismo e comunismo, libertar os vivos do peso dos mortos, e virar a página das desilusões." (p. 133)

O livro de Bensaïd detém-se no início do século XXI, altura em que os Fóruns Sociais Mundiais e os movimentos alter-globais conheciam uma dinâmica e um apogeu que entretanto se desvaneceu.

Os tempos que hoje vivemos são ainda de derrota do campo dos trabalhadores e da esquerda, de vitória do capitalismo neoliberal, de guerra, de aquecimento global, de crise alimentar.

As resistências sociais e políticas ao rolo compressor do neoliberalismo são desiguais. Na maioria dos casos as lutas continuam a ser defensivas. O fosso entre resistências sociais e a sua tradução em termos de consciência anti-capitalista é ainda grande.

Mas, se os momentos de derrota e isolamento podem ser propensos a sectarismos, também podem ser férteis em novas soluções e construção de novas "constelações", de que a Aliança Verde e Vermelha na Dinamarca e o Bloco de Esquerda (até agora o projecto mais sólido e com mais sucesso na recomposição da esquerda anti-capitalista europeia) são exemplos. Com o processo de criação de um novo partido anti-capitalista em França, em que a LCR está profundamente empenhada, alarga-se a possibilidade de construção de um campo alternativo que permita refundar a esquerda para políticas socialistas.

No momento em que acabo este texto, realizou-se a primeira reunião de Coordenação Nacional dos comités para um novo partido

anti-capitalista. Foi um sucesso e uma esperança na possibilidade de, segundo Olivier Besancenot, a esquerda radical “mudar de escala”, não só numericamente mas também na capacidade de ter peso nas alternativas.

Pretender fundar novas organizações com base nas heranças dos trotskismos seria desistir da tarefa de construir organizações anti-capitalistas alargadas e seria certamente um caminho votado ao fracasso. Os elementos constitutivos de novas forças anti-capitalistas não deverão ser postos em termos de escolhas ideológicas ditadas por ou na linha dessas heranças históricas. Mas há dois elementos imprescindíveis e igualmente importantes: a convergência política em termos das tarefas de intervenção e o pluralismo das novas formações que deverão agrupar correntes de origem diversa, nos antípodas dos partidos-fracção. Neste contexto, há por vezes muito pouco em comum entre as correntes ou organizações que se reclamam do trotskismo e que não sabem/não querem conviver com as diferenças. Voltando ao diagrama da introdução, como acontece em outras árvores genealógicas ou filogenéticas, apesar de antepassados comuns, as diferenças entre ramos aparentemente próximos podem ser tão intransponíveis como as que separam duas cidades em encostas diferentes de uma mesma montanha.

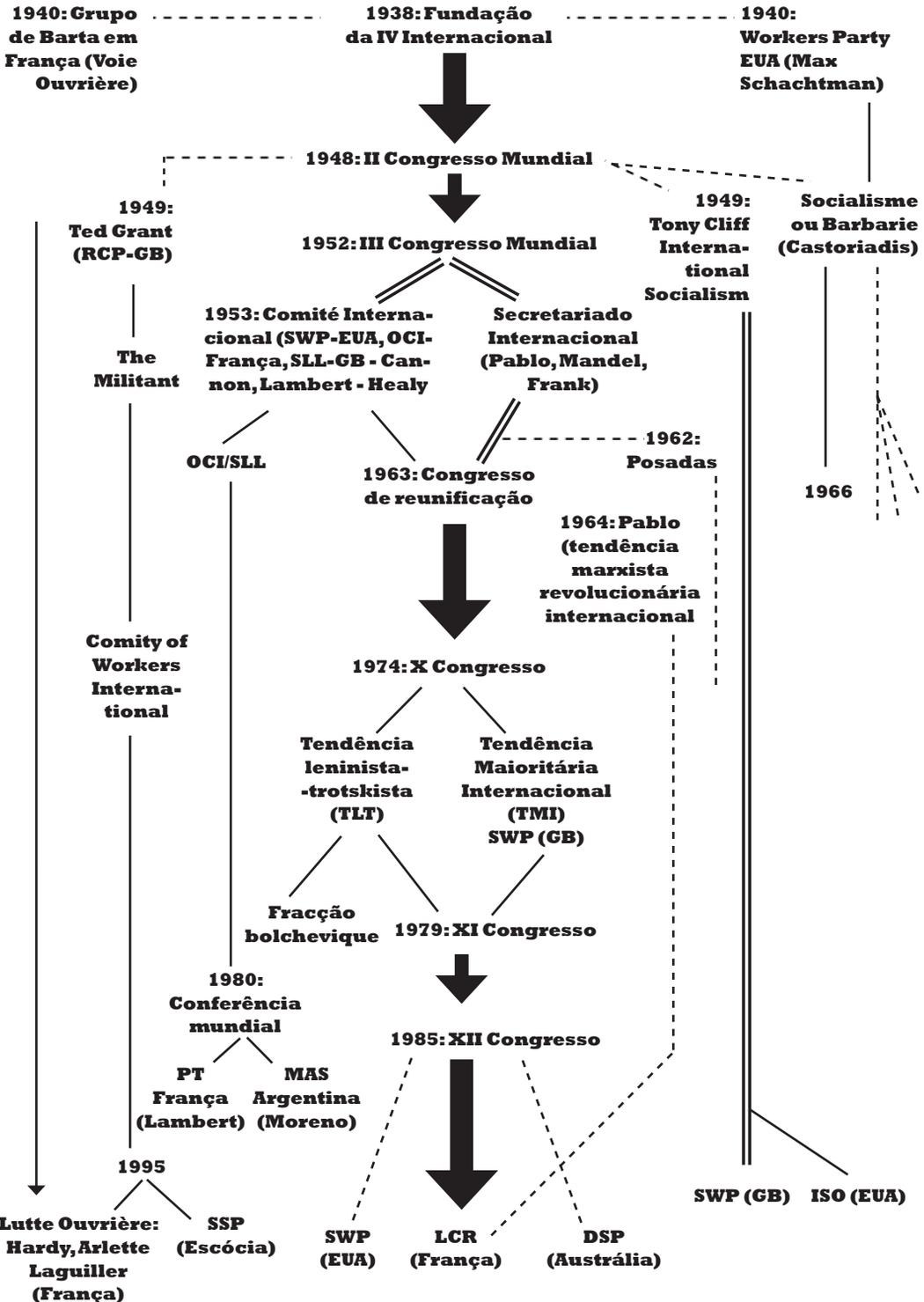
Mas um outro elemento ainda é fundamental neste princípio de século que pode ser fundador: a recusa em ser gestor ou co-gestor de políticas neoliberais, mesmo que disfarçadas de social-democracia. Neste contexto, a capitulação do PT brasileiro representa muitas décadas de recuo. Também a experiência do Partido da Refundação Comunista italiana acaba por ser dramática. A este propósito, gostaria de citar o próprio Bensaïd, num texto recente[2] publicado no Le Monde de 8 de Maio último.

---

[2] http://www.lcr-rouge.org/spip.php?article1606

«A desastrosa lição italiana apenas reforça a necessidade de um novo partido, portador de uma verdadeira alternativa a um sistema capitalista selvagem e que seja independente do social-liberalismo anunciado».

Alda Sousa
Junho 2008

1940: Grupo de Barta em França (Voie Ouvrière)
1938: Fundação da IV Internacional
1940: Workers Party EUA (Max Schachtman)
1948: II Congresso Mundial
1949: Ted Grant (RCP-GB)
1949: Tony Cliff International Socialism
Socialisme ou Barbarie (Castoriadis)
1952: III Congresso Mundial
1953: Comité Internacional (SWP-EUA, OCI-França, SLL-GB - Cannon, Lambert - Healy
Secretariado Internacional (Pablo, Mandel, Frank)
The Militant
OCI/SLL
1962: Posadas
1963: Congresso de reunificação
1966
1964: Pablo (tendência marxista revolucionária internacional
Comity of Workers International
1974: X Congresso
Tendência leninista-trotskista (TLT)
Tendência Maioritária Internacional (TMI) SWP (GB)
Fracção bolchevique
1979: XI Congresso
1980: Conferência mundial
PT França (Lambert)
MAS Argentina (Moreno)
1985: XII Congresso
1995
SWP (GB)
ISO (EUA)
Lutte Ouvrière: Hardy, Arlette Laguiller (França)
SSP (Escócia)
SWP (EUA)
LCR (França)
DSP (Austrália)

Introdução

ACTUALIDADE DOS TROTSKISMOS

Os lapsos de memória de Lionel Jospin suscitaram uma onda de curiosidade relativamente ao "trotskismo". A sua presença espectral assombra o grémio mediático. Torna-se a última moda, "ter-se sido". Este interesse de circunstância colocou, no entanto, em evidência o desconhecimento histórico e político ligado a este vocábulo exótico que evoca, para a maioria dos nossos contemporâneos, a lenda da Revolução Russa, o Soviete de Petrogrado, a tomada do Palácio de Inverno ou a epopeia do Exército Vermelho. Para os mais cultos, está associado ao *Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente*, redigido em 1938 por Léon Trotsky e André Breton. Quanto aos cinéfilos, lembram-se de um – mau – filme de Joseph Losey sobre o assassinato de Trotsky, com Richard Burton no papel-título e Alain Delon no do assassino teleguiado por Estaline.

Após as revelações sobre o passado do primeiro-ministro, numerosos comentadores admitiram, não sem alguma hipocrisia, que a sua trajectória ideológica não estava em causa: não é, de facto, nenhuma desonra, para um brilhante estudante dos anos 1950, ter sido "uma criança do Suez e de Budapeste", solidário tanto com as lutas de libertação nacional, como com os levantamentos anti-burocráticos da Polónia e da Hungria em 1956. Sob o pretexto de não uivar com os lobos[1], "os amigos da URSS" e os dirigentes dos partidos comunistas oficiais fechavam então os olhos aos danos colaterais criminosos do balanço "globalmente positivo" do estalinismo ou sobre a parte sangrenta da "Grande Revolução Cultural Proletária" na China. Mas os silêncios de Lionel Jospin também confortaram os fantasmas e a suspeição relativamente a um universo secreto, grupuscular e conspirativo, associado ao termo inquietante de "entrismo", propício às elucubrações policiais. Três observações introdutórias à compreensão histórica dos trotskismos parecem então ser necessárias.

---

[1] A expressão francesa "hurler avec les loups" designa a participação acrítica e seguindo a opinião comum nos ataques a alguém [nota da tradução].

1 / O próprio epíteto de "trotskista" foi uma qualificação pejorativa e estigmatizante forjada pelos seus adversários. Nos anos 1930, na época dos processos, quando soava a meia-noite no século, as inteligências servis do Kremlin inventariam mesmo o oxímoro de "hitlero-trotskismo". Nos anos 1960, Léo Figuères, escriba zeloso do estalinismo à francesa, insistia ainda num *factum* de encomenda: "o trotskismo, esse anti-leninismo". A palavra equivalia a uma espécie de estrela amarela. O longo cortejo daqueles a quem Natalia Sedova, a companheira de Trotsky, chamava "fantasmas de rostos esburacados" como testemunho: Andreu Nin, liquidado nas prisões espanholas do NKVD, Rudolf Klément, assassinado em França, Pietro Tresso, liquidado pelos seus companheiros de detenção no '*maquis*', Tha-Tu-Thau e os seus companheiros assassinados pelos estalinistas vietnamitas, os trotskistas gregos executados pelos serviços especiais do PC grego, Zavis Kalandra, executado pelos estalinistas checos em 1950. Léon Trotsky foi ele próprio apanhado pelos assassinos em 1940, no México. Milhares de vítimas das purgas e dos processos de Moscovo foram fuzilados ou desapareceram no anonimato do 'Gulag'. Se assumiram por desafio uma denominação que se queria infamante, os "trotskistas" dos anos 1930 preferiam "definir-se como "bolcheviques-leninistas", "marxistas revolucionários" ou "comunistas internacionalistas", pleonasmo tornado necessário para se distinguirem do comunismo confiscado pela reacção burocrática.

2 / Se, no singular, o trotskismo remete para uma origem histórica comum, o termo serviu demasiado para ser utilizado sem um prudente plural. A partir da bagagem programática constituída por Trotsky entre as duas guerras, os acontecimentos maiores do século produziram diferenciações tais que o que distingue e opõe as diferentes correntes saídas do "trotskismo" é por vezes tão ou

mais importante do que o que as aproxima. Em termos de herança, a piedade filial nem sempre é a melhor prova de fidelidade e há frequentemente mais fidelidade na infidelidade crítica do que na beatice dogmática. É, portanto, mais conforme à realidade falar *em trotskismos* no plural, em vez de *do trotskismo* no singular.

Tanto que, a essas diferenciações políticas, se acrescentam hoje as aclimatações culturais constitutivas de um trotskismo anglo-saxão, de um trotskismo europeu principalmente francófono, de um trotskismo latino-americano ou, ainda, de um trotskismo asiático (na China, no Vietname, no Japão, no Sri Lanka). Cada um destes conjuntos continentais conhece por sua vez especificidades nacionais. Um quadro exaustivo deveria ser alargado aos núcleos mais frágeis em África, aos países árabes ou à Oceania. Tributário de uma experiência pessoal, o presente ensaio ficar-se-á, mais modestamente, pelas grandes controvérsias que agitaram estes movimentos, principalmente na Europa e na América do Norte e Latina.

3 / Finalmente, está agarrada ao trotskismo uma imagem de divisões e de cisões, na qual os seus adversários encontraram com frequência matéria para sarcasmo. Antes orgulhosas do seu monolitismo, as grandes organizações do movimento operário não são poupadas actualmente às lutas de clãs, de cliques e de fracções, nas quais as rivalidades pessoais têm muitas vezes mais espaço do que as questões de programa. Muitas das polémicas entre trotskistas podem, em contrapartida, parecer, recuando no tempo, excessivas ou irrisórias. O seu núcleo racional faz, no entanto, eco dos grandes problemas da época. O enigma da revolução estalinista ocupa nelas um lugar central: como compreender a evolução da revolução russa para um regime de terror burocrático? Como definir o fenómeno inédito do estalinismo e como nos situarmos perante ele? Mas também, como vencer o fascismo e como nos orientarmos na prova

das guerras para não nos fecharmos na lógica binária dos campos e numa política do mal menor que constitui tantas vezes o caminho mais curto para o pior? Que atitude adoptar face às lutas de libertação nacional e aos regimes delas saídos?

Há, nas respostas dadas a estas questões, um esforço patético para salvaguardar a razão, apesar das irracionalidades e dos tumultos de um século obscuro. Uma existência minoritária tão longa (Trotsky não imaginava uma tão longa travessia do deserto) está cheia de patologias grupusculares. Os hábitos da luta a contra-corrente podem virar para o sectarismo. A desproporção entre a actividade teórica e a possibilidade de verificação prática levam a um exacerbar das disputas doutrinais e ao fetichismo dogmático da letra. Assim como existe um povo do livro, há de facto um comunismo do livro para o qual as divergências tácticas surgem como questões de vida ou de morte. Muitas vezes sem fundamento; às vezes com razão. Não o verificamos senão depois, quando o pássaro de Minerva iniciou o seu voo crepuscular.

Tendo de escovar a história a contrapelo durante tanto tempo, as organizações trotskistas seleccionaram com frequência personalidades desconfiadas, rebeldes e *'outsiders'* de cabeça dura, mais aptos para a insubmissão e a dissidência do que para a construção e a conjugação, "pessoas inteligentes, constatava já Trotsky, que têm mau feitio e são sempre indisciplinadas".

Uma corrente longamente minoritária impregna-se igualmente, apesar de si própria, daquilo a que pretende resistir. Nunca é demais relembrar até que ponto a obsessão da traição e da violência física gangrenou durante décadas o movimento operário. As organizações trotskistas nem sempre escaparam à tentação de papaguear a mitologia bolchevique forjada pelo estalinismo triunfante. É preciso, porém, evitar a ilusão de uma vida política relativamente (e provisoriamente) pacificada pela rotina parlamentar. Se, como dizia o

presidente Mao, a revolução não é um jantar de gala, os anos entre as duas guerras, durante os quais se formam as correntes de que aqui falamos, foram aqueles dos venenos e dos punhos, das infiltrações e das provocações, das liquidações e dos crimes, testemunhados por livros como *Sem Pátria nem Fronteira*, de Jan Valtin, *Le glaive et le fourreau*, de Gustav Regler, ou *Homenagem à Catalunha*, de George Orwell, sem falar nas numerosas biografias e testemunhos da Rússia sob Estaline.

A tumultuosa história dos trotskismos gira em torno de uma grande questão: como continuar "revolucionários sem revolução" (segundo o título das memórias do surrealista André Thirion)? Como o grande amor nos romances de Marguerite Duras, é o paradoxo de um imperativo tão impossível como necessário face às ameaças que pesam sobre o futuro da humanidade. Daí este heróico corpo a corpo com a época. Apesar das posturas em que a estética da derrota e o protesto moral superam por vezes a preocupação da eficácia imediata, a história dos trotskismos manifesta uma exigência eminentemente política de não ceder, não renunciar, não entregar as armas. A vitória póstuma de Trotsky e dos seus herdeiros, conhecidos ou anónimos, terá sido activar tesouros de coragem e de inteligência para não perder o Norte, enquanto tantas outras cabeças com reputação de bem feitas se juntavam, por lassidão ou oportunismo, aos vencedores do momento, quer se tratassem de potências ocidentais ou de burocracias totalitárias. Desenrolando o seu fio de Ariane nos labirintos de uma época opaca, estes combatentes da retaguarda salvaram os vencidos daquilo a que o historiador inglês E. P. Thompson chamava "a esmagadora condescendência da posteridade".

Basta contemplar o campo de ruínas do estalinismo decomposto e da social-democracia convertida ao liberalismo – confusão histórica, esterilidade teórica, inconsistência política, incapacidade de se explicarem com um passado que não passa – para apreciar a devida

importância desta vitoriosa derrota. Ela preserva a possibilidade de recomeçar, transmitindo às novas gerações a memória e os elementos de compreensão do "século dos extremos", necessários para nos aventurarmos nas incertezas e nos perigos do século que começa.

Capítulo I
AS BAGAGENS DO ÊXODO

Certas teses "trotskistas", como a teoria da revolução permanente, surgem desde o início do século, a propósito da revolução russa de 1905. Em contrapartida, o termo "trotskismo" não se banaliza no jargão burocrático senão em 1923-1924. Depois da guerra civil vitoriosa, e mais ainda em 1924 após a derrota do Outubro alemão (1923) e a morte de Lenine, os dirigentes da Rússia soviética e da Internacional Comunista encontram-se então numa situação imprevista de estabilização relativa da situação internacional e de longo isolamento da União Soviética. Já não é a base social que mantém o gabinete de Estado, mas sim a vontade do gabinete que se esforça por arrastar a base.

Vítima de um primeiro ataque cerebral em Março de 1923, Lenine apressa Trotsky a empenhar-se na luta contra Estaline sobre a questão do monopólio do comércio externo, sobre a das nacionalidades e sobretudo sobre o regime interno do partido. Numa carta ao Comité Central de Outubro de 1923, Trotsky denuncia a burocratização das instituições do Estado. Em Dezembro do mesmo ano, ele sintetiza essas críticas numa série de artigos apelando a um "Novo Curso". A direcção empenha-se então no combate contra o "trotskismo" e as suas reivindicações: o restabelecimento da democracia interna no partido e a adopção de uma planificação económica para controlar os efeitos desiguais e centrífugos da Nova Política Económica. Em Dezembro de 1924, no *Pravda*, Estaline caracteriza pessoalmente o trotskismo como uma "desesperança permanente". Opõe-lhe a construção audaciosa "do socialismo num só país", em vez de esperar a salvação de uma hipotética extensão da revolução que tarda em se concretizar.

Após o recrutamento massivo da "promoção Lenine", em 1924, os milhares de veteranos de Outubro já não pesam muito nos efectivos do partido, face às centenas de milhar de recém-chegados, incluindo numerosos carreiristas de última hora. Os massacres da Grande

Guerra e as crueldades da guerra civil criaram, num país desprovido de tradições democráticas, um habituar às formas extremas de violência social e física. A mudança radical da II guerra e da guerra civil marcam, assim, "um grande salto atrás" e uma "arcaízação" do país relativamente ao nível de desenvolvimento esperado antes de 1914. Dos 4 milhões de habitantes de Petrogrado em 1917, não restam senão 1,7 em 1929. Mais de 380.000 operários deixaram a produção e apenas 80.000 ficaram no seu posto de trabalho. Cidadela operária, as fábricas Poutilov perderam quatro quintos do seu efectivo. Mais de 30 milhões de camponeses conheceram a escassez e a fome. As cidades devastadas vivem à custa das campanhas submetidas às requisições autoritárias. "Na verdade, nota o historiador Moshe Lewin, o Estado forma-se sobre a base de um desenvolvimento social regressivo".

Os privilégios prosperam sob a penúria. Nisto reside a raiz fundamental da burocratização. No diário ditado aos seus secretários, Lenine, já doente, considerava em 1923: "chamamos nosso a um aparelho que nos é profundamente estranho e que representa uma miscelânea de sobrevivências burguesas e czaristas". Nesse ano, os preços industriais tinham praticamente triplicado relativamente aos preços anteriores a 1914, enquanto os preços agrícolas não tinham aumentado senão 50%. Esta desproporção anunciava já o desequilíbrio entre cidade e campo e a recusa dos camponeses em vender as suas colheitas a preços baixos impostos quando não havia nada que comprar em contrapartida.

Os dirigentes bolcheviques tinham sempre concebido a revolução na Rússia como génese e primeira parte de uma revolução europeia ou, pelo menos, como um prelúdio da revolução alemã. A questão colocada em 1923 era, portanto, como aguentar até à eventual recuperação do movimento revolucionário na Europa? Em 1917, todos os partidos russos admitiam que o país não estava pronto para o

socialismo, mas o "democrata" Milioukov considerava que também não o estava para a democracia. Ele não via alternativa senão entre uma ditadura militar de direita e a dos sovietes. Tratava-se de uma luta impiedosa entre revolução e contra-revolução.

Já antes da morte de Lenine, as respostas divergiam. A estratégia da "construção do socialismo num só país", defendida por Estaline e seus aliados, subordina as hipóteses de uma revolução mundial aos interesses da burocracia soviética; a da "revolução permanente", desenvolvida por Trotsky e pela corrente chamada *A Oposição de Esquerda*, subordina o futuro da revolução russa à extensão da revolução mundial. Estas estratégias contrárias implicam respostas divergentes face aos principais acontecimentos internacionais: sobre a segunda revolução chinesa de 1927, sobre o crescimento do nazismo na Alemanha e, mais tarde, sobre as orientações radicalmente inversas na guerra civil espanhola, sobre o pacto germano-soviético de 1939, ou sobre a preparação da guerra.

Elas implicam igualmente escolhas na política interna da própria União Soviética. Trotsky e a Oposição de Esquerda propuseram, a partir de 1924, um "Novo Curso" que visava reanimar a democracia soviética e a vida do partido. Eles preconizam uma política de planificação e de industrialização para reduzir as tensões entre a agricultura e a indústria. Mas vão opor-se à viragem brutal de Estaline, passando em 1928 do "socialismo a passo de tartaruga" pronunciado por Bukharin à colectivização forçada e à industrialização acelerada do primeiro plano quinquenal que semeia a desolação nos campos e provoca a grande fome de 1932 na Ucrânia.

Perante oposições tão vincadas, certos historiadores interrogaram-se sobre a passividade relativa de Trotsky após a morte de Lenine, sobre as suas reticências em desenvolver o combate sem tréguas contra Estaline, sobre a sua aceitação de manter oculto o testamento de Lenine. O próprio interessado forneceu explicações

lógicas plausíveis. Estava, no meio dos anos 1920, perfeitamente consciente da fragilidade de uma revolução cuja base operária e urbana estava desgastada e da necessidade de convergência com um campesinato recuado constituinte da esmagadora maioria da população. Num equilíbrio instável propício às soluções bonapartistas autoritárias, ele recusa apoiar-se no exército (no qual a sua popularidade permanecia grande) e na casta dos oficiais, pois um golpe de Estado militar não faria senão acelerar o processo de burocratização.

No entanto, a luta política estava bem lançada desde 1923. Em 1926, constituía-se uma oposição unificada que se definia como uma tendência respeitosa da legalidade do partido. O seu projecto inscrevia-se ainda, na verdade, na perspectiva da rectificação e de reforma do regime. Em Maio de 1927, após a derrota da segunda revolução chinesa, ela apela a uma mobilização da base militante. Em Outubro do mesmo ano, pelo décimo aniversário da revolução, Grigory Zinoviev e Trotsky são excluídos do partido. O segundo é exilado em Alma Ata. Mais de 1500 opositores são deportados. As purgas começam.

Em 1929, perante uma situação económica catastrófica, Estaline vira-se contra a direita do partido. Ele parece assumir para si, ao instituir o primeiro Plano Quinquenal, certas reivindicações da oposição. Esta viragem precipita um afundar da *Oposição de Esquerda*. Alguns dos seus prestigiados dirigentes viam nesta "revolução a partir de cima" uma viragem à esquerda. Sucedem-se capitulações, deserções. Para Trotsky, os que se juntaram ao regime termidoriano são agora "almas mortas": a planificação, sem restauração da democracia socialista, não visa senão reforçar o poder da burocracia. Um longo êxodo forçado nas margens dos movimentos de massas tem então início. Através destas lutas trágicas do período entre as duas guerras no seio do partido bolchevique, como na Internacional

Comunista (ou III Internacional), constituía-se assim a bagagem programática definidora do trotskismo original.

Ela resume-se, no essencial, em quatro pontos:

1 / *A oposição entre a teoria da revolução permanente e a do "socialismo num só país"*.

Os elementos desta estratégia surgiram a partir do ensaio de Trotsky sobre a revolução russa de 1905. São sistematizados no decorrer dos anos 1920 até encontrarem expressão sintética nas teses escritas à luz da revolução chinesa de 1927: "Para os países com desenvolvimento burguês retardatário, e em particular para os países coloniais, a teoria da revolução permanente significa que a verdadeira e completa solução das suas tarefas democráticas e de libertação nacional não podia ser senão a ditadura do proletariado assumindo a direcção da nação oprimida e, em primeiro lugar, das suas massas camponesas. (…)

A conquista do poder pelo proletariado não põe um termo à revolução, apenas a inaugura. A construção do socialismo não é concebível senão sobre a base da luta de classes à escala nacional e internacional (…). A revolução socialista não pode ser conseguida nos limites nacionais. Uma das causas essenciais da crise da sociedade burguesa é que as forças produtivas que ela cria tendem a sair do quadro do Estado nacional. Daí, as guerras imperialistas (…). Os diferentes países chegarão ao socialismo segundo ritmos diferentes. Sob certas circunstâncias, os países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado mais rapidamente do que os países avançados, mas chegarão ao socialismo mais tarde do que estes."

Na sua introdução de 1928 aos textos sobre *A Revolução Permanente*, Trotsky denuncia a colagem estalinista entre um "messianismo nacional" e um "internacionalismo burocraticamente abstracto". Ele defende que a revolução socialista prossegue, após a tomada do

poder: “uma luta interna contínua” através da qual a sociedade “não cessa de mudar de pele”, do que resulta o choque inevitável entre “os diferentes agrupamentos desta sociedade em transformação”. Esta teoria inscreve-se evidentemente numa concepção não-linear e não-mecânica da história, em que a lei do “desenvolvimento desigual e combinado” determina um campo de possibilidades, sem resultado decidido à partida. “O marxismo”, escreveu Trotsky, “parte de um ponto de vista da economia mundial concebida não como uma soma de partes nacionais, mas como uma potente realidade, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que na nossa época domina de forma esmagadora os mercados nacionais.”

2 / *Sobre as reivindicações transitórias, a frente única e a luta contra o fascismo.*

A questão, colocada à luz da revolução russa, é a das reivindicações capazes de mobilizar na maior unidade possível, de elevar na acção o nível de consciência e de criar a melhor relação de forças na perspectiva de confronto inelutável com as classes dominantes. Foi o que souberam fazer os bolcheviques em 1917, em torno de questões vitais: o pão, a paz, a terra. Tratava-se de sair de uma discussão abstracta sobre a virtude intrínseca das reivindicações, umas qualificadas de reformistas por natureza (compatíveis com a ordem estabelecida), as outras revolucionárias por natureza (não integráveis nessa ordem). O sentido das palavras de ordem depende do seu valor mobilizador relativamente a uma situação concreta e do seu valor educativo para aqueles que entram em luta. Esta problemática das “palavras de ordem transitórias” ultrapassa as antinomias estéreis entre um reformismo gradualista que crê poder mudar a sociedade sem a revolucionar, e um fetichismo da grande noite que reduz a revolução ao seu momento paroxístico, em detrimento do paciente trabalho de organização e de educação.

Este debate está directamente ligado àquele que esteve no centro das discussões estratégicas sobre o programa do V e do VI congressos da IC (Internacional Comunista). Reportando sobre a questão em 1925, Bukharin reafirma a validade da "táctica da ofensiva" do início dos anos 1920. O representante alemão Thalheimer defendia, em contrapartida, ao V Congresso a problemática da Frente Única e das reivindicações transitórias. Ele afirma nomeadamente: "Basta repensar a história da II Internacional e da sua desagregação para reconhecer que é precisamente a separação entre as questões quotidianas e os grandes objectivos que constitui o ponto de partida da sua derrapagem oportunista (…) A diferença específica entre nós e os socialistas reformistas não reside no facto de nós querermos eliminar do nosso programa as reivindicações de reformas, seja qual for o nome que lhes dermos, para as metermos num quarto separado. Consiste, sim, no facto de situarmos essas reivindicações transitórias na relação mais estreita com os nossos princípios e fins."

A questão voltou a estar na ordem do dia do VI Congresso de 1928, em condições profundamente diferentes. Exilado na Turquia a partir de 1929, Trotsky aproveitará a sua reforma forçada para aprofundar o balanço dos dez anos de experiências revolucionárias. Esta reflexão fornece a matéria dos ensaios sobre *A Internacional Comunista após Lenine*, publicados em Istambul em 1929. Na sua crítica ao programa da IC, Trotsky condenava o abandono da palavra de ordem dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Ele rejeitava a confusão entre a sua própria teoria da revolução permanente e a da ofensiva em permanência, de Bukharin. Ele caracterizava o fascismo como um "estado de guerra civil" levada a cabo pela sociedade capitalista contra o proletariado.

Pouco depois do Congresso, por uma uma reviravolta de 180º, a par da concretização da liquidação dos *kulaks*[2] e da colectivização forçada na União Soviética, a IC adoptava uma orientação "classe

contra classe", fazendo da social-democracia o inimigo principal, o que levaria a uma divisão fatal do movimento operário alemão face ao crescimento do nazismo. Numa brochura intitulada *O terceiro período de erro da Internacional Comunista*, Trotsky denunciava o curso desastroso como uma recaída, não num esquerdismo juvenil explicável pelo entusiasmo revolucionário, mas num esquerdismo senil e burocrático subordinado aos interesses do Kremlin e ao *zig-zag* da sua diplomacia. Na sua *História da Revolução Russa*, ele insistia sobre o estudo atento dos sinais de radicalização das massas (a evolução dos efectivos sindicais, os resultados eleitorais, a curva das greves) em vez de se proclamar abstractamente a disponibilidade constante para a acção revolucionária: "a actividade das massas pode, segundo as condições, assumir expressões muito diferentes. Em certos períodos, a massa pode estar totalmente absorvida pela luta económica e manifestar muito pouco interesse por questões políticas. Em contrapartida, depois de ter sofrido vários reveses importantes no campo da luta económica, ela pode virar bruscamente a sua atenção para o domínio político." Os seus *Escritos sobre a Alemanha* avançam, dia após dia, propostas unitárias de acção para vencer o resistível crescimento do nazismo. Eles fornecem um brilhante exemplo de um pensamento político concreto ajustado às mudanças da conjuntura. Valeram-lhe, no entanto, a ira do aparelho "ortodoxo" do Partido Comunista alemão, ligado à estúpida profecia segundo a qual "depois de Hitler, viria a vez de Thaelman [então secretário-geral do partido]".

Em 1938, o Programa de fundação da futura IV Internacional (ou *Programa de Transição*) resumia as conquistas dessas experiências: "É necessário ajudar as massas a encontrar no processo da sua luta quotidiana uma ponte entre as suas reivindicações imediatas e o programa da revolução socialista. Essa ponte deve consistir num

---

[2] N.T.: Grandes latifundiários na Rússia czarista.

sistema de reivindicações transitórias, que partam das condições actuais e da consciência real de largas camadas da classe operária, para as conduzir invariavelmente a uma e à mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado (...). A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho programa mínimo na medida em que elas conservem alguma força de vida. Ela defende incansavelmente os direitos democráticos dos trabalhadores e as suas conquistas sociais. Mas coloca esse trabalho quotidiano numa perspectiva revolucionária." Entre essas reivindicações, o programa insiste na escala móvel dos salários e das horas de trabalho, no controle operário sobre a produção (escola da economia planificada), e no levantamento do segredo bancário, na "expropriação de certos grupos capitalistas", na estatização do sistema de crédito. Ele atribui uma importância particular às reivindicações democráticas e nacionais nos países coloniais e semi-coloniais. Este programa não constitui a chave de um modelo de sociedade. Desenvolve, sim, uma pedagogia da acção na qual a emancipação dos trabalhadores é obra deles mesmos.

3 / *A luta contra o estalinismo e a burocracia.*

No início dos anos 1920, certos economistas soviéticos viam a economia capitalista mundial mergulhar num marasmo sem fim. Trotsky foi um dos primeiros a analisar o seu restabelecimento relativo. Nesse contexto, ele foi levado a pensar a economia soviética não como uma economia socialista, mas como "a economia de transição" num país submetido à ameaça constante de uma intervenção militar e obrigado a consagrar à defesa uma parte desmesurada dos seus magros recursos. Não se tratava, portanto, de construir uma sociedade ideal num só país, mas de ganhar tempo, seguindo os fluxos e refluxos da revolução mundial, da qual dependia em última instância, o futuro da revolução russa. Enquanto o movimento revolucionário não a importasse para os países mais desenvolvidos,

a revolução russa continuaria sob a pressão do mercado mundial e da concorrência com países de tecnologia mais desenvolvida e de produtividade do trabalho mais elevada.

No quadro destas contradições, Trotsky foi um dos primeiros a aperceber-se do perigo da burocracia enquanto nova força social que gozava de privilégios sociais ligados ao monopólio do poder político. Se foi, na época da guerra civil e do comunismo de guerra, partidário de métodos autoritários, como testemunha o seu pior livro, *Terrorismo e Comunismo*, em 1923 ele começou a analisar a burocratização como um fenómeno social, mesmo se o perigo principal vinha ainda, a seus olhos, da "nova burguesia" dos kulaks e dos novos ricos da Nova Política Económica (NEP). Esta questão decisiva da periodização da contra-revolução burocrática não deixou, desde então, de agitar os meios revolucionários russos e internacionais. Tratava-se de saber se "o termidor soviético" estava já cumprido ou por cumprir.

A contra-revolução burocrática não é, de facto, um acontecimento único, simétrico àquele de Outubro, mas mais um processo cumulativo pejado de níveis e de patamares. De Outubro de 1917 ao Gulag estalinista, não há simples continuidade mas mudança de escala na repressão e no peso do fenómeno burocrático. Simultânea à colectivização forçada, uma reforma capital do sistema de detenção entra em vigor em Junho de 1929, generalizando os campos de trabalho para os detidos condenados a penas superiores a três anos. Perante as grandes fomes de 1932-33 e a importância das migrações interiores, uma decisão de Dezembro de 1932 introduz os passaportes internos. A lei do 1º de Dezembro de 1934 legaliza os procedimentos expeditivos que forneceriam instrumento jurídico ao grande terror. Começa então o ciclo propriamente terrorista, marcado pelas grandes purgas de 1936-38. Mais de metade dos delegados ao Congresso de 1934 foram eliminados. Mais de 30.000 quadros do

exército, entre 178.000, foram presos. Paralelamente, os efectivos do aparelho do estado burocrático explodiam. Segundo as estatísticas analisadas pelo historiador Moshe Lewin, o pessoal administrativo passou de 1.450.000 membros em 1928, para 7.500.000 em 1939. O número de "colarinhos brancos" cresceu de 4 milhões para cerca de 14 milhões. O aparelho de Estado devorava o partido que acreditava poder controlá-lo.

Sob o chicote burocrático, o país conhece então uma mudança radical sem equivalente mundial. Entre 1926 e 1939, as cidades engrossam em 30 milhões de habitantes. A força de trabalho assalariada passa de 10 a 22 milhões. Do que resulta uma ruralização massiva das cidades e a imposição despótica de uma nova disciplina de trabalho. Esta transformação a passo forçado era acompanhada de uma exaltação nacionalista e de um desenvolvimento massivo do carreirismo. Nessa grande agitação social e geográfica, ironiza Moshe Lewin, a sociedade era, num certo sentido, "sem classes", pois todas as classes eram informes, em fusão perpétua.

Para além das diferentes problemáticas, autores tão diferentes como Trotsky e Hannah Arendt estão de acordo em datar por altura do primeiro Plano Quinquenal e das grandes purgas dos anos 1930, a reviravolta qualitativa a partir da qual se tornou possível falar de contra-revolução burocrática (por Trotsky) ou de totalitarismo propriamente dito (por Arendt). O contributo de Trotsky seria fornecer os elementos de uma compreensão materialista da contra-revolução burocrática, em que as condições sociais e históricas primam sobre as intrigas de palácio e sobre a psicologia dos actores. Ele não reduz acontecimentos colossais, em que estão envolvidas multidões, aos caprichos de uma "história que parte de cima", feita pelos guias supremos ou grandes timoneiros. A sua contribuição não encerra, portanto, o debate e não resolve definitivamente o hieróglifo histórico que continuou a despedaçar os seus herdeiros "ortodoxos" ou "heterodoxos".

Ele empenhou-se sobretudo em assinalar os degraus do processo em cujo decurso a burocracia se autonomiza e o poder se concentra nas mãos de um indivíduo. O grau de cristalização dos privilégios, as relações entre as classes, o partido e o Estado, a política internacional da direcção burocrática, constituem indicadores combinados suficientes para tentar determinar os seus umbrais. O principal revelador da sua mudança reaccionária não é no entanto sociológica, mas política: reside no falhanço da Internacional Comunista face à ascensão e à vitória do nazismo na Alemanha. Em 1937, quando os processos de Moscovo e o grande terror estão no seu auge, Trotsky corrige a sua visão: "Antes, definimos o estalinismo como um centrismo burocrático. Esta afirmação encontra-se ultrapassada. Os interesses da burocracia bonapartista não correspondem já ao carácter híbrido do centrismo. O carácter contra-revolucionário do estalinismo na arena mundial está definitivamente estabelecido." Ele deduz então a necessidade de abandonar a linha da rectificação e da reforma na URSS: a tarefa central torna-se então a "do derrube da própria burocracia termidoriana." Esta nova revolução é qualificada de política na medida em que supostamente se apoia sobre as conquistas sociais (a propriedade estatal e a planificação) existentes. No seu ensaio sobre Trotsky, Ernest Mandel utiliza, a propósito do estalinismo, a fórmula paradoxal de "contra-revolução política na revolução". Estas fórmulas ambíguas conduzem à insistência na caracterização do Estado como Estado operário burocraticamente degenerado, atribuindo-lhe assim uma substância social fonte de bastantes equívocos.

O programa da revolução política comporta também uma série de reivindicações democráticas já avançadas, em 1927, na *Plataforma da Oposição de Esquerda*: "1 / cortar pela raiz qualquer tentativa de aumentar o dia de trabalho; 2 / Aumentar os salários, pelo

menos em relação ao rendimento industrial actual; 5 / Melhorar as condições habitacionais dos trabalhadores…" Esta plataforma condenava categoricamente a destituição dos representantes sindicais eleitos sob o pretexto de desacordos internos ao partido. Ela reclamava uma plena independência para os comités de fábrica e os comités locais relativamente às administrações do Estado. Em contrapartida, não colocava em causa "a situação de partido único que ocupa o Partido Comunista da União Soviética". Contentava-se em assinalar que essa situação, "absolutamente indispensável à revolução", origina uma série de "perigos particulares". O *Programa de Transição* de 1938 marca, nesse ponto, uma viragem fundamental. O pluralismo político, a independência dos sindicatos face ao partido e ao Estado, as liberdades democráticas tornam-se uma questão de princípio, na medida em que exprimem a heterogeneidade do proletariado e os conflitos de interesses susceptíveis de o atravessar, muito depois da conquista do poder. Na *Revolução Traída*, Trotsky expõe os fundamentos teóricos deste pluralismo de princípio. As classes não são homogéneas "como se a consciência de uma classe correspondesse exactamente ao seu lugar na sociedade". Elas são "despedaçadas pelos antagonismos internos e não atingem os seus fins comuns senão pela luta de tendências, de agrupamentos, e de partidos. Podemos admitir, com algumas restrições, que um partido é uma fracção de classe, mas como uma classe é feita de numerosas fracções, a mesma classe pode formar vários partidos". Assim, o proletariado da sociedade soviética "não é menos, mas sim muito mais heterogéneo e complexo do que aquele dos países capitalistas e pode consequentemente fornecer um terreno fértil largamente suficiente para a formação de vários partidos". Trotsky concluía que a democratização dos sovietes era a partir de agora "inconcebível sem o direito ao pluripartidarismo".

4 / A questão do partido e da Internacional.

É a quarta grande questão constitutiva do "trotskismo" original. Ela é o corolário organizacional da teoria da revolução permanente e da compreensão da revolução como processo internacional. O último combate de Trotsky por uma nova Internacional, que ele considerará como o mais importante da sua vida, opõe-se à evolução estalinista do regime soviético e à sua consequência previsível: a liquidação da própria Internacional Comunista, oficializada em 1943.

Capítulo II

O ÚLTIMO COMBATE DE TROTSKY

Os anos 1930 foram férteis em acontecimentos maiores: a chegada ao poder de Hitler em 1933, o esmagamento da insurreição de Viena em 1934, a guerra civil na Espanha e a Frente Popular em França, a longa marcha de Mao Tse Toung e o estabelecer da república de *Yenan*, os processos e o grande terror na União Soviética, Munique e o Pacto Germano-Soviético, o *Anschluss*[3] e o despedaçar da Polónia. Este encadeamento parecia a crónica de uma guerra anunciada. Era, portanto, urgente assegurar a transmissão da herança e forjar o instrumento que faltou ao punhado de internacionalistas opostos à União Sagrada de 1914.

Em 1929, Trotsky abstém-se ainda de criar uma nova Internacional: "É uma ideia inteiramente falsa." Esta denegação exprime uma convicção profunda segundo a qual a contra-revolução na URSS não estava ainda consumada. Ele toma como exemplo a experiência da II Internacional que não caiu de um dia para outro, com o voto dos créditos de guerra, na colaboração de classe. Bem antes de 1914, os sinais da sua degenerescência não faltavam, nem no plano teórico (com a controvérsia sobre o revisionismo entre Bernstein, Kautsky e Rosa Luxemburgo, desde o início do século), nem no plano político (com a adopção de posições chauvinistas sobre a questão colonial, com as derivas parlamentares do socialismo francês sob Millerand), ou com os sinais de burocratização denunciados por Georges Sorel, Roberto Michels, Antonio Labriola. Mas, para registar o seu falhanço, estes sinais continuavam insuficientes. Faltava, para conduzir à necessidade de uma nova Internacional, o teste crucial do 4 de Agosto de 1914 e a adesão dos socialistas à União Sagrada.

Durante o tempo em que se manteve agarrado à ideia de um termidor inacabado na União Soviética, Trotsky preconizou a linha

---

[3] Anexação da Áustria como província do Reich.

da "rectificação" na Internacional, como dentro do Partido Comunista da União Soviética. Em 1932, ele definia ainda a Oposição de Esquerda como "uma fracção do comunismo internacional". Ele antevia já, porém, as hipóteses que o poderiam conduzir a mudar a sua posição: "Uma catástrofe como a queda do Estado soviético implicaria, sem dúvida, a da III Internacional. Igualmente, a vitória do fascismo na Alemanha e o esmagamento do proletariado alemão permitiriam dificilmente ao *Komintern* sobreviver às consequências da sua política desastrosa." Um ano mais tarde, a segunda hipótese encontrava-se realizada com a ascensão de Hitler e dos nazis ao poder. A conclusão foi imediata: "O proletariado alemão levantar-se-á, o Partido Comunista alemão jamais!"

O destino da Internacional Comunista não estava assim tão selado. Os jovens partidos comunistas não se tornaram todos simultaneamente em simples apêndices da burocracia soviética. O processo de estalinização da Internacional é desigual. Em certos países, como na Espanha, ele matou ainda no ovo o comunismo nascente. Noutros, como na Suécia, mas também na Alemanha ou na Catalunha, provocou rupturas e cisões. Noutros, enfim, a subordinação dos partidos comunistas aos interesses da burocracia do Kremlin foi pretexto de furiosas batalhas ao longo de todos os anos 1930. Como sublinhou o historiador Isaac Deutscher, a degenerescência da III Internacional foi, portanto, diferente e mais difícil de entender do que a da II, pouco a pouco corrompida pela sua integração progressiva nas instituições, pela obtenção de lugares parlamentares, pela promoção social das burocracias sindicais. Tornar-se comunista no início dos anos 30, era, pelo contrário, mais do que esperar gratificações, arriscar a repressão profissional e policial. A reacção estalinista apareceu muitas vezes aos olhos dos militantes como um "heroísmo burocratizado", muito diferente do conforto institucional prometido aos bonzos da social-democracia.

Após 4 meses de reflexão, Trotsky regista a ausência de sobressalto da Internacional, e pronuncia-se por uma nova Internacional. Esta decisão não se baseava num prognóstico, mas numa experiência crucial; não em impressões subjectivas, mas em mudanças radicais efectivas; não em previsões, mas nos factos. Em 1930, ele tinha escrito: "É evidente que todas as possibilidades e probabilidades de evolução em direcção ao bonapartismo, reduzem a verosimilhança de sucesso da via das reformas [na União Soviética], mas os efeitos não podem ser medidos por antecipação: continuamos na via da reforma." A 23 de Julho de 1933, ele persistia: "Mesmo se alguns de entre nós tinham desde há algum tempo a convicção de que a Internacional Comunista estava destinada ao fracasso, era impossível proclamarmo-nos nós mesmos como uma nova Internacional. Sempre colocámos essa questão em função dos grandes eventos históricos que deveriam submeter o *Komintern* soviético a um exame histórico."

Evidentemente, determinar a data de uma bifurcação histórica é problemático. A própria escolha do acontecimento decisivo implica já uma parte irredutível de subjectividade. Ainda assim, podemos perguntar-nos se o destino da Internacional Comunista não estava selado desde 1927, com a tragédia da segunda revolução chinesa evocada por Malraux em *A Condição Humana*, ou desde 1930, com as brutalidades da colectivização forçada e as primeiras purgas na União Soviética. Trotsky recomenda que se deixe a questão aos historiadores. A chegada dos nazis ao poder, determina o futuro da Europa e constitui uma reviravolta crucial entre as duas guerras.

Mas a hesitação quanto à necessidade de uma nova orientação traduz uma dificuldade suplementar. Não se trata apenas, como em 1914, de dizer a derradeira missa de uma Internacional defunta, mas de responder ao problema inédito colocado pelas transformações da União Soviética: o apelo à formação de um novo partido revolucionário internacional, incluindo na União Soviética, não implicaria

um apelo a uma nova revolução na própria União Soviética? Segundo Jan Van Heijenoort, que foi seu secretário durante os anos 1930, Trotsky começou a esboçar essa perspectiva entre Março e Julho de 1933, mas não se decidiu senão em 1936. Vistas as consequências de uma tal decisão, a demora na reflexão não parece exorbitante, mas simplesmente responsável.

A decisão de construir uma nova organização internacional assenta, além disso, sobre um julgamento programático: sobre que bases? Se as referências ao *Manifesto Comunista* e aos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista forneciam uma base necessária, esta já não era suficiente. Em dez anos, a luta de classes internacional tinha acumulado eventos que obrigavam a estabelecer novas delimitações: a contra-revolução burocrática na União Soviética, a vitória do fascismo na Itália e na Alemanha, as lições da segunda revolução chinesa. Longe de constituir uma Tábua intangível de Lei, o programa alimenta-se em permanência de novas experiências fundadoras. Os ensinamentos assimilados após Outubro resumem-se num breve documento de 1933, conhecido como *Os Onze Pontos da Oposição de Esquerda*. Em poucas palavras, o essencial é dito:

1 / A defesa intransigente da independência dos partidos proletários: é a grande lição retirada da subordinação fatal do Partido Comunista chinês ao *Kuomintang* nacionalista de Tchang Kai-Check.

2 / A oposição da teoria da revolução permanente à do "socialismo num só país" e a reafirmação do carácter internacional da revolução proletária face ao capitalismo mundializado.

3 / A caracterização da União Soviética como "Estado operário burocraticamente degenerado", tendo por consequência a sua defesa contra o imperialismo e contra qualquer tentativa de restauração capitalista.

4 / A condenação da política económica de Estaline e da aventura trágica da "colectivização forçada".

5 / A necessidade de militar nos sindicatos de massas, contra a política sectária de cisão sindical desenvolvida pelo *Komintern* durante o "terceiro período".

6 / A rejeição do conceito de "ditadura democrática do proletariado e do campesinato", entendido pelos dirigentes do *Komintern* como uma etapa histórica distinta da ditadura do proletariado.

7 / A necessidade de mobilizar as massas com base em reivindicações transitórias, nomeadamente palavras de ordem democráticas nos países coloniais ou sob regimes ditatoriais: este ponto divide o debate sobre o programa tido no V e no VI congressos da IC.

8 / A necessidade de uma política de frente única operária, oposta tanto à colaboração com os partidos burgueses, como ao sectarismo desastroso do "terceiro período de erros" da Internacional Comunista.

9 / A condenação categórica da teoria dita do "social-fascismo" que assimila os partidos sociais-democratas aos partidos fascistas e já não distingue entre democracia parlamentar e ditadura fascista.

10 / A necessidade, finalmente, de um regime democrático no seio do partido, para se opor à degenerescência burocrática do Partido Comunista da União Soviética e da Internacional Comunista.

Um ponto acrescentado em Julho proclama ainda a "necessidade de criar uma Internacional Comunista autêntica, capaz de aplicar os princípios acima". Cinco anos mais tarde, o *Programa da Transição* precisa de outra forma o apelo a uma nova revolução política (um "levantamento insurreccional") na União Soviética, ao "derrube da burocracia termidoriana", ao "renascimento e desenvolvimento da democracia soviética", à "legalização dos partidos soviéticos", ao restabelecimento do controle dos comités de fábrica sobre a produção, à supressão da diplomacia secreta, à revisão pública dos processos.

O ano de 1934 foi marcado por novos desenvolvimentos políticos maiores. Fevereiro assiste ao esmagar da insurreição operária de Viena e às manifestações fascistas em Paris. Consciente da ameaça que esse crescimento do fascismo faz pesar sobre a própria existência da social-democracia, Trotsky deduz que o aparecimento de correntes de esquerda no seio desses partidos se torna inevitável. Alguns meses mais tarde, a participação dos socialistas espanhóis na insurreição das Astúrias confirma esse prognóstico. Trotsky retira daí conclusões práticas para a Espanha, a Bélgica e a França: as pequenas forças da Oposição de Esquerda devem tomar o seu lugar na frente única contra o fascismo, entrando nos partidos sociais-democratas. Conhecida como "a viragem francesa", esta orientação foi também objecto de debates e de divisões. Ela constitui a primeira experiência do que se irá tornar o "entrismo", frequentemente considerado como característica de práticas manipuladoras da parte de organizações trotskistas.

Após a assinatura do pacto Estaline-Laval, em Agosto de 1935, o VII Congresso da IC generaliza a nova linha das Frentes Populares. A situação muda de novo. Esta viragem dos partidos estalinistas colocava na ordem do dia a unidade burocrática dos aparelhos que ia pesar sobre as costas das correntes revolucionárias. Esta previsão foi rapidamente confirmada pela expulsão da corrente "bolchevique-leninista" do Partido Socialista francês. Impunha-se uma nova mudança de rumo, reatribuindo a prioridade à construção de organizações independentes.

Trotsky propõe igualmente adiantar a construção e a proclamação da IV Internacional, recusando esperar mais na expectativa de hipotéticos reforços. No final do ano 1935, a luta pela nova Internacional tropeçava em novas dificuldades. A secção francesa e a secção americana dividiam-se sobre a questão do entrismo. Em Moscovo, abria-se o ciclo dos processos. "O vento sopra a partir de agora con-

tra nós", constatava Trotsky. Prevendo que a dialéctica das derrotas conduzia directamente à guerra, ele considerava que não havia mais tempo a perder. Em Julho de 1936, a Conferência do "Movimento pela IV Internacional" reunia organizações de 9 países. Uma vintena de outros não tinham podido enviar delegados. Por razões obscuras, a conferência não proclama ainda a IV Internacional.

É apenas em Setembro de 1938, após as grandes purgas estalinistas na URSS, com a derrota consumada na Espanha e na França, que tem lugar na região parisiense a Conferência constitutiva. Ela adopta o documento conhecido como o *Programa de Transição*, bem como os estatutos que definiam a nova Internacional como "partido mundial da revolução socialista". Apenas três vozes, entre os delegados, se levantam contra esta decisão. O polaco Hersch Mendel-Stockfish é o seu principal porta-voz. Ele lembra que Marx, Engels e Lenine evitaram fundar a I, a II ou a III internacionais em períodos de refluxo; esperaram, para o fazer, por um recrudescimento impetuoso das lutas; ora, não existe em 1938 nenhum partido de massas ao qual encostar a nova Internacional; proclamá-la a contra-corrente arriscaria condená-la a uma vida grupuscular vegetativa e comprometer a ideia por muito tempo.

Trotsky está bem consciente de que as condições de criação da IV Internacional são absolutamente inéditas e particularmente difíceis: trata-se de uma Internacional minoritária, sem nenhuma secção de massas, que ele qualifica como uma "Internacional de quadros", encarregue, antes de mais, de transmitir uma herança e de preparar o futuro; ela nascia de uma série de derrotas do proletariado mundial, das quais a contra-revolução burocrática na URSS não era a menor; constituía-se num contexto em que o movimento operário não desenvolve as suas primeiras experiências, mas se encontra solidamente enquadrado, em numerosos países-chave, pelos aparelhos sociais-democratas e estalinistas, que se alimentam mutuamente; a

corrente estalinista internacional dispõe ainda, com a existência de uma "pátria do socialismo", ainda que "burocraticamente degenerada", de uma base material específica.

Nestas condições, "a linha recta não é lá muito possível". Será então necessário encontrar os pontos de apoio para passar dessa Internacional minoritária à construção de uma nova Internacional de massas. Trotsky escreveu então ao socialista de esquerda Marceau Pivert: "Os bolcheviques-leninistas consideram-se como uma fracção da Internacional em construção. Estão prontos para trabalhar de mãos dadas com as outras fracções realmente revolucionárias." Esta experiência dos anos de formação da IV Internacional levanta várias questões.

1 / As recomendações de Trotsky durante os anos 30, abraçam no período seguinte as flutuações de uma situação instável. Para seguir apenas o exemplo francês, registamos entre 1932 e 1939 não menos do que cinco viragens tácticas: em 1932, ficar no Partido Comunista para aí reconstruir uma oposição de esquerda na perspectiva da rectificação da IC; em 1933, constituir uma organização independente; em 1934, entrar no Partido Socialista, antecipando o aparecimento de correntes de esquerda no seu seio; em 1935, sair para construir uma organização independente, face à unidade burocrática entre aparelhos social-democratas e estalinistas; em 1939, unir-se ao PSOP (*Partido Socialista Operário e Camponês*), de Marceau Pivert, que acaba de se desligar da social-democracia. Esta flexibilidade política está nos antípodas do dogmatismo rígido que alguns imaginam. Organizacionalmente, ela impõe uma ginástica de viragens bruscas, inteligente mas destrutiva: cada novo curso provoca divisões e, muitas vezes, cisões, de forma que as perdas anulam os ganhos.

2 / Seguindo um raciocínio análogo ao dos delegados hostis, em 1938, à proclamação de uma nova Internacional, esta proclamação

foi muitas vezes julgada prematura. Trotsky pensava provavelmente que a burocracia do Kremlin não sobreviveria às provas da guerra, e que a própria guerra desembocaria num período de turbulências revolucionárias e de recomposições políticas, comparável àquele que se seguiu à Primeira Guerra Mundial. No entanto, é falso que a IV Internacional tenha sido fundada sobre um tal prognóstico. A necessidade de lhe lançar as bases decorria, pelo contrário, das relações entre as classes à escala internacional, das tarefas impostas pela situação mundial, da crise das direcções do movimento operário na véspera da guerra. Podemos contestar esta escolha, mas ainda assim é necessário compreender a sua lógica: a necessidade de uma Internacional, mesmo minoritária, para enfrentar a degenerescência chauvinista das grandes organizações operárias não se baseava numa predição adivinhatória. Para Trotsky, esta escolha permitia preparar os diferentes desfechos possíveis da guerra.

Durante estes anos de formação da IV Internacional, os seus textos estão impregnados de impaciência e de brutalidade relativamente aos seus próximos, como Andreu Nin ou Victor Serge. Estas polémicas excessivas deram por vezes o tom para debates posteriores e alimentaram a tendência dos movimentos trotskistas para se destroçarem com base em processos de intenção. Numerosos elementos permitem compreender estea maua caminhoa, sem no entanto os justificarem.

- A exasperação é proporcional à gravidade dos resultados. De derrota em derrota, a marcha para a guerra torna-se inelutável. Trotsky antevê os perigos que o fascismo faz pesar sobre a Europa; ele conhece a amplitude da reacção burocrática na União Soviética; ele compreende que a guerra vindoura será ainda pior para a humanidade do que a de 1914-18. A alternativa "socialismo ou barbárie" já não é uma alternativa histórica longínqua, mas sim uma questão imediata. Apesar das proclamações confiantes no futuro da huma-

nidade, transparecia então uma desesperança perante cada ocasião falhada e face à vertiginosa espiral das derrotas.

- Este combate desenrola-se num contexto em que as tragédias pessoais se acumulam e se entrelaçam na grande tragédia histórica. Trotsky está sem notícias do seu filho Serguei e do seu genro Platon Volkov, desaparecidos nas purgas. A sua filha Zina suicidou-se na Alemanha, em 1933. O seu filho primogénito e mais próximo colaborador, Léon Sedov, morre em Paris em 1938, em circunstâncias controversas. Desaparecimentos e assassinatos multiplicam-se entre os seus partidários: Ignace Reiss na Suiça, Rudolf Klement em Paris, Nin em Alcalá de Henares, Christian Racovski na Rússia. Condenado a errar num "planeta sem visto", ele próprio está exilado, de Alma Ata a Prinkipo, passa dois anos em França e vários meses sinistros na Noruega, antes de partir para o México, onde chega em Fevereiro de 1937. Acabados de desembarcar, esperando começar de novo num novo país, Trotsky e a sua companheira Natália são apanhados pela história, com as notícias do segundo processo de Moscovo: "o aparelho totalitário envenenou os acusados de mentiras, antes de os esmagar." É uma destruição minuciosa de todas as fibras da alma, "um processo de autómatos, não de seres humanos", diz então Trotsky, um teatro de sombras onde "o acusado já não existe enquanto pessoa".

- O combate contra as mentiras dos processos de Moscovo e contra os crimes de Estaline não é um último combate de honra para a história. Nas suas memórias, o chefe da Orquestra Vermelha, Léopold Trepper, rendeu-lhes homenagem: "Apenas os trotskistas não confessavam." De Outubro de 1936 a Março de 1937, eles organizam uma greve de fome de 132 dias no campo de Vorkouta, pela limitação a 8 horas do horário de trabalho, pela supressão das rações em função da produtividade, pela separação dos deportados políticos dos de delito comum, pela auto-organização dos detidos.

Para resistir à máquina totalitária, era não apenas necessária a força do carácter, mas uma compreensão profunda desse movimento ilógico da história da humanidade e uma convicção política a toda a prova.

- Daí a importância atribuída por Trotsky à constituição de uma comissão de inquérito, perante a qual ele se compromete a abrir os seus arquivos e a desmontar ponto por ponto a encenação judicial dos procuradores de Moscovo. Chamados a participar nessa comissão de inquérito, numerosos intelectuais recusam-se sob o pretexto casuístico de que é impossível provar o "negativo". Em contrapartida, o filósofo e lógico John Dewey, considerando tratar-se "dos princípios fundamentais de verdade e de justiça", aceita presidir à comissão: "aceitei as responsabilidades desta presidência, porque recusando-as teria perdido a obra da minha vida." Dewey está fascinado por esse banido que presidiu aos sovietes e conduziu o Exército Vermelho, agora quase sozinho à frente de uma Internacional minúscula e de partidos anões: há nele "um não sei o quê de inacabado que junta o infortúnio à virtude".

Em filigrana de um argumentário factual cerrado, os depoimentos de Trotsky perante a comissão estão enriquecidos de uma reflexão sobre a história: "A humanidade ainda não conseguiu racionalizar a sua história. É um facto. Não conseguimos racionalizar os nossos corpos e os nossos espíritos. A psicanálise tenta ensinar-nos a harmonizá-los. Sem grande sucesso, até ao presente. A questão não é de saber se podemos esperar a perfeição absoluta da sociedade. Após cada grande passo em frente, a humanidade faz um desvio, e mesmo um grande passo atrás. Lamento-o, mas não sou responsável [risos]. Mesmo após a revolução mundial, é bem possível que a humanidade esteja muito cansada. Para uma parte dos homens e dos povos, uma nova religião pode mesmo surgir, mas um grande passo não terá ficado por dar." Este combate solitário num jardim perdido

dos subúrbios da cidade do México, é talvez o mais importante a seus olhos. Outubro podia ter tido lugar sem ele, talvez mesmo sem Lenine, já que, enquanto a história avança na boa direcção, ela encontra os homens de quem tem necessidade. É na derrota que nos tornamos insubstituíveis. Nos ventos contrários, os justos tornam-se raros.

Perante a comissão Dewey, trata-se nem mais nem menos do que de desmascarar a impostura antes que o mito cobrisse a história. Em Dezembro de 1937, a comissão entrega as suas conclusões, suportadas por um dossier de 600 páginas: "(…) Ponto 21. Concluímos que os processos de Moscovo foram uma falsificação (…) Ponto 23. Declaramos portanto Trotsky e Sedov não culpados." Ao receber este relatório, Trotsky exclamava: "Duas linhas! Mas duas linhas de peso na biblioteca da humanidade." Elas receberiam, realmente, depois, uma larga confirmação dos arquivos.

Capítulo III

HERANÇA SEM MANUAL DE INSTRUÇÕES

O combate pela IV Internacional constitui a ligação entre dois períodos históricos e entre duas gerações militantes. É indissociável de um julgamento político sobre a guerra anunciada. Experiência extrema, a guerra é, na verdade, a prova de verdade por excelência; um revelador impiedoso das políticas, das organizações, dos caracteres, uma linha de separação de águas.

Já em 1937, Trotsky considerava a guerra como provável num prazo de dois anos. Ele anunciava que a Alemanha hitleriana começaria a ter sucessos devastadores no Oeste sem conseguir uma vitória total contra a Inglaterra. Ele previa uma França parcelada, dominada, relançada para o lugar de potência de segundo grau. No dia seguinte a Munique, ele denunciava o compromisso podre, incapaz de salvar a paz, e previa a possibilidade de uma coligação entre Hitler e Estaline. Após o pacto Molotov-Ribbentrop, de Agosto de 1939, que mergulhará tantos militantes comunistas na angústia, ele não cessa de denunciar a ajuda económica prestada por Estaline a Hitler. Apesar da sua luta encarniçada contra a burocracia do Kremlin, continuava a definir-se como um defensor incondicional da Rússia Soviética e das relações sociais baseadas na propriedade estatizada. Pouco antes da sua morte, considerava inevitável a entrada dos Estados Unidos na guerra. Considerava, de facto, que o verdadeiro desfecho da guerra se jogava entre a Alemanha e os Estados Unidos pela liderança mundial, em detrimento da Inglaterra.

Assassinado em Agosto de 1940, Trotsky não conheceu nem os campos de extermínio, nem a solução final, nem o uso da bomba atómica, nem o nascimento da nova ordem mundial de Ialta e de Potsdam. Os seus últimos escritos deixam de constituir uma contribuição inacabada para os debates entre os seus herdeiros, em que as questões da guerra e as de caracterização da União Soviética estão intrincadamente misturadas. A luta de classes fornece às sociedades contemporâneas um fio de inteligibilidade de acontecimentos que

à primeira vista pareceriam como um clamor insensato de ruído e de furor, de paixões e de delírios. Mas\a história não se reduz a um confronto simples em torno de linhas da frente límpidas. Ela passa pela mediação dos Estados, das nações, dos territórios. É-nos necessário talhar um caminho nesta complexidade. Voltando à Segunda Guerra Mundial, Ernest Mandel, então dirigente belga da IV Internacional, analisa o entrelaçar entre uma guerra inter-imperialista (entre os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão), uma guerra defensiva de um Estado saído de uma revolução (a União Soviética contra a Alemanha), guerras de libertação nacional (a China contra o Japão), guerras de resistência contra a ocupação estrangeira (na Grécia, em Itália, na China). Nesse labirinto, as linhas da frente recortam-se e interpenetram-se. É tão difícil orientarmo-nos pelos pequenos núcleos militantes da IV Internacional (que tem menos de dois anos de existência), como são problemáticas as comunicações e os militantes experimentados foram dizimados pela dupla repressão fascista e estalinista. Para desbaratar a "indecência condescendente da posteridade" sem nos proibirmos um olhar crítico, precisamos de nos esforçar para compreender antes de julgar.

A Conferência de alarme. Alguns dias após o "golpe de teatro" do pacto germano-soviético de Agosto de 1939, começa a agressão devastadora da Alemanha contra a Polónia. Por sua vez, Estaline apropria-se da parte oriental e dos países bálticos. Ele exige concessões territoriais à Finlândia e lança-se numa guerra de conquista que enfrenta uma resistência inesperada. A 11 de Maio de 1940, a *Wehrmacht* invade a Holanda, depois a Bélgica. A 22 de Junho, Pétain assina a capitulação da França.

Uma conferência extraordinária da IV Internacional reúne-se em Maio de 1940, nos Estados Unidos, quando a bandeira da cruz gamada flutua já sobre Viena, Praga, Varsóvia, Oslo, Copenhaga,

Haia, Bruxelas. Ela junta delegados dos Estados Unidos, da Alemanha, da Bélgica, do Canadá, do México, de Espanha, de Cuba, da Argentina, de Porto Rico, do Chile. O seu Manifesto é o último documento programático para o qual Trotsky contribuiu pessoalmente. Num artigo de Agosto de 1937, ele anunciava que "a guerra pode rebentar já nos próximos 3 ou 4 anos": "Nós não indicamos este atraso, obviamente, senão em vista da orientação geral. Acontecimentos políticos podem acelerar ou atrasar o prazo, mas são inevitavelmente resultado da dinâmica económica e da dinâmica da corrida aos armamentos." Esta guerra anunciada será "totalitária". Nestas convulsões, "o mundo inteiro mudará de rosto". O mais provável é que "a dominação do planeta reverta para os Estados Unidos".

Trotsky defendia-se contra as ilusões que consistiam em conceber aquela guerra como uma cruzada das democracias contra as ditaduras. A não-intervenção em Espanha e a capitulação de Munique mostravam que não era nada disso. Tratar-se-ia de um conflito imperialista por "uma nova partilha do mundo". Após a "paz imperialista" de Munique, "a desproporção gritante entre o peso específico da França e da Inglaterra na economia mundial e as dimensões grandiosas das suas possessões coloniais, são tanto fonte dos conflitos mundiais como a avidez dos agressores fascistas. Ou melhor, trata-se de dois lados da mesma medalha". Isso não implicava qualquer neutralidade face às formas de dominação imperialista, segundo a qual não haveria diferença entre a ditadura fascista e a democracia parlamentar do ponto de vista das condições de luta e de organização do proletariado.

O pacto germano-soviético de Agosto de 1939 não constitui uma surpresa. Desde 1933 que Trotsky não cessava de afirmar que Estaline procurava um acordo com Hitler e que a sua viragem de 1935 para as frentes populares não era mais do que um último recurso.

A política do Kremlin não obedece a princípios, mas aos interesses da burocracia. Adapta-se pragmaticamente às relações de forças. A capitulação perante Hitler em Munique anunciava, portanto, a mudança de aliança que surpreende tanta gente. Em Março de 1939, Trotsky interpretaria os discursos de Estaline como "um elo na cadeia de uma nova política em formação" e como uma "oferta unilateral de alma e coração " à Alemanha nazi. Hitler e Estaline são "estrelas gémeas".

Numa entrevista de Setembro de 1939 ao *Daily Herald* de Londres, Trotsky declarava de novo a guerra mundial como inevitável. A revolução espanhola vitoriosa tinha sido a última oportunidade de lhe escapar. "A Segunda Guerra mundial começou", escreve ele então, pois os Estados Unidos não poderão manter-se à margem da luta pela hegemonia mundial. Mas a Alemanha chega tarde demais à grande partilha imperial: "a fúria militar que tomou conta do imperialismo alemão, acabará numa terrível catástrofe. Mas antes, muitas coisas se terão desenrolado na Europa." A conferência de alarme resume essas orientações: "A causa imediata da guerra actual é a rivalidade entre os impérios coloniais ricos e antigos (a Grã-Bretanha e a França) e os saqueadores imperialistas que chegaram atrasados (a Alemanha e a Itália)." Esta guerra "não é a nossa". À defesa nacional em nome do anti-fascismo, opõem-se a destruição revolucionária do Estado nacional, a palavra de ordem dos Estados Unidos Socialistas da Europa, o apelo à fraternização de classe entre trabalhadores sob o uniforme.

Um triunfo dos Aliados significaria o desmembramento da Alemanha e uma nova paz de Versailles, com os Estados Unidos reclamando o preço da sua vitória. A derrota da URSS significaria não apenas o derrube da burocracia totalitária, mas o afundar da primeira experiência de economia planificada e a transformação do país numa colónia. A variante menos provável de uma paz sem ven-

cedores nem vencidos, significaria o caos internacional. O mundo capitalista já não teria então outra perspectiva do que uma agonia profunda.

A defesa da URSS. A questão da guerra é constantemente misturada com a da caracterização e da defesa da União Soviética. No segundo congresso do POI (Partido Operário Internacionalista), Yvan Craipeau tinha defendido, em Novembro de 1937, que a burocracia soviética se tinha tornado uma classe à parte. Ele deduzia daí a necessidade de renunciar à defesa da URSS enquanto "Estado operário degenerado". Trotsky responde-lhe que não bastava definir a burocracia como uma classe, para evitar "ter de se analisar o lugar que a nova sociedade ocupa no desenvolvimento histórico da humanidade". Em caso de guerra entre o Japão e a Alemanha, de um lado, e a União Soviética, do outro, estaria em jogo "o destino da propriedade nacionalizada e da economia planificada". A vitória dos Estados imperialistas num tal conflito não significaria apenas o derrube da "nova classe" exploradora, mas a redução de toda a economia soviética para o nível de um capitalismo recuado e semi-colonial. Não se podia permanecer neutro perante tal desfecho, tal como perante uma guerra entre um país colonizado e uma potência colonial.

Trotsky não excluía "a possibilidade da restauração de uma nova classe abastada saída da burocracia", mas não se tratava ainda, a seus olhos, senão de "uma possibilidade histórica e não de um facto já consumado". Considerar o perigo social-patriótico como o perigo principal na URSS e exigir a escolha entre a " defesa incondicional da URSS" e o "derrotismo revolucionário" parecia-lhe, nesses circunstâncias, uma alternativa abstracta. A analogia entre a defesa da URSS enquanto Estado operário e o apoio a um país colonizado contra uma potência colonial manifesta, contudo, uma ambiguida-

de, já que o carácter "operário" do Estado não é determinante no assunto.

O debate sofre outra viragem à luz do pacto germano-soviético e da aproximação da guerra: como compreender o pacto assinado por Ribbentrop em Moscovo? Como julgar a política da URSS na Polónia, na Finlândia e nos países bálticos? Deve a própria URSS continuar a ser defendida militarmente, ou essa nova forma de união sagrada patriótica seria uma simples repetição de derivas chauvinistas do passado? E, se o deve ser, é com base na sua caracterização como Estado operário ou por critérios pragmáticos comparáveis aos que se aplicam numa guerra de libertação nacional entre opressores e oprimidos? Seria necessário, pelo contrário, opor-se à opressão russa da Polónia e da Finlândia, livrando-se de preconizar o derrotismo revolucionário na Rússia, como em França ou na Alemanha?

Os principais interlocutores pertencem de ora em diante à corrente do *Socialist Workers Party*, secção americana da IV Internacional, animada nomeadamente por Max Schachtman e James Burnham. São apoiados, no Comité Executivo Permanente sedeado nos Estados Unidos, pelo brasileiro Mário Pedrosa (a quem será atribuída, em 1980, o cartão honorífico nº 1 de membro do novo Partido dos Trabalhadores do Brasil), e pelo revolucionário de Trinidad C.L.R. James, autor de um livro de referência sobre *Os Jacobinos Negros*. Para Schachtman e Burnham, a URSS já não deve ser considerada, após a invasão da Finlândia, como um Estado operário degenerado, mas como um Estado imperialista. Para Trotsky, a luta pelo derrube revolucionário da ditadura burocrática e a defesa da URSS não eram incompatíveis, mas complementares.

Em Abril de 1940, a minoria conduzida por Schachtman e Burnham deixa o SWP para fundar o *Workers Party*. Um mês depois, Burnham põe-se em bicos de pés e redige o seu célebre ensaio sobre

a era dos *managers*, largamente inspirada num livro, *A Colectivização do Mundo*, publicado em 1939, em França, por Bruno Rizzi: "Eu li o *Managerial Revolution (Revolução corporativa)* em 1945, conta Pierre Naville, e reconheci o essencial das ideias de Rizzi, sem a sua originalidade e a sua frescura." Para Rizzi, o fascismo, o estalinismo e o *New Deal* inscreviam-se na mesma categoria do "colectivismo burocrático", numa tendência para a burocratização do mundo. Esta nova ordem em formação seria progressista. A noção de colectivismo burocrático apresenta então ambiguidades simétricas à da noção elástica de totalitarismo, permitindo meter no mesmo saco relações sociais fortemente diferentes. As exigências teóricas de Trotsky são de outro rigor.

Desde Dezembro de 1940, Schachtman, que preside então ao SWP, retoma por sua conta as teses de Burnham: nem Estado operário, nem Estado capitalista, a União Soviética representaria uma nova sociedade de exploração dirigida por uma nova classe dirigente burocrática. Daqui, ele conclui um antagonismo irredutível entre duas classes: antiga e nova, burguesia e burocracia. Se a burocracia joga um papel progressista, apesar de si mesma, o alinhamento no "campo socialista" pode encontrar uma justificação apesar dos crimes do Kremlin; se são a burguesia e as democracias parlamentares que representam a força progressista, é justificado ordenarmo-nos atrás da sua bandeira na cruzada anti-totalitária. Desenham-se, assim, duas formas opostas de "campismo", obedecendo à lógica binária da exclusão de partes. Com Burnham, ela acabará num apoio ao *maccarthismo* e à guerra americana no Vietname.

Na sequência do pacto germano-soviético, Trotsky lembra que a IV Internacional preconiza desde a sua fundação, a grande indignação dos "amigos da URSS", "a necessidade de derrubar a burocracia através de uma insurreição revolucionária dos trabalhadores". Qualificando esta burocracia como uma casta, ele sublinha o "carácter

fechado, o despotismo, a morgue da camada dirigente", mas "esta definição não tem obviamente carácter estritamente científico". Para lá da querela terminológica, trata-se de saber se "a burocracia constitui uma excrescência temporária" do organismo social, ou se ela já "se transformou em órgão estritamente necessário", capaz de fundar um novo modo de produção e de abrir uma terceira via entre capitalismo e socialismo na história da humanidade. Se a burocracia estalinista sobreviveu mais tempo do que o previsto, a sua decomposição, a sua derrota final e a sua reconversão mafiosa confirmam a resposta negativa.

Foram desenvolvidas duas grandes alternativas teóricas à posição de Trotsky. A que caracteriza o regime soviético como "um capitalismo de Estado", inaugurando uma nova era que sucederia ao capitalismo concorrencial de mercado. E a do "colectivismo burocrático", segundo a qual a burocracia constituiria uma nova classe, instituindo uma nova escravatura em benefício de um explorador totalitário. Trotsky não hesita em utilizar a expressão "ditadura totalitária" para caracterizar o regime estalinista. Mas insiste no facto de que esse "regime totalitário não poder ser senão um regime temporário e transitório", e não uma nova forma de desenvolvimento orgânico das sociedades modernas.

A "defesa da URSS" não é, diz ele, a defesa daquilo em que ela se assemelha aos países capitalistas, mas daquilo em que ela ainda se distingue. É por isso que "o derrube da burocracia é indispensável à preservação da propriedade de Estado", e "é apenas nesse sentido que nós somos partidários da defesa da URSS". Esta defesa não significa a mínima aproximação com a burocracia do Kremlin: "Na realidade, nós defendemos a URSS como defendemos os países colonizados, como regemos todas as tarefas que nos fixamos, não apoiando certos governos imperialistas contra outros, mas pelo método da luta das classes internacionais, nas colónias como nas me-

trópoles." A analogia repetida entre a defesa da URSS e a dos países colonizados indica uma dificuldade irresolúvel, cuja raiz reside na vontade de dar a formas políticas uma caracterização directamente social.

Nos territórios ocupados na Europa, é provável, para Trotsky, que Moscovo "proceda à expropriação e à estatização dos grandes meios de produção". Tratar-se-ia então de uma medida revolucionária aplicada por meios burocrático-militares. Toda a mobilização independente de massas seria sem dúvida reprimida (como o foi, efectivamente, em 1953 em Berlim-Leste, em 1956 em Budapeste, em 1968 em Praga, em 1976 na Polónia): "o critério político essencial para nós não é a transformação das relações de propriedade nesta região ou naquela, por importante que ela possa ser, mas a mudança a operar na consciência e na organização do proletariado mundial. Deste único ponto de vista decisivo, a política de Moscovo, considerada globalmente, é inteiramente reaccionária e continua a ser o principal obstáculo à via da revolução mundial." Enquanto se recusa a simplificar uma realidade rasgada por contradições reais, Trotsky faz um balanço globalmente negativo do estalinismo. A extensão dos territórios dominados pela burocracia pode aumentar o prestígio do Kremlin e engendrar ilusões sobre a possibilidade de substituir a revolução por manobras burocráticas vindas do topo: "Este mal supera em muito o conteúdo progressista das reformas estalinistas na Polónia." É por isso que a anexação pela União Soviética de novos territórios, como os da Ucrânia ocidental, é categoricamente condenada. Em contrapartida, se Hitler virasse os seus exércitos contra a Rússia, seria preciso "colocar em primeiro plano a resistência militar a Hitler", pois não se lhe podia confiar a tarefa de derrubar Estaline.

À questão de saber se, como sustenta Burnham, podemos qualificar de imperialista a política de expansão do Kremlin, Trotsky

responde com a necessidade de compreender o sentido histórico do termo. A história conheceu diferentes tipos de imperialismos (esclavagista, feudal e fundiário, comercial e industrial). Podíamos falar de imperialismo burocrático, com a condição de sublinhar não apenas as similitudes mas também as diferenças. Seria mais exacto definir a sua política como aquela "da burocracia bonapartista de um Estado operário degenerado e cercado pelo Imperialismo". A fórmula, afirma, é menos sonante, mas mais justa do que simplesmente a de "política imperialista". A tentação de apelar à insurreição em duas frentes na Polónia, contra Hitler e Estaline, é obviamente grande. Mas a questão concreta é saber o que fazer se Hitler invade a URSS antes de a revolução ter decidido o destino de Estaline. Nesse caso, seria necessário combater as tropas de Hitler, como em Espanha no Exército Republicano contra o levantamento franquista, sem para isso renunciar à independência programática e organizativa da IV Internacional.

Defensismo, derrotismo, neutralismo e resistência.

O *Manifesto de Alarme* é marcado pela preocupação de não recair, em nome de uma oposição entre a democracia e o fascismo, numa união sagrada, como em Agosto de 1914. Para os países vencidos e ocupados, Trotsky prevê um agravamento da situação social das massas e a possibilidade de movimentos de resistência à opressão nacional: "A França está prestes a tornar-se numa nação oprimida", escreve ele num dos seus últimos textos de Junho de 1940, rejeitando, porém, a adaptação ao novo mapa da Europa dos "velhos argumentos social-patrióticos": se a classe operária "liga o seu destino ao destino da democracia imperialista, não poderá seguir-se senão uma nova série de derrotas". Ele mantém-se cauteloso, sublinhando que a opressão nacional e a ocupação territorial constituem um novo dado na guerra. Quando um país é ocupado, não basta lembrar que

"o inimigo está dentro do nosso país" e opor o derrotismo revolucionário à união sagrada. É com este desafio que os trotskistas vão estar confrontados, armados de uma herança preciosa, mas sem manual de instruções.

A independência numerosas vezes proclamada relativamente à resistência oficial em França ou na Jugoslávia, não resolve o problema. Necessária contra o perigo de deriva nacionalista, ela é insuficiente para traçar uma orientação política concreta. A complexidade da guerra e dos seus desfechos está ainda aumentada pela invasão da URSS ou pela resistência da China contra o Japão. A resolução da IV Internacional sobre a intervenção americana na China de Março de 1941, reconhece a necessidade de a China aceitar a ajuda americana sem ignorar os seus perigos, pois "a guerra entre os imperialismos japonês e americano (de que Tchang Kai Chek será o aliado subalterno) não suprime os problemas colocados pela luta da China para expulsar os invasores japoneses". Esta posição circunspecta, reflecte sem qualquer dúvida as hesitações e as divisões dos próprios trotskistas chineses, entre a adopção de uma política de classe pura que conduzisse a um abstencionismo sobre a questão nacional, e uma aliança perigosa com a resistência maoísta. Desde a invasão da Rússia pelas tropas alemãs, os documentos preconizam o boicote e a sabotagem dos países que combatem a URSS, mas não dos países aliados.

Após a ruína de 1940, as organizações trotskistas não podem escapar à correcção dos esquemas da Primeira Guerra Mundial. A evolução de Marcel Hic, dirigente da secção francesa até à sua deportação, em Outubro de 1943, é significativa. Em 1941, ele saúda no *gaullismo* das massas "alguma coisa de essencialmente são". No congresso clandestino do POI de 1943, ele ataca a "lamentável fantasia nacionalista" da imprensa trotskista no início da guerra. Estamos longe, em qualquer caso, da neutralidade por vezes im-

putada aos trotskistas. O boletim do comité pela IV Internacional proclama, em Setembro de 1940: "A França tende a tornar-se um país oprimido. Queremos uma França livre, uma França francesa, no quadro de uma Europa socialista." Ele apela a "comités de vigilância nacional", a "órgãos de luta nacional", à "resistência passiva organizada" em torno de palavras de ordem democráticas como: "Abaixo a pilhagem das riquezas francesas! Libertação dos prisioneiros! Evacuação dos territórios franceses" França unida, livre, independente!" Simultaneamente, longe de qualquer germanofobia, ele mantém a fraternização com o trabalhador alemão sob o uniforme, "irmão enganado", sem renunciar a declarar-se "adversários impiedosos do nazi sob o uniforme".

As *Teses sobre a questão nacional*, redigidas por Marcel Hic em Julho de 1942 para o Secretariado Europeu, declaram que a luta pelas reivindicações nacionais em França é "inseparável do apoio integral à luta dos povos coloniais contra o imperialismo". Elas reafirmam o apoio às reivindicações nacionais, incluindo os direitos das comunidades linguísticas (Bretões, Bascos, Flamengos, Valões, Ucranianos ou Albaneses) a se administrarem, a terem uma Justiça e a receber um ensino na sua língua. Estas teses contradizem a lenda da indiferença dos trotskistas (e dos marxistas em geral) à questão nacional. Elas recomendam a "participação em qualquer levantamento nacional de massas", sob palavras de ordem adequadas. Em Dezembro de 1943, uma resolução do Secretariado Europeu considera que o movimento dos *partisans* favorece a entrada das massas na política e pode contribuir para a ajuda militar à União Soviética. Ela pede aos militantes que "desempenhem o papel de destacamentos armados da revolução proletária e não de supletivos do exército imperialista; que se organizem o mais possível de forma autónoma sobre uma base democrática, com exclusão de qualquer elemento burguês ou reaccionário; que se constituam em fracções camufladas nas filei-

ras das organizações militares controladas pela união sagrada; que rechacem qualquer política de assassinato de soldados alemães e qualquer acção de sabotagem que escavaria um fosso entre trabalhadores indígenas e soldados alemães; que organizem a propaganda de fraternização com as tropas de ocupação e abram as suas fileiras aos desertores alemães". As divergências com a resistência oficial não são sobre a necessidade da luta contra o ocupante, mas sobre os métodos: os trotskistas do POI rejeitam a acção militar minoritária e colocam o acento sobre a resistência e a auto-organização de massas. A sua orientação pode parecer irrealista tendo em conta as forças implicadas e que as tentativas de se integrarem nos *maquis* chocam com a repressão estalinista, como testemunha o assassinato de Pietro Tresso e dos seus camaradas depois da evasão colectiva do *Puy* (relatada por Pierre Broué, Alain Dugrand e Raymond Vacheron em *Assassinatos no maquis*).

Quando, em 1943, Estaline oficializa a dissolução da III Internacional, o Secretariado Europeu da IV Internacional consegue preparar uma conferência que se reúne em Fevereiro de 1944. Ela afirma que "o proletariado não pode desinteressar-se da luta das massas contra a opressão do imperialismo alemão", mas critica simetricamente "os desvios social-patrióticos" do POI (secção francesa reconhecida no início da guerra) e "o desvio sectário de esquerda" da sua dissidência minoritária, o Comité Comunista Internacionalista. Em vez de distinguir entre "o nacionalismo imperialista da burguesia vencida" e o nacionalismo das massas que exprimem de forma reaccionária a sua resistência à exploração e ao imperialismo ocupante, o POI teria considerado como progressista a luta da sua própria burguesia "sem se distanciar do *gaullismo*". Inversamente, o CCI ter-se-á recusado a distinguir "o nacionalismo da burguesia do movimento de resistência das massas". O texto acrescenta a propósito do movimento dos *partisans*: "Quando se trata de gru-

pos de golpes-de-mão montados por organizações nacionalistas ou estalino-patrióticas, a atitude resultará dos seus objectivos e dos resultados da sua acção." Estas formulações ilustram bem as contradições com que se debatiam os pequenos núcleos militantes, numa confusão em que se opunham forças colossais. O seu esforço é tão mais honorável, quanto os militantes estão expostos ao duplo perigo da repressão pelo ocupante e, no seio da própria resistência, à hostilidade criminosa dos estalinistas.

Órgão do POI clandestino, *La Verité (A Verdade)* começou a reaparecer a partir de Agosto de 1940 sob a forma de um nº 1 renascido. A preocupação em combater o chauvinismo nas fileiras operárias concretizar-se-á em 1943 na publicação *Arbeiter un soldat (Trabalhador e Soldado)*, boletim destinado às tropas de ocupação. Desde o início de 44, *A Verdade* denuncia os projectos de "esquartejamento da Alemanha". A 17 de Fevereiro de 1944, apela "ao socorro dos rapazes do *maquis*" e a "atacar as gentes da milícia como cães enraivecidos". A 29 de Abril de 1944 tem por título: "Da luta reivindicativa à luta armada." O número especial do 1º de Maio de 1944 apela a um 1º de Maio de greve geral, à preparação, aquando do desembarque, para ocupar as fábricas e as minas para instituir um controle operário sobre a produção e os transportes, à luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Se as críticas do POI relativamente às direcções da resistência se baseiam nos métodos e não nos princípios, a posição do CCI é mais abstencionista, bem como a do grupo que se constitui em volta do Boletim *Lutte de Classes*, antepassado do actual *Lutte Ouvriére.* Este grupo foi constituído com origem num punhado de militantes que rodeavam David Korner, aliás, Barta, judeu romeno que, após ter tentado em vão juntar-se à Espanha Republicana, milita no POI, onde defende, com a minoria, a entrada no PSOP de Marceau Pivert. Afastou-se da Internacional e da sua secção francesa ainda

antes da guerra, acusando-as de estarem a reboque dos partidos comunistas e das esquerdas socialistas, em detrimento da sua própria independência política e organizativa. O seu grupo via na resistência "um engano da colaboração de classe" e o seu boletim martelava palavras de ordem contra a guerra imperialista directamente inspiradas no derrotismo revolucionário da Primeira Guerra Mundial. No seu nº 1, o *Luta de Classes* lançava uma campanha contra o "serviço de trabalho obrigatório", cujo principal responsável, Mathieu Bucholtz, foi assassinado em Setembro de 1944 pelos estalinistas. O nº 25, de Fevereiro de 1944, trazia o título, a propósito da execução do grupo Manouchian: "Defesa contra os terroristas". No seu editorial, Barta escrevia: "Olhem bem para eles, estes rostos de oprimidos e de explorados, estes rostos de trabalhadores de vários países (...). A sua coragem deve servir de exemplo."

A guerra vai marcar, para as organizações trotskistas, uma ruptura de continuidade geracional e organizativa. A maioria dos pioneiros e dos fundadores desaparece, seja sob os golpes da repressão, seja por lassidão e desmoralização. Às vítimas da repressão fascista ou colonial, junta-se a lista de vítimas da repressão estalinista, incluindo o próprio Trotsky, alcançado pelos assassinos no México, em Agosto de 1940.

Capítulo IV

AS TRIBOS DISPERSAS

Como as profecias dos antigos profetas (sob o modo "se…, então…"), as previsões de Trotsky não são adivinhatórias, mas condicionais. Elas não anunciam o que irá certamente acontecer mas formulam hipóteses estratégicas para a acção. Assim, numa entrevista de Fevereiro de 1940, Trotsky afirma que a guerra se estenderá até que tenha esgotado todos os recursos da civilização, ou então até que parta a cabeça contra a revolução". Se…, se… ou então…, ou então…

Entre estes ramos da alternativa, o leque dos possíveis está largamente aberto. Em Agosto de 1937, Trotsky anunciava: "Tudo permite supor que se a humanidade inteira não for lançada na barbárie, as bases sociais do regime soviético (as novas formas de propriedade e de economia planificada) resistirão à prova da guerra e sairão mesmo fortalecidas. Em Outubro de 1938, no seguimento de Munique, ele antevia outro cenário: "Está claro que, se a nova guerra terminar com a vitória única deste ou daquele campo imperialista; se a guerra não provocar nenhuma insurreição revolucionária nem nenhuma vitória do proletariado; se uma nova paz imperialista, mais terrível do que a de Versailles, sobrecarregar os povos com novas correntes por dezenas de anos; se a infeliz humanidade suportar tudo isto – então a espantosa desagregação futura do capitalismo fará regredir todos os povos por longas dezenas de anos. Seguramente, caso se realizasse esta perspectiva de passividade, de capitulação, de derrota e de declínio, as massas oprimidas e povos inteiros seriam constrangidos a percorrer de novo de joelhos o caminho histórico já antes percorrido."

Mais tarde, em *A Rússia em Guerra*, ele imagina outras hipóteses: "A incapacidade do proletariado para assumir nas suas mãos o comando da sociedade podia, efectivamente, levar à emergência de uma nova classe exploradora saída da burocracia bonapartista e fascista. Seria, ao que tudo indicava, um regime de decadência que

significaria o crepúsculo da civilização. Chegaríamos a um resultado análogo no caso em que o proletariado dos países capitalistas avançados, tendo conquistado o poder, se tornasse incapaz de o conservar e o abandonasse, como na URSS, a uma burocracia privilegiada. Seríamos então constrangidos a admitir que a queda burocrática não se deveu ao atraso do país e ao cerco capitalista, mas sim à incapacidade orgânica do proletariado para se tornar uma classe dirigente. Seria então preciso estabelecer retrospectivamente que, nos seus traços fundamentais, a URSS actual é precursora de um novo regime de exploração à escala internacional." O colectivismo burocrático constitui assim uma perspectiva concebível cuja realização deveria implicar, segundo ele, um abandono radical do paradigma marxista. Estamos bem longe de uma visão teleológica da história de sentido único: "(...) Ou o regime estalinista não é mais do que uma inversão execrável no processo de transformação da sociedade burguesa em sociedade socialista, ou é a primeira etapa de uma nova sociedade de exploração". Então, os nossos descendentes, diz ele, deverão definir uma política numa situação radicalmente nova.

Estas profecias dialécticas de Trotsky não foram menos debatidas e interpretadas no microcosmos trotskista, do que as de Nostradamus nos círculos esotéricos. No pós-guerra, os seus herdeiros foram de facto confrontados com questões maiores.

1. A da avaliação do período anterior. Embora não exercendo influência significativa, as teses avançadas durante a guerra por dois dirigentes da secção alemã são sintomáticas da desmoralização que ameaça. Eles prognosticam uma guerra longa que destruirá a civilização. Nessas condições, as nações europeias desenvolvidas sofreriam por sua vez uma opressão nacional que as levaria a um nível inferior ao da Índia. A perspectiva revolucionária perde-se então num futuro longínquo e a tarefa imediata reduz-se à defesa

das conquistas democráticas. Um tal pessimismo histórico não pode desembocar senão numa política do mal menor, alinhada seja sob as democracias ocidentais, seja sob a burocracia do Kremlin.

Mais do que rever as análises de antes da guerra à luz dos factores imprevisíveis como o equilíbrio do terror atómico, a atitude que predomina entre os dirigentes da Internacional, na Europa ou nos Estados Unidos, consiste em considerar o pós-guerra como uma pausa ou um interlúdio numa guerra que vai continuar sob outras formas. Não há, portanto, lugar à modificação das hipóteses estratégicas anteriores. O dirigente americano Felix Morrow sublinha já o erro que consiste em pôr a tónica exclusivamente nas condições "objectivamente" revolucionárias: a ausência de um partido revolucionário de massas não é a peça que falta num *puzzle*, ela transforma qualitativamente as "condições que noutro contexto seriam revolucionárias". Esta observação coloca em causa uma fórmula do programa de transição, segundo a qual a crise da humanidade se reduziria à crise da sua direcção revolucionária. Esta podia ter tido uma pertinência relativa nos anos 1930, quando existia um movimento operário poderoso e a dinâmica de Outubro não tinha esgotado os seus efeitos. Mas a dialéctica cumulativa das derrotas acabou por modificar as próprias condições objectivas.

Em 1947, o jovem economista belga Ernest Mandel mantém a ideia segundo a qual o *boom* seria de curta duração, antes de um novo desenvolvimento revolucionário. Enquanto que, em seguida, ele analisará os factores da onda longa e expansiva da economia mundial, outros – como a corrente lambertista – irão cismar, para continuarem fiéis a uma fórmula conjuntural do programa de transição, em apoiar, contra toda a verosimilhança, em plena revolução tecnológica e em pleno crescimento da produtividade do trabalho, que "as forças produtivas pararam de crescer". Desde 1947, alguns estão mais perplexos. Fundador da corrente *International Socialism*

(Socialismo Internacional), Tony Cliff conta nas suas memórias que, judeu da Palestina desembarcado em Londres em 1946, ele foi surpreendido pela prosperidade relativa do país. Os delegados da secção britânica ao II Congresso Mundial de 1948 apresentarão emendas comuns com o delegado argentino Nahuel Moreno, constatando os efeitos do plano *Marshall* sobre o restabelecimento da produção e a estabilização das relações de forças na Europa. Mas a maioria da direcção internacional receava que as especulações sobre uma nova fase de expansão levassem a uma capitulação de direita. Sem uma explicação adequada de um dinamismo contrastante com o marasmo dos anos 1930, desenhava-se com efeito a tentação de abandonar a crítica do marxismo em detrimento das receitas keinesianas.

2. **A "questão russa" é a mais explosiva.** Estabelecendo um paralelo com as guerras napoleónicas, Trotsky tinha previsto que a ocupação da Polónia, da Finlândia e dos Países Bálticos pelo Exército Vermelho terminaria provavelmente com a sua "assimilação estrutural" nas relações sociais da União Soviética. A estatização da propriedade seria relativamente progressista, mas de forma contraditória na medida em que resultaria de decisões autoritárias opostas a uma mobilização autónoma do proletariado. A manutenção da burocracia no poder após a guerra significaria então "um regime de declínio marcando o eclipse da civilização" e não a aproximação de um novo modo progressista de produção. No fim dos anos 1940, estava claro que o regime estalinista tinha sobrevivido. Uma nova explicação torna-se necessária. A IV Internacional ressuscitada agarra-se à letra dos textos anteriores à guerra, caracterizando a União Soviética como um Estado operário degenerado. Quanto aos Estados da Europa Oriental, eram considerados em 1948 como países capitalistas sob uma ditadura policial. As teses sobre a União Soviética e o estalinismo consideravam que "o que subsiste das con-

quistas de Outubro diminui sem parar". A parasitagem burocrática minava de dia para dia as relações sociais herdadas da revolução. O jugo que pesava sobre os trabalhadores comportava uma diminuição relativa da produtividade do trabalho. Era preciso pensar essas contradições reais em vez de as negar em prol de simplificações. Para o II Congresso de 1948, a URSS era portanto uma sociedade em transformação entre capitalismo e socialismo. A fórmula tem o inconveniente de se inscrever numa visão linear da história e numa lógica de exclusão de partes em vez de se compreender uma realidade social singular. A definição da União Soviética como "pós-capitalista" faz parte da mesma lógica. Do ponto de vista da totalidade das relações sociais mundiais, o regime burocrático não vem "depois" do capitalismo ele é, pelo contrário, contemporâneo, parte integrante do seu espaço-tempo e dependente da sua lógica imperialista.

Conscientes das dificuldades teóricas, os redactores dos documentos do congresso tomam as precauções terminológicas, recomendando o afastar de formulações cheias de ilusões, como as que qualificavam a URSS como "último bastião da revolução" e caracterizavam a sua economia como "economia socialista". Eles recusam da mesma forma as analogias superficiais contidas em noções tão aproximativas como o "fascismo vermelho" ou o "imperialismo soviético".

3. **A terceira grande questão levantada pelo pós-guerra é saber porque é que a IV Internacional não conheceu o desenvolvimento esperado.** Trotsky tinha prognosticado que ela seria a força revolucionária decisiva no mundo por altura dos 100 anos do Manifesto Comunista, ou seja, em 1948. A conferência europeia de Fevereiro de 1944 tinha no entanto constatado o desgaste ligado à sua imaturidade política: "As crises frequentes, o intelectualismo, o fraccionismo, que marcaram frequentemente o desenvolvimento deste

movimento, são em parte consequência de uma composição social defeituosa que impede por muito tempo a exploração vantajosa das possibilidades objectivas reais. Olhando ainda o lado puramente político do seu trabalho crítico do estalinismo e das outras tendências oportunistas do movimento operário, o nosso movimento perdeu muitas vezes de vista os problemas ligados à sua própria organização, à nossa composição social, ao nosso trabalho prático constante, ao recrutamento e à educação dos membros, aos métodos de funcionamento e de organização." Interiorizando a sua marginalidade, as secções viviam-se, com frequência, como interinas, em detrimento de um trabalho paciente inscrito na duração. A este mal recorrente, responde o fetichismo da "metodologia organizativa", com lugar, por vezes, de orientação política em organizações como o *Socialist Workers Party* dos Estados Unidos, ou a *Lutte Ouvrière* em França.

Relativamente correcta num contexto determinado, a fórmula ritual do *Programa de Transição* segundo a qual a crise da humanidade se reduz à sua crise de direcção revolucionária, erigida a generalidade atemporal, torna-se fonte de uma paranóia política: se as condições objectivas decretadas excelentes não levam a sucessos significativos, é preciso procurar a razão nas capitulações ou nas traições da vanguarda. A política da suspeita, a obsessão da traição, o processo de intenções sistemático, produzem então efeitos devastadores.

No pós-guerra, os acontecimentos precipitam-se. Após a capitulação alemã e o pacto de Ialta, são largadas bombas atómicas sobre o Japão; em 1947, têm lugar a guerra civil na Grécia, a expulsão dos partidos comunistas dos governos em França e na Itália, as cisões sindicais, a formação do *Kominform*, a adopção do plano *Marshall*; em 1948, o "golpe de Praga", o divórcio público entre Estaline e Tito; em 1949, a vitória da revolução chinesa, a proclamação de uma

República da Alemanha Oriental, a formação do Pacto Atlântico e do Mercado Comum do carvão e do aço. Confirmando parcialmente os prognósticos anteriores à guerra, o mundo é abalado por convulsões, em França, na Itália em 1948, na Grécia, na China e na Jugoslávia, sobretudo. A revolução colonial desenvolve-se no Vietname, na Indonésia, na Índia. Os países industriais desenvolvidos ficam, em contrapartida, prisioneiros da grande "partilha" de Ialta, à qual a negociação com Estaline, relatada nas memórias de Churchill, dá um sentido literal e matemático. Constrangidos a depor as armas, em virtude dos acordos de Varkiza, os comunistas gregos são as primeiras vítimas.

As confirmações parciais da hipótese estratégica anterior à guerra, não podiam mascarar no entanto a sua infirmação global. Esmagado ou decapitado por Hitler, morto pelos bombardeamentos aliados, neutralizado pela partilha da Alemanha, o proletariado alemão não se tinha levantado. O regime soviético tinha sobrevivido impondo aos povos e ao proletariado uma terrível sangria. As economias imperialistas remediavam-se na dor, em vez de se afundarem numa decomposição sem saída. Longe de desaparecerem, os velhos partidos sociais-democratas e estalinistas reapareciam em cena. Esta situação explica-se politicamente pelo compromisso entre imperialistas vitoriosos e a burocracia estalinista, pela partilha da Europa em zonas de influência, pelas concessões arrancadas às classes burguesas aterrorizadas em favor de um novo compromisso social, pelo aligeirar do fardo em certas colónias, que contribuem para conter a primeira vaga revolucionária. O que não impede que os trotskistas se encontrem frente a uma situação imprevista.

A conferência internacional que teve lugar em Paris em Abril de 1946 renova os laços da Internacional dispersa. Ela mantém a previsão de um marasmo económico durável, apesar de um breve intervalo. A perspectiva de uma revolução iminente foi igualmente

mantida, ainda que diferida. Os elementos de autocrítica recaíam sobre "os ritmos e não sobre a natureza do período": "Só um espírito superficial e capitulador pequeno-burguês poderia ver um desmentido da nossa perspectiva revolucionária no facto de a guerra não ter imediatamente determinado a revolução na Europa; de a revolução alemã não ter tido lugar; de as organizações tradicionais, e em primeiro lugar os partidos estalinistas, terem conhecido um novo e potente desenvolvimento. Reconhecendo que esses factos são derrotas para o proletariado revolucionário, a IV Internacional não pode esquecer um só instante que a crise mortal do capitalismo, a destruição do seu equilíbrio, o agravamento das suas contradições fundamentais, constituem factos ainda mais importantes sobre os quais repousam a nossa perspectiva revolucionária e as nossas possibilidades, maiores do que nunca, de construir o partido da revolução."

A viragem imprevista da situação mundial em 1947-1948 teria exigido uma redefinição mais radical do projecto da Internacional. Esta questão não resolvida esteve na raiz das dinâmicas centrífugas que o movimento trotskista internacional conheceu então. Ela assombra o Congresso Mundial de 1948, reunido mesmo no início da Guerra Fria, logo a seguir ao "Golpe de Praga", na véspera da ruptura soviético-jugoslava e da vitória da revolução chinesa. Se as apreciações divergiam sobre a possibilidade de rectificação das economias capitalistas, ninguém imaginava ainda a longa prosperidade económica dos "Trinta Gloriosos". Retomando a teoria dos ciclos e das ondas longas (então bem esquecida), Ernest Mandel consagrará a melhor parte da sua obra (o *Tratado de Economia Marxista*, em 1962, e a *Terceira idade do capitalismo, em 1976*) a elucidar o segredo desse dinamismo capitalista reencontrado. Quanto à guerra iminente, na véspera da revolução chinesa e da guerra da Coreia, no momento em que a União Soviética está a ponto de possuir a arma atómica, ela

não parece um devaneio de Cassandra[4], mas sim uma eventualidade seriamente previsível.

Contudo, as discussões do Congresso abordaram sobretudo os acontecimentos na Europa do Leste e o carácter dos Estados sob tutela soviética. A Guerra Fria empurrava a URSS para a "assimilação estrutural" dos países ocupados, ou seja, a alinhar à força as suas relações sociais com as da União Soviética. A maioria do Congresso considerava estes países como países capitalistas ocupados por uma ditadura policial. Um ano mais tarde, em 1949, eles estão "em vias de assimilação estrutural inacabada". O embaraço da fórmula testemunha uma dificuldade evidente. Entre 1948 e 1950, a situação precipita-se. Em Junho de 1948, a ruptura entre Estaline e Tito torna-se pública. Em reacção aos projectos de federação balcânica, susceptível de afirmar uma independência relativa face ao Kremlin, a assimilação estrutural precisa-se. Em Abril de 1950, Ernest Mandel junta-se à caracterização da Jugoslávia como Estado operário, mas mantém no resto a categoria de "Estados burgueses degenerados". O Partido Comunista chinês continua definido como "um movimento camponês dirigido por estalinistas".

Na URSS, os trinta anos decorridos após a revolução provariam a "extraordinária solidez das novas relações sociais". Este julgamento fortemente discutível, traduz bem a perplexidade dos delegados do II Congresso perante a resistência inesperada do regime estalinista, enquanto a "degenerescência e a reacção atingem um nível monstruoso". Uma Europa unida e socialista aparecia como a única alternativa progressista ao plano *Marshall* e à partilha do continente. O Congresso pronuncia-se então pela unidade incondicional da Alemanha, e pela retirada das tropas soviéticas. Ele considera que Wa-

[4] N.T.: Cassandra é uma personagem mítica grega que tinha o dom da profecia (correcta) mas que foi condenada a que ninguém acreditasse nas suas profecias.

shington prepara a guerra contra a URSS, não para lhe introduzir a democracia política, mas para restaurar o capitalismo. O título do seu Manifesto resume bem a orientação geral do congresso: "Contra Wall Street e o Kremlin!"

As desilusões arrastam então as primeiras partidas significativas do movimento trotskista. Após 1947, David Rousset afastou-se para fundar, com Jean-Paul Sartre o efémero *Rassemblement Révolutionnaire Démocratique (Agrupamento Revolucionário Democrático)*, que se desintegra rapidamente depois de ter organizado em Abril de 1948 uma reunião contra a ditadura e a guerra, na qual o convidado americano saudou os efeitos dissuasivos da arma atómica contra o expansionismo soviético. A cisão conduzida por David Rousset e Jean-René Chauvin não arrasta mais de um terço dos efectivos da secção francesa.

O II Congresso tomou em seguida conhecimento da carta enviada pela viúva de Trotsky, Natalia Sedova e pelo poeta Benjamin Péret, reveladora das interrogações que torturam os militantes: "A política da Rússia e do estalinismo abate-se sobre as esperanças humanas bem mais pesadamente do que o capitalismo financeiro de Wall Street." A defesa da URSS traz, portanto, prejuízo à revolução mundial mais do que contribui para ela. Esta fidelidade destrutiva "deve ser abandonada. É a mais importante questão em litígio no nosso movimento": "Abaixo o conservadorismo trotskista! Abaixo o fetichismo trotskista!", concluem os dois signatários, que romperão com a Internacional em 1951.

Delegado ao Congresso, Max Schachtman vai também afastar-se definitivamente. Desde 1947, ele julgava o estalinismo pior do que o capitalismo e considerava a social-democracia como um mal menor. Esta evolução conduzi-lo-á, no final dos anos 1940, ao apoio à Aliança Atlântica, e a derivar para um "anti-totalitarismo liberal" ou um "anti-comunismo liberal" (e já não anti-estalinista). Ele acaba por

se juntar ao Partido Democrata e apoiar a intervenção no Vietname. Uma minoria da sua corrente resistirá a esta trajectória para fundar em 1964 os *Clubes Socialistas Independentes*, antes de se juntar ao *International Socialism*, em 1969, e depois à rede *Solidarity*, em 1985. Quanto a Burnham, prossegue a sua evolução aderindo à ideia de guerra nuclear preventiva contra a URSS durante a Guerra Fria e depois ao apoio à intervenção americana no Vietname. Como havia previsto Trotsky, uma constatação da impotência do proletariado tinha-o conduzido à rejeição do marxismo em geral como sendo utópico.

Tendo deixado em 1940 o SWP de Cannon, pelo *Workers Party* de Schachtman, a corrente animada por Johnson e Forrest (pseudónimos respectivos de C.L.R. James e de Raya Dunayesvskaya) fez o percurso inverso em 1949. Originário de Trinidad, James tinha-se instalado no Estados Unidos em 1938. A pequena burguesia na época do capitalismo de Estado constituía, a seus olhos, a base social do estalinismo. Não se tratava de um fenómeno próprio da União Soviética, mas de uma tendência universal que respondia à nova organização da produção e à convergência tendencial dos sistemas sociais do Leste e do Oeste. No seu projecto de resolução para o II Congresso, Johnson e Forrest afirmavam que a IV Internacional, apesar do heroísmo dos seus militantes, estava resumida a uma seita repartida entre estalinofobia e estalinofilia. Alimentando ilusões keinesianas sobre a possibilidade de regulação estatal do mercado, as nacionalizações do pós-guerra desorientavam a classe operária. A estas pesadas tendências, eles opunham as formas espontâneas de auto-organização.

Cornelius Castoriadis, que tinha rompido em 1942 com o PC grego, defendia igualmente, sob o pseudónimo de Chaulieu, uma posição minoritária no II Congresso. Ele considerava que a noção de Estado operário degenerado confundia relações de propriedade

e relações de produção. As relações sociais na URSS continuavam a ser relações de exploração e de apropriação do capital pela burocracia dominante. A noção de Estado operário degenerado, que podia ter tido a sua justificação, tinha-se tornado falsa, pelo menos depois de 1928 e do primeiro Plano Quinquenal. Castoriadis conclui que a URSS realizava a fusão do capital e do Estado em direcção a uma dominação mundial de um Estado único, e que os PC se tornariam em agentes de uma terceira via, para lá da alternativa capitalismo/socialismo. Tal como C.L.R. James, do qual se sentia próximo, ele não considerava o estalinismo como um acidente histórico reflectindo a pressão do mercado mundial e do ambiente capitalista sobre um Estado operário, mas como uma nova fase do desenvolvimento capitalista. Ele preferia então falar de "capitalismo burocrático" que de "capitalismo de Estado", para melhor sublinhar que se tratava de uma nova etapa imprevista do desenvolvimento histórico. Procurava uma alternativa nas práticas conselhistas e de auto-gestão, colocando mais a tónica na invenção voluntarista de novas formas de organizações e de novas instituições, do que sobre a dialéctica das necessidades e sobre o dinamismo das contradições sociais. Opunha, finalmente, o derrotismo revolucionário em caso de guerra à posição tradicional de defesa da URSS.

Castoriadis deixa também a Internacional para fundar, no início de 1949 (com Claude Lefort, Jean-François Lyotard, Daniel Mothé), a revista *Socialismo ou Barbárie* e o círculo com o mesmo nome. O principal motivo para a ruptura era portanto a questão do estalinismo: porque é que a IV Internacional não soube romper radicalmente com ele, contentando-se com um papel de oposição subalterna, em lugar de afirmar um projecto realmente autónomo? *Socialismo ou Barbárie* rejeitava a política dita da "frente única operária" que constituiria essa adaptação, bem como a militância nos sindicatos em prol de um esforço por desenvolver dos comités unitá-

rios de base nos locais de trabalho. Condenava igualmente o apoio à revolução jugoslava e fixava-se como tarefa repensar a natureza dos Estados burocratizados. Apesar da sua radicalidade, o grupo não conseguiu sair da marginalidade. Desapareceu praticamente depois da sua auto-dissolução em 1966. Nos anos 80, encontramos um eco amplificado das suas teses iniciais no livro de Castoriadis, *Perante a Guerra*, no qual a toda-poderosa "estadocracia" soviética aparece como a ameaça principal para o futuro da humanidade. O totalitarismo burocrático parece então pior do que as ditaduras militares: estas últimas passam, enquanto o primeiro seria eterno.

Tony Cliff deixa igualmente a Internacional depois do congresso de 1948. Desenvolve uma análise alternativa do conjunto da nova situação, articulada em torno de três ideias: o capitalismo de Estado no Leste, o papel da economia permanente de armamento no mundo e a revolução permanente corrompida nos países coloniais.

- o Estado soviético não é operário, mas capitalista de Estado;
- o dinamismo económico reencontrado não significa o triunfo das receitas keinesianas; ele resulta de um crescimento apoiado pela economia permanente de armamento;
- nesse contexto internacional, a revolução permanente dos países coloniais é canalizada para a formação de economias estatizadas e dirigidas por novas elites burocráticas.

Cliff sistematiza a sua posição com a publicação, em 1955, de *Capitalismo de Estado na Rússia*. Outubro de 1917 permanecia, para ele, uma revolução autêntica, mas o Estado operário devia ser caracterizado pela organização do proletariado em classe dominante e não pela propriedade estatal dos meios de produção, pelo grau de auto-organização e de auto-actividade da classe e não pelas relações jurídicas de propriedade. Ele considerava que com a teoria da assimilação estrutural, a via "bismarckiana" da transformação estrutu-

ral das relações sociais a partir de cima, tendia a tornar-se a regra. Pode ainda falar-se de Estado operário quando os trabalhadores continuam separados de meios de produção? A fidelidade dogmática a fórmulas ultrapassadas decorria, segundo ele, de um fetichismo das relações de propriedade! Esta conduzia a conceber a revolução anti-burocrática não como uma nova revolução verdadeira, mas mais como uma auto-reforma do sistema burocrático. As relações de propriedade não podiam ser desligadas das relações de produção que as englobam. Daí a palavra de ordem: "Nem Moscovo, nem Washington! Socialismo internacional!" Esta teoria do capitalismo de Estado, que continua no terreno das categorias marxistas, insiste mais nas semelhanças do regime saído da contra-revolução burocrática com o capitalismo, do que nas suas diferenças estruturais. Ela desemboca então numa contradição: porque é que os partidos estalinistas, se são os agentes internacionais do capitalismo de Estado, são capazes de exercer uma influência importante sobre a classe operária? Será o sinal de que uma parte maioritária do proletariado prefere a segurança desta nova alienação às incertezas da auto-emancipação?

Estas controvérsias traduzem uma dificuldade teórica maior. Na União Soviética, a partir dos anos 1930, os trabalhadores não são certamente donos dos meios de produção, mas a sua força de trabalho também não é uma mercadoria do mesmo tipo que nos países capitalistas e o excesso de trabalho extorquido não é acumulado sob forma de capital mas consumido improdutivamente sob a forma de privilégios, de desperdício, ou de despesas de armamento. Para Tony Cliff, as características essenciais do modo de produção capitalista são a separação dos trabalhadores dos meios de produção e o facto de a força de trabalho funcionar como uma mercadoria. Estas duas condições teriam sido realizadas na União Soviética com o Plano Quinquenal de 1929-1932. Durante esse período, a URSS

ter-se-ia tornado, portanto, capitalista de Estado. As purgas e os processos não teriam feito senão consolidar essa mutação. A burocracia transforma-se então em classe dirigente a tempo inteiro.

Da mesma forma, a teoria da revolução permanente devia ser submetida à prova da revolução chinesa e, mais tarde, da revolução cubana. Como definir os regimes saídos de uma tomada do poder por partidos que se opõem à autonomia dos movimentos sociais, como foi o caso na China com o apelo à calma nas cidades pela direcção maoísta no momento da ofensiva militar de 1949? E em parte o caso em Cuba, através das tensões entre a "selva" (a montanha) e o "llano" (a planície), relatadas por Carlos Franqui no seu diário da revolução cubana?

Principais animadores da maioria internacional, Michel Pablo e Ernest Mandel tentavam, pelo contrário, tomar nota dos novos acontecimentos continuando a observar de perto a ortodoxia. Tiravam argumento do desenvolvimento das forças produtivas na URSS, suposto provar a superioridade de uma socialização, mesmo que imperfeita, dos meios de produção. Este argumento parece duplamente polémico, porque os níveis de crescimento do período de acumulação extensiva foram postos em causa pela estagnação-regressão da era brejneviana. Indo mais longe, Isaac Deutscher previa, em 1956, que a URSS tinha ultrapassado em dez anos o nível de vida dos Estados Unidos. No final dos anos 50, em plena euforia do *Sputnik*, o tema do alcançar/ultrapassar os Estados Unidos no horizonte do novo século fazia parte da retórica khroutchteviana. Para Cliff, pelo contrário, a burocracia tinha-se tornado um travão quase absoluto. O desenvolvimento da produtividade do trabalho estava entravado não apenas pela má gestão burocrática, mas também pela resistência passiva a um trabalho alienado. A verificação *postmortem* desta tese teria sido, considerava ele nos seus últimos escritos, o abrandamento do crescimento dos anos 1970, pelo facto de os tra-

balhadores não terem defendido o que era suposto ser o seu Estado e pelo facto de a burocracia se ter reciclado no mercado mundial tornando-se na sua maioria um agente activo da restauração.

Estas controvérsias levantam várias questões quanto à estrutura da contra-revolução burocrática e quanto à caracterização directamente social de fenómenos políticos. Por um lado, a procura de um acontecimento simétrico ao acontecimento revolucionário, como se o tempo histórico fosse reversível, obstaculiza à compreensão de um processo original ou surgido do inédito e do inesperado. Por outro lado, quer se trate de Estados ou de partidos, qualificá-los de operários atribui-lhes uma substância social, em detrimento da especificidade dos fenómenos políticos que transfiguram as relações sociais. A caracterização directamente social das formas políticas torna-se então um jugo dogmático que envenena o pensamento. Sublinhemos enfim que, seja quais forem as caracterizações divergentes da União Soviética, Pablo como Castoriadis, Mandel como Cliff, Cannon como James, consideravam todos a revolução russa como uma revolução autêntica e não como um golpe de Estado. Todos datavam igualmente a viragem contra-revolucionária qualitativa ndo primeiro Plano Quinquenal e no grande terror dos anos 30.

Capítulo V
À ESPERA DE GODOT

No início dos anos 1950, a direcção da Internacional tenta, sob o impulso de Michel Raptis (Pablo), redefinir um projecto político coerente. Em Abril de 1950, começa a guerra da Coreia. Os anos 50 são marcados pelo clima de Guerra Fria, o *maccarthismo* nos Estados Unidos, o processo e a execução dos Rosenberg, o início da experiência auto-gestionária jugoslava, o nascer da revolução colonial no Egipto ou na Bolívia em 1952. Em 1953, os operários de Berlim-Leste revoltam-se. Em 1954, o imperialismo francês é derrotado em Diên Biên Phû e a guerra de libertação argelina começa em *La Toussaint*. O ano seguinte assiste (por iniciativa da Índia, do Egipto, da Jugoslávia) à conferência dos países não-alinhados, em Bandoung. Em 1956, Nasser nacionaliza o canal do Suez, Khrushchov denuncia os crimes de Estaline no seu relatório ao XX Congresso, Mao lança na China a campanha das Cem Flores, Varsóvia e Budapeste insubordinam-se contra o jugo burocrático, a revolução húngara é esmagada pelos tanques soviéticos. Em Cuba, uma dúzia de barbudos escapados do desembarque do *Granma* inicia a luta armada contra a ditadura de Batista.

No início desta década, é claro que o capitalismo não se vai afundar sob o peso das suas contradições, e que a burocracia soviética consolida a sua dominação sobre os países da Europa de Leste, enquanto que a extensão da revolução na Jugoslávia e China e o crescimento da revolução colonial agudizam as suas contradições.

A orientação que se desenha então na Internacional está directamente ligada ao prognóstico de uma nova guerra mundial iminente. Esta "guerra por vir" assumiria a dinâmica de uma guerra civil mundial ou de uma "guerra-revolução". No contexto da Guerra Fria, esta eventualidade não tinha nada de inverosímil. Em Março de 1951, Pablo publica um artigo intitulado: "*Para onde vamos?*", em que analisa "a realidade social objectiva" como "composta essencialmente do regime capitalista e do mundo estalinista". Estes

elementos constituem "a simples realidade objectiva" pois, quer o queiramos quer não, "a esmagadora maioria das forças opostas ao capitalismo são actualmente dirigidas ou influenciadas pela burocracia soviética". Esta oposição coloca lado a lado um sistema social, o capitalismo, e uma noção vaga, o mundo estalinista. Esta ambiguidade teórica é reforçada pela convicção de que "a transição [do capitalismo para o socialismo] ocupará provavelmente um período histórico de alguns séculos". O estalinismo parece então pertencer à longa época de uma passagem, mais duradoura do que previsto, entre capitalismo e socialismo. Um raciocínio próximo, conduziu o economista Charles Bettelheim e Gilles Martinet a considerarem o estalinismo como um aliado estratégico e a acomodar-se como num estratagema da razão histórica.

Em si, a formulação dos "séculos de transição" não tem nada de herético. Se a conquista do poder é um acontecimento político, a transformação das relações sociais é um processo histórico cuja duração ninguém pode pré-determinar. Mas, associada a uma visão do mundo inteiramente estruturada pelo confronto entre imperialismo e o "mundo estalinista", esta hipótese pode tornar-se a justificação de uma *realpolitik* alinhada com um dos campos em presença. É o que vale a Pablo, da parte dos seus opositores, a acusação de "campismo" e de conciliação com a burocracia soviética.

O debate complica-se ainda com uma questão espinhosa: a compreensão das revoluções jugoslava e chinesa e a caracterização das suas direcções. Nos dois casos, os trotskistas foram vítimas da repressão burocrática. Na China, os seus dirigentes foram presos desde a chegada ao poder do Partido Comunista, em 1949. Na Jugoslávia, os trotskistas de Belgrado foram liquidados em 1941. Confundindo o movimento de massas e a sua direcção, uma estalinofobia compreensível pode então conduzir ao sectarismo. É portanto ainda mais meritório não ver os grandes acontecimentos históricos pelo

pequeno buraco de agulha dos interesses particulares de grupo e de partido. Contrariamente à assimilação estrutural da Europa de Leste, as revoluções jugoslava e chinesa são saudadas pela maioria da Internacional como autênticas revoluções conducentes a um conflito inevitável com o conservadorismo burocrático do Kremlin. Pablo utiliza, para o explicar, uma pequena frase do *Programa de Transição* considerando que em "certas circunstâncias", certos partidos estalinistas possam ir mais longe do que queriam na via da ruptura com a burguesia. Entre admitir que os partidos estalinistas possam dirigir revoluções (a construção de novos partidos revolucionários é ainda necessária?) e negar que se trate de revoluções (invocando o desenvolvimento histórico do colectivismo burocrático ou projectando um auge planetário de revoluções pequeno-burguesas), a via é estreita.

Conciente do perigo deste *double bind*[5], Ernest Mandel submete ao debate, em Janeiro de 1951, *Dez Teses* alertando contra a generalização de casos específicos, que tornava inútil a construção da IV Internacional. Ele distingue o expansionismo soviético na Europa de Leste da conquista revolucionária do poder dos partidos chinês e jugoslavo. Mas a resposta mais clara às teses de Pablo vem do secretário da secção francesa, Marcel Bleibtreu, que rejeita uma teria dos blocos e dos campos nos quais se arrumariam em desordem classes, Estados, nações. Ele recusa a hipótese de uma sobrevivência prolongada da burocracia termodiriana que levaria a água ao moinho da teoria do colectivismo burocrático. Ele vê nas massas camponesas e operárias a base social do estalinismo chinês. Mantém a defesa da URSS, mas subordina-a ao desenvolvimento da revolução mundial. Bleibtreau levanta, finalmente, uma questão de método decisiva. A subordinação dos PC à burocracia soviética não decorre de uma espécie de espírito do estalinismo erigido em abstracção metafísica,

---

[5] N.T.: A expressão *double bind* diz respeito à existência de sinais contraditórios na mesma mensagem

mas de um processo histórico singular, que há que estudar em cada caso concreto. A estalinização do PC francês, consumada no início dos anos 1930, é diferente da do PC italiano clandestino no exílio, ou da do PC espanhol, a quem faziam concorrência os anarquistas e o POUM (Partido Operário de Unificação Marxista). Um partido comunista que trava uma luta de classes para a conquista do poder em contradição com as consignas do Kremlin, não pode ser caracterizado estritamente como estalinista, sob pena de privilegiar os critérios ideológicos em detrimento da análise social e histórica. É o caso do Partido Comunista jugoslavo, cujas relações conflituosas com a burocracia soviética após 1941 e a resistência à partilha dos Balcãs decidida em Ialta, não foram conhecidas senão posteriormente. É também o caso do Partido Comunista chinês que, escaldado pela tragédia de 1927, não se quis subordinar ao *Koumintang* na resistência anti-japonesa e recusa, contrariamente ao Partido Comunista grego, entregar as armas aquando dos acordos de *Tchongking*, quando o Kremlin ajudava o partido de Tchang Kai Check a restabelecer a sua autoridade na Manchúria. As relações conflituosas após os anos 30, entre a direcção maoísta da Longa Marcha e os quadros estalinistas formados em Moscovo, mal conhecidas na época, estão hoje esclarecidas por numerosos documentos e testemunhos.

No que respeita à construção da Internacional e das suas secções, a perspectiva desenhada pouco a pouco por Pablo é a de um entrismo generalizado nos partidos de massas, sociais-democratas (o que não inova em nada relativamente às posições de Trotsky nos anos 30) ou estalinistas (o que é mais inédito), ou nos partidos populistas anti-imperialistas do Terceiro Mundo como o MNR boliviano. Este entrismo é qualificado de *sui generis* no sentido em que é acompanhado do manter de uma actividade pública independente das secções, reduzida, na maioria das vezes, à publicação de um órgão de imprensa confidencial.

Mas a orientação é explosiva na medida em que ela empenha os militantes a juntarem-se a partidos que eles combateram abertamente durante anos e dos quais sofreram muitas vezes a perseguição política ou a agressão física. É esse *a fortiori* o caso quando se trata de partidos monolíticos, formados num anti-trotskismo visceral, que não oferecem muito de vida democrática. Não é de espantar que a maioria da secção francesa tenha recusado entrar num partido comunista considerado como um dos mais estalinistas do movimento comunista internacional.

As razões invocadas para esta viragem entrista partem da preocupação legítima de "integração no movimento real das massas", tanto mais que os partidos tradicionais retomaram após a guerra a sua posição eleitoral e sindical dominante no movimento operário. Mas esta iniciativa inscreve-se numa visão estratégica a longo prazo fundada sob o prognóstico adivinhatório de uma "guerra-revolução iminente", a qual constrangeria os partidos estalinistas a *esquerdizar* as suas políticas para defenderem as relações sociais não-capitalistas sobre as quais repousa o poder da burocracia soviética.

Reunido em 1951, o III Congresso da IV Internacional reunirá 74 delegados de 25 países. A caracterização dos países da Europa de Leste ocupa nele um lugar importante. Eles são definidos maioritariamente como "Estados operários burocraticamente deformados" desde a sua origem, pela imposição de novas relações sociais sem revolução a partir de baixo. Parece, porém, delicado datar o evento pelo qual essa transformação teria tido lugar. Essa dificuldade implica com efeito reexaminar a própria revolução russa: o critério da mudança revolucionária reside na formação de um poder político auto-organizado ou na expropriação da burguesia, na forma política ou no conteúdo social da emancipação?

O Congresso confirma os preparativos de uma nova guerra mundial. Sublinha o papel da economia de armamento no relançar do

crescimento. O seu Manifesto afirma que a luta pela derrota do imperialismo não se confunde com uma luta pela vitória do Kremlin. Regista o facto de certos partidos comunistas, escapando à estrita subordinação relativamente à União Soviética, não poderem já ser propriamente vistos como estalinistas, mesmo se o seu regime interno, como a sua relação com os movimentos de massa, é profundamente marcado pelo estalinismo. Distancia-se de Belgrado, cujos representantes na ONU recusaram condenar a intervenção americana na Coreia, e prevê finalmente uma aproximação entre a URSS e a China face à ameaça da guerra, pronunciando-se por um apoio sem reservas às lutas militares de libertação nacional (na Argélia, em Cuba, no Vietname, na Nicarágua).

No seu relatório introdutório, Pablo lembra que a insistência na defesa da URSS e da China "permite-nos estar no mesmo campo que as forças revolucionárias mundiais opostas às do imperialismo". Sob a influência do argentino Posadas, ele corrige o tiro sobre o populismo latino-americano que recusa assimilar a uma forma de fascismo subdesenvolvido. Na sua resposta, Bleibtreu e Gibelin acusam Pablo de transformar a defesa da URSS em linha estratégica a partir de uma especulação sobre os "séculos de transição". Admitindo a probabilidade de uma nova guerra, eles calculam, porém, que as margens do compromisso entre o imperialismo e o Kremlin permitem antever um abrandamento de "dois a quatro anos" que haveria que saber aproveitar para dar toda a sua importância ao novo fôlego revolucionário.

No seguimento do congresso, a direcção da Internacional adopta o entrismo *sui generis*. A maioria da secção francesa fica-se pela adopção de um "entrismo subsidiário". O Secretariado Internacional suspende então os 13 membros maioritários do comité central francês. Ratificada por 5 vozes contra 4, a moção lança fogo no paiol, levantando de uma só vez o espinhoso problema do grau de

centralismo ligado à noção constitutiva de "partido mundial". O centralismo autoritário dos estatutos será corrigido bem mais tarde, no X Congresso, de 1974, estabelecendo a inamovibilidade das direcções nacionais eleitas, e depois por uma resolução de 1985 sublinhando que são as secções que aderem à Internacional, e não os membros individuais. Esta resolução sobre "a Internacional das secções" dá uma interpretação modesta do "partido mundial" e acentua o seu carácter federalista.

Apesar da importância política e teórica das questões debatidas no III Congresso, não se produziram fracturas importantes. Após o congresso, em contrapartida, a crise da secção francesa liberta forças centrífugas. A cisão propaga-se na Internacional em 1952-1953. Ela acresce o peso das determinações nacionais que se irão tornar predominantes, nomeadamente na corrente dirigida por Pierre Lambert em França (da qual Marcel Bleibtreu e Michel Lequenne são excluídos em 1955), ou por Gerry Healy, na Inglaterra. Num primeiro momento, o SWP americano, por via do seu representante no secretariado internacional, tinha aprovado as orientações maioritárias, incluindo as medidas disciplinares contra a maioria da secção francesa. Mas na rota do *maccarthismo*, submetido a um isolamento forçado e a pressões liquidatárias, os seus dirigentes reagem. A preparação dos documentos para o IV Congresso Mundial precipita a ruptura.

Um relatório apresentado por Pablo no início de 1952 explicita, com efeito, a vontade de ultrapassar uma etapa em que as secções se reduzem praticamente a grupos de propaganda. No período imediato após a guerra, "cheio de possibilidades revolucionárias", era "lógico tentar uma experiência de trabalho essencialmente independente", mas a Guerra Fria impõe o entrismo como linha geral: "Procurar substituir do exterior a direcção burocrática das massas opondo-lhe as nossas próprias organizações independentes arris-

caria, nestas condições, isolar-nos dessas massas." Este entrismo nos partidos de massa não tem por fim a sua transformação ilusória em partidos revolucionários, mas favorecer o desenvolvimento de tendências críticas no seu seio. O perigo não está em lá ficar demasiado tempo, mas de "avançar depressa demais", confundido "os movimentos de uma vanguarda restrita com a radicalização da grande massa". O II Congresso teria então apenas esboçado uma reorientação necessária, ao "quebrar qualquer barreira doutrinal formalista e esquemática". A partir de agora, era preciso aprender a "começar por onde as próprias massas começam". O projecto de resolução para o IV Congresso vai mais longe: "Nós não podemos nem queremos saltar etapas… queremos fundir-nos na acção com o movimento da classe no seu nível actual, na acção e não no programa… nós assumimos a classe tal como ela é… A forma importa pouco…" Os partidos de massa tornam-se "terrenos de trabalho". Em menos palavras, "a Internacional realiza os progressos mais importantes desde o seu nascimento, e em vias de seguir em quase todo o lado com o real movimento das massas, não se distinguindo dele a não ser na sua consciência marxista revolucionária". Pois "a lógica da situação internacional é trotskista".

Esta retórica triunfalista sublinha bem o afastamento entre uma vontade de integração no movimento real e as profissões de fé propagandísticas. Se o "pablismo" foi muitas vezes o título de um falso processo, ele resume perfeitamente uma tendência para confiar mais na influência das ideias, do que nas relações de forças efectivas, no papel dos indivíduos mais do que no colectivo, no sentido da oportunidade mais do que numa cultura organizativa.

As duas grandes correntes internacionais saídas da cisão de 1952, exprimem grosseiramente duas formas de romper o isolamento, aproximando-se dos partidos estalinistas; refugiando-se à sombra da social-democracia, do sindicalismo corporativo, ou mesmo da

franco-maçonaria, no caso do lambertismo. Constituem-se, assim, um pólo em torno do Secretariado Internacional; e um pólo em torno do Comité Internacional, cujos principais componentes são o *SWP* nos Estados Unidos, a *Socialist Labour League* na Grã-Bretanha, a *OCI* em França, e o grupo de Nahuel Moreno na Argentina. Na América Latina, a cisão reveste uma forma particular, em que a personalidade de dois dirigentes argentinos, Juan Posadas (Homero Cristalli) e Nahuel Moreno (Hugo Bressano) joga um importante papel. Os seus grupos tinham-se oposto quanto à atitude a adoptar face ao movimento peronista. Enquanto o *Grupo Comunista Internacionalista* de Posadas defendia uma iniciativa de acompanhamento dos operários peronistas, o *Grupo Operário Marxista* de Moreno caracterizaria o peronismo como um fenómeno semi-fascista, destrutivo do movimento operário. Nenhum dos dois tinha sido reconhecido como secção oficial pelo II Congresso, de 1948. A dinâmica fraccional salda-se, em contrapartida, pelo reconhecimento do GCI, no III Congresso, e Posadas vê-lhe confiada a animação de um Comité Latino-americano. Moreno replica rapidamente com a criação de um Secretariado Latino-americano. A divisão dos trotskistas na América Latina está consumada por muito tempo.

Menos de dez anos mais tarde, a grande maioria dos protagonistas consideram a cisão de 1952-1953 politicamente injustificada. Ela provocaria longos desgastes de que é necessário retirar alguns ensinamentos.

- Em primeiro lugar, quanto ao perigo, para pequenas organizações, de se dividir não sobre questões de princípio, mas sobre divergências tácticas passageiras: a própria fraqueza da organização faz com que cada componente esteja submetido à tentação de colocar em prática as suas ideias sem temer perder grande coisa com isso.

- Em seguida, quanto ao perigo de antecipar as consequências práticas de uma controvérsia teórica. O apoio da maioria interna-

cional ao levantamento de Berlim-Leste devia indicar desde 1953 os limites da sua adaptação presumida ao estalinismo. Pequenas organizações, cuja capacidade prática está limitada, podem ser tentadas a retirar conclusões organizativas prematuras de prognósticos, em lugar de se submeterem ao teste dos acontecimentos maiores.

- Finalmente, as relações entre uma organização internacional e as secções nacionais são sempre delicadas. Num congresso nacional, aqueles que votam uma orientação, deverão assumir directamente as consequências da sua decisão, nomeadamente rectificando-a sob a base de uma experiência comum. É um princípio de responsabilidade e de realidade. Em contrapartida, é pouco democrático numa organização internacional fazer votar os militantes de base franceses ou americanos sobre a táctica eleitoral ou sobre as prioridades de construção na Bolívia e reciprocamente. A função de uma organização internacional é a de adoptar uma posição comum face aos grandes acontecimentos mundiais (sem esconder a existência inevitável de posições minoritárias eventuais) e de deixar às secções a mais ampla autonomia na condução da sua política nacional.

Resta saber se o "pablismo", diabolizado pelos seus detractores a ponto de se tornar uma etiqueta infamante, constitui uma realidade ou se trata antes de uma noção mítica inventada pelas necessidades polémicas. No fim dos anos 1940, as condições nas quais foi criada a IV Internacional tinham consideravelmente mudado. O seu projecto devia ser redefinido. Pablo teve a audácia de assumir esse *aggiornamento*. O seu esforço podia sem dúvida conduzir à procura de substitutos e de atalhos, num contexto em que o proletariado dos países industrializados parecia mais afastado do que nunca de uma perspectiva revolucionária. Outros procuraram esses substitutos no lado do movimento comunista (foi o caso de grupos muito minoritários como o de Michèle Mestre, em França); outros na formação de correntes "centristas", hesitando entre o reformismo e a revolução

capitalista; outros, ainda, no lado da revolução colonial (o próprio Pablo torna-se conselheiro próximo de Makarios, no Chipre, e de Ben Bella, nos primeiros anos da revolução argelina). Outros, finalmente, opuseram um substituto a outro: a incrustação na burocracia sindical da FO, na França, pela corrente lambertista, ou a reviravolta a 180 graus de Moreno, fazendo em 1955 a apologia de Perón. A maioria daqueles que pretendiam combater esta impaciência não escaparam a um propagandismo fora de tempo ou a uma ortodoxia doutrinária.

Pablo soube, desde os anos 1950, abordar com audácia questões como a libertação das mulheres, a autogestão, a democracia socialista. A sua solidariedade activa com a revolução argelina (foi julgado na Holanda, em 1962, por fabrico de dinheiro falso que servia para financiar o fabrico de armas para a FLN), ou a sua acção em favor dos republicanos irlandeses, testemunham o seu sentido de iniciativa. Tendo deixado a IV Internacional para criar a Tendência Marxista Revolucionária Internacional, em 1964, na base de divergências sobre o conflito sino-soviético e sobre o apoio aos movimentos de libertação em Angola, voltou a integrá-la, alguns anos antes da sua morte (em 1998), como se esse regresso a casa devesse dar uma coerência à sua longa vida militante.

Capítulo VI

O ENTRISMO, OU: “COMO SAIR?”

Os anos 1950 foram, para as organizações trotskistas, como uma longa travessia do deserto. Entre as "condições objectivas" – sempre consideradas em amadurecimento – e as condições subjectivas – sempre tão deficientes – a brecha não pára de se alargar. Desde 1956, com os levantamentos da Polónia e da Hungria, por um lado, a guerra de libertação argelina e o desembarque do *Granma* em Cuba, por outro, o vento começa a mudar: a revolução anti-burocrática no Leste e a revolução anti-colonialista no Sul podem convergir. A história dá sinais de degelo. Mas a vida não renasce necessariamente onde se espera. A classe operária dos países industrializados não comparece ao encontro. Vem daí a ideia lancinante de "desvio", como se existisse uma norma do desenvolvimento histórico relativamente à qual a realidade caprichosa tivesse tirado a chave dos campos.

Os acontecimentos permitem no entanto constatar um largo acordo entre uma parte das tribos em diáspora: sobre o apoio activo às revoluções argelina, cubana, vietnamita, sobre o apoio aos levantamentos anti-burocráticos dos países da Europa oriental. Desde o fim dos anos 1950, estas convergências abrem a perspectiva de reunificação. Entre o Secretariado Internacional e o Comité Internacional, o contacto é restabelecido. Uma comissão paritária prepara o Congresso de reunificação de 1963 (VII Congresso Mundial), que reúne as secções de 26 países e adopta um documento sobre *A dialéctica da revolução mundial* registando as bases do acordo. A URSS continua definida como um Estado operário burocraticamente degenerado. "Apesar da usurpação do poder por uma burocracia privilegiada", a sua defesa é reafirmada, mas as fórmulas derrapantes de Pablo são eliminadas. As ilusões quanto a uma auto-reforma dos países do Leste impulsionada por Krouchtchev são explicitamente afastadas. As lições políticas dos acontecimentos na Polónia e na Hungria permitem precisar o conteúdo da revolução política

e as formas da democracia socialista vindoura. O início do conflito sino-soviético anuncia o fim do monolitismo estalinista. Apesar do papel relativamente progressista dos dirigentes chineses, o seu "atraso" na compreensão e crítica do estalinismo não lhes permite no entanto oferecer uma alternativa internacional à burocracia do Kremlin.

A lógica das lutas anti-imperialistas é sublinhada à luz da radicalização da revolução cubana em 1961 e 1962, com o desembarque da Baía dos Porcos e o segundo discurso de Havana de Fidel Castro. A expropriação da grande propriedade em Outubro de 1960 e o aprofundar da Reforma Agrária são saudadas como o início de uma nova época na história da revolução mundial: elas marcam o advento de um Estado socialista sob a condução de um partido que não é proveniente do estalinismo. A evolução do Movimento do 26 de Julho é portanto considerada como um modelo possível para outros movimentos, ao mesmo tempo que é afirmada a necessidade de "introduzir ideias trotskistas" na corrente castrista emergente na América Latina e na Europa.

O congresso condena o derrotismo que se traduz, da parte dos partidos comunistas ortodoxos, numa subordinação da luta de classes à luta dos campos: graças ao alcançar do capitalismo, prometido antes do fim do século por Khrushchov na euforia que se seguiu ao sucesso do *Spoutnik*, o "campo socialista" torna-se, aos seus olhos, o principal motor do progresso planetário. Simetricamente, é rejeitado o determinismo subjacente de um terceiro-mundismo (Sartre, Fanon, Sweezy) que desespera das capacidades da classe operária e vê na revolução colonial a única esperança de emancipação. O equilíbrio entre os "três sectores da revolução mundial" (a revolução política no Leste, a revolução colonial no Sul e a revolução social nos países industrializados) permanece, no entanto, bastante artificial. Se as greves belgas de 1961 podem ser entendidas *a posteriori* como

uma premissa do Maio de 68, elas estabelecem com a revolução cubana ou a comuna de Budapeste uma falsa simetria.

O Congresso constata ainda o fosso persistente entre a fraqueza do movimento revolucionário e a justeza das ideias. Se elas tendem a provar que a divisão de 1953 foi injustificada, os reencontros de 1963 continuam parciais. Do lado do Comité Internacional, a SLL britânica de Gerry Healy e a OCI de Pierre Lambert, na França, cristalizam os seus cursos sectários relativamente à revolução colonial. Chefe do Comité Internacional, tido por responsável da crise de 1952, Pablo deixa a Internacional em 1964, com base em desacordos a propósito do conflito sino-soviético (apoia as reformas de Khrushchov contra o esquerdismo dos dirigentes chineses) e sobre a luta de libertação em Angola. Juan Posadas, cuja megalomania planetária se transforma em loucura tinha-o precedido em 1962. Envolvida na solidariedade com a FLN argelina e no trabalho nas redes como *Jeune Résistance (Jovem Resistência)*, onde recruta uma nova geração militante, a secção francesa perde também de passagem os militantes reunidos em torno do boletim a *Voz Comunista*, cada vez mais críticos do entrismo. Entre eles: Felix Guattari, Denis Berger, Gabriel Cohn-Bendit, ou o antropólogo Lucien Sebag.

A reunificação de 1963 parece, assim, traçar uma via permitindo evitar as tentações sectárias e a procura de atalhos e de substitutos. Os seus artífices concordam em não abrir a questão dolorosa. Inicia-se então uma dinâmica de saída do "entrismo", sem balanço nem clareza. Esta palavra "guarda-chuva", que evoca um universo sórdido de manobras e de duplicidade, abrange, contudo, realidades fortemente diferentes.

Num movimento operário democrático, a própria noção de entrismo não tem pés nem cabeça. Existiam, antes de 1914, correntes revolucionárias em organizações reformistas. O seu combate preparava, então, o grande dia, e então ninguém teria sonhado falar de entrismo

a seu propósito. Hoje, em 2002, correntes revolucionárias dotadas de uma imprensa militante própria militam no seio do Partido dos Trabalhadores do Brasil, e defendem as suas posições, apresentam os seus candidatos às instâncias dirigentes, sem que ninguém os acuse de deslealdade. Paradoxalmente, um dos raros precedentes de infiltração conspirativa foi o feito do anarquista Michel Bakounine, que organizou uma fracção secreta no seio da I Internacional.

O termo de "entrismo" propriamente dito aparece assim nos anos 30 e, mais precisamente, a partir da "viragem francesa" de 1934 e da "viragem americana", quando Trotsky pede aos pequenos grupos saídos da Oposição de Esquerda que se juntem aos partidos socialistas nos quais emergem correntes de esquerda. Este "entrismo" não tinha nada de clandestino. Fazia-se de "bandeira desfraldada", defendendo abertamente as suas ideias e organizando correntes claramente identificadas tanto quanto o regime dos partidos dirigidos pelas burocracias social-democratas o permitiam. Tratava-se, afinal, de uma táctica de curto prazo.

O entrismo estendido em 1952-1953 aos partidos comunistas é de um outro tipo. Claro que por razões práticas, na medida em que o monolitismo dos PC e o seu anti-trotskismo virulento forçam à dissimulação. Mas também em função de escolha a longo prazo: ele não responde à emergência de diferenciações existentes dentro das organizações de massas, mas antecipa e aposta na inevitabilidade de rupturas sob o impacto da guerra anunciada. Não se pode fixar um termo a este entrismo especulativo. Quando se produzem diferenciações nos partidos de massa, elas são forçosamente minoritárias, mesmo minúsculas relativamente aos maiores contingentes militantes. As rupturas parciais nunca estão à altura da grande fractura esperada. As organizações formadas no molde do entrismo hesitam então em abandonar a grande presa vindoura pelo magro benefício de diferenciações ainda minoritárias: relativamente aos ganhos es-

perados, as oportunidades imediatas parecem sempre prematuras e os resultados decepcionantes. Nenhum critério seguro permite portanto pôr fim a uma experiência entrista. A questão da saída torna-se assim um pomo de discórdia tão devastador como o da entrada e não é raro que as organizações implicadas se dividam duas vezes: os mesmos actores podem – David Rousset foi disso prova brilhante – ser contra a entrada no Partido Socialista em 1934 e contra a saída em 1936.

O entrismo de longa duração iniciado em 1952 foi apresentado como o meio, em período de refluxo do movimento revolucionário, para continuar em contacto com o movimento real. Favoreceu uma sensibilidade aos fenómenos de radicalização, uma abertura às novas questões, um sentido de iniciativa, uma preocupação em deslocar as linhas em lugar de se contentar com uma denúncia veemente das "direcções traidoras". Mas a dissimulação nos partidos reformistas ou estalinistas tem também um preço elevado. Por um lado, os militantes acabam por conceber a política por procuração: em lugar de defender o que é necessário fazer na relação de forças realmente existente, eles imaginam o que devia fazer a direcção do seu grande partido… se ela fosse revolucionária. Entram, assim, num mundo fictício onde a pedagogia se substitui à construção de relações de forças reais. Vivendo como parasitas de um aparelho estranho, perdem pouco a pouco a sua própria cultura organizativa, difícil de reconquistar. Isso será uma razão suplementar, muitas vezes inconsciente, para perder as oportunidades cruciais, tanto mais que os novos militantes influenciados no trabalho entrista foram ganhos para uma posição crítica subalterna, mais do que para uma prática independente. Daqui resulta um salto perigoso, muitas vezes recusado, entre a pertença a uma corrente oposicionista num grande partido e o compromisso de construção de uma pequena organização independente.

Ao entrismo dos anos 1930 ou 1950, é preciso acrescentar uma variante fortemente singular, que podíamos, *cum grano salis*, qualificar de entrismo maçónico. Trata-se mais de infiltração, por vezes dormente, nos aparelhos políticos e sindicais ou mesmo nas instituições estatais. Quando se trata de astúcia face a um aparelho repressivo ou a perseguições profissionais, esta iniciativa pode ser concebida. Mas a corrente lambertista, constituída originalmente contra o entrismo, faz dele contraditoriamente uma segunda natureza. Nos seus *Segredos de Juventude*, Edwy Plenel traçou um retrato plausível de Lionel Jospin feito toupeira, esperando a grande noite anunciada pelas profecias catastróficas da sua organização. Este entrismo particular acaba por tecer uma rede de conivências, de serviços recíprocos, de cumplicidades opacas. Ele desenvolve uma cultura da suspeita ligada a uma visão policial da história e envenena o movimento operário em vez de reparar os estragos do estalinismo. A perversão está no seu cúmulo quando a corrente lambertista pratica o entrismo já não dentro das organizações reformistas, mas dentro de organizações revolucionárias. Ele tem então de inverter as suas justificações, segundo as quais a organização rival representa o inimigo mais pernicioso. Imaginamos o universo de pensamento que produz esta "*bleuite*"[6] com molho Lambert.

Falha de um balanço sereno, a ruptura dos anos 1960 com o entrismo não foi nem clara, nem ponderada. Ela produziu-se sob a pressão das circunstâncias e foi marcada por contratempos e encontros falhados. Em Itália, a existência de um Partido Comunista

---

[6] N.T.: "Doença azul" – nome da operação lançada pelo capitão francês Paul-Alain Léger, perito de contra-terrorismo e espionagem, contra a guerrilha da Frente de Libertação Nacional (FLN). Teve tanto sucesso com os seus soldados da FLN "redimidos", que a guerrilha foi levada a um esforço de purga interna (até 2000 guerrilheiros da FLN mortos na área de Argel, onde este operou entre 1957-1958), por ver traidores em todo o lado nas suas fileiras...

com uma direcção mais flexível que a do PCF, permite, no início dos anos 60, a emergência de correntes críticas em torno do jornal *La Sinistra (A Esquerda)*. Sob o impacto da revolução cultural chinesa e da revolução latino-americana, desenham-se então correntes de radicalização que atraíam, mesmo antes de 1968, sectores significativos da juventude. Estas rupturas continuavam no entanto a ter pouco peso, comparativamente às vastas perspectivas que pareciam oferecidas a um trabalho de longo fôlego num partido que contava com cerca de um milhão de membros. A secção italiana continuará assim empenhada na via entrista, enquanto as novas organizações nascidas da radicalização da juventude caíam, em larga medida, sob a influência maoísta.

Na Alemanha, a intervenção da secção inscrevia-se prioritariamente na social-democracia e na sua organização de juventude, quando a organização estudantil entra em dissidência sob a direcção de Rudi Dutschke e se torna independente. Tendo falhado este momento propício, a secção esforça-se por recuperar o tempo perdido envolvendo-se, no seguimento de 68, numa experiência unitária da esquerda crítica, no momento em que a clarificação entre grandes correntes da extrema-esquerda, e em especial relativamente ao maoísmo, se tornava necessária. Em Itália, como na Alemanha, estas saídas falhadas do entrismo pesaram longamente sobre a configuração da esquerda revolucionária.

Em França, em contrapartida, produziu-se em 1965 uma ruptura parcial relativamente ao entrismo, sob pressão da radicalização da juventude através da oposição à guerra da Argélia e da agitação universitária. A crise da União dos Estudantes Comunistas, a exigência de um apoio internacionalista à luta do povo vietnamita, a recusa em votar Mitterrand na primeira volta das eleições presidenciais de Dezembro de 1965, conduziriam a uma cisão nas organizações de juventude comunista e à formação, em Abril de 1966, da *Jeunes-*

se Communiste Révolutionnaire (*Juventude Comunista Revolucionária*), de onde saiu a actual LCR (*Ligue Communiste Révolutionnaire, Liga Comunista Revolucionária*). Esta organização de uns 300 militantes na juventude, não correspondia a um projecto maduro. Ela resulta mais da pressão das circunstâncias e da brutalidade particular da direcção estalinista em França. Mesmo se a esmagadora maioria da sua direcção pertencia também à secção francesa, foi decidido que esta JCR não seria a sua organização de juventude, mas sim uma organização independente. Tratava-se, assim, de um compromisso entre uma experiência de organização independente na juventude e a continuação do entrismo pela secção adulta, que se torna caduco em Maio de 68.

A escolha entre uma política entrista e uma orientação independente não pode decidir-se pela questão: Por onde passa a radicalização? Processo desigual, alimentado de experiências sociais, a tomada de consciência política toma sempre diversas vias: no movimento sindical e social, nos grandes partidos tradicionais, na cristalização de fenómenos e de formação novos. Não há uma via única. A verdadeira escolha é a do ponto de apoio que permita à alavanca mover massas. Uma orientação entrista é concebível em condições de repressão ou quando o controle hegemónico de aparelhos reformistas condena uma organização independente a uma vida propagandística vegetativa, vigiada pela necrose sectária. Quando a situação é mais aberta e se abrem espaços para uma política independente, há mais a perder do que a ganhar no entrismo. Para a própria organização revolucionária, que arrisca tornar-se dependente do corpo de que ela se pretende alimentar, e desposar a sua cultura. Mas também para os militantes do partido no qual se pratica o entrismo, junto dos quais ele mantém um clima de desconfiança, de rumores, de deslealdade, que tanto obstaculiza às clarificações e às possíveis aproximações futuras.

Acrescentemos que os militantes entristas têm muitas vezes tendência a tornar-se mutantes. Submetidos à dupla lei newtoniana da atracção universal e darwiniana da adaptação ao meio, eles assimilam-se ao corpo que seria suposto subverterem. Jospin é disso uma ilustração exemplar. Sem dúvida, o hábil Mitterrand, soube, com todo o conhecimento de causa, apostar nesta metamorfose.

Capítulo VII

"A HISTÓRIA MORDE-NOS A NUCA"

Em 1965, o golpe de Estado no Brasil, o desembarque americano em Santo-Domingo, o golpe de Estado de Boumedienne na Argélia, o assassinato de Lumumba no Congo, o massacre dos comunistas indonésios, golpeavam duramente a revolução colonial. Simultaneamente, a guerra de libertação no Vietname entrava numa nova fase, com a escalada americana e o início dos bombardeamentos sobre o Norte. Nos Estados Unidos, a personalidade de Malcom X simbolizava a evolução do movimento negro enquanto o movimento anti-guerra se estendia pelos *campus*. A conferência da *Tricontinental*, e depois a da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que têm lugar em Havana em 1965 e 1967, pareciam anunciar uma nova etapa socialista da revolução colonial, ilustrada pela presença de Che Guevara no Congo, e depois na Bolívia. Assassinado em Outubro de 1967, ele torna-se um símbolo e um exemplo para uma geração.

Nesta efervescência, o ano 1968 confirma "a dialéctica dos três sectores da revolução mundial", sublinhada aquando da reunificação de 1963. O Vietname, com a ofensiva do *Têt*, mas também o México, com o massacre de *Tlatlelolco*, ou o Paquistão, representam a revolução colonial. O movimento dos estudantes polacos e a Primavera de Praga ilustram o crescimento da revolução anti-burocrática. Desta vez, com a greve geral em França, o movimento operário europeu está presente no encontro. Sob esta tripla impulsão, as mobilizações da juventude são animadas de um grande alento internacionalista. Surgem novas cabeças. O SDS alemão e a JCR francesa são as duas principais organizações na iniciativa do congresso de solidariedade internacionalista com a revolução vietnamita, que tem lugar em Berlim em Fevereiro de 1968.

Se estes anos são marcados de forma espectacular pelo levantamento da juventude, a situação no movimento operário é mais contraditória. A França vive então a maior greve da sua história.

Mas, se os aparelhos burocráticos são sacudidos, as diferenciações políticas no seio do movimento operário continuam limitadas. Até 1974, a actividade grevista continua muito mais massiva em Itália e na Inglaterra do que em França. Como explicar que esta subida espectacular das lutas não tenha resultado em fracturas importantes nas organizações tradicionais? Organizações como a LCR em França, o SWP ou o *Militant* na Grã-Bretanha, a *Lotta Continua* (*Luta Contínua*) ou a *Avanguardia Operaia* (*Vanguarda Operária*) em Itália, contarão, cada uma, com alguns milhares de militantes, em Maio dos anos 70. Algumas delas publicarão uma imprensa diária e registarão mesmo um início de expressão eleitoral. A diferença quantitativa e qualitativa com os anos 50 ou 60 é clara, mas trata-se ainda de fenómenos marginais relativamente ao grosso do movimento operário, que continua sob o controle das direcções social-democratas ou estalinistas.

A data de 1968, que simboliza as lutas de uma década (até 1976), intervém no termo de um longo período de expansão ("Os Trinta Gloriosos"), e no início da inversão da onda longa. Os debates que animam a esquerda radical dos anos 60 reflectem esta conjuntura. Tentam-se compreender os instrumentos do "neo-capitalismo" (André Gorz). Sondam-se as potencialidades da nova classe operária (Serge Mallet). Opõem-se as reivindicações qualitativas às reivindicações quantitativas, ou o "reformismo revolucionário" ao sonho da grande noite (Lucien Goldmann). No imediato pós-Maio de 68, as utopias de um crescimento ilimitado conduzem até ao mergulho no "tudo, já" (com o grupo *Vive la Révolution en France, Viva a Revolução em França*), ou na realização imediata do comunismo graças à abundância à mão de semear (com o *Il Manifesto* em Itália).

O divórcio entre as aspirações líricas de uma nova vanguarda galvanizada pelas revoluções longínquas e as aspirações prosaicas da maioria dos assalariados, sem outro horizonte que a reforma do

Estado social, é propício aos entusiasmos esquerdistas. Tanto que depois de ter pregado no deserto contra as teorias do neo-capitalismo e da integração da classe operária, a irrupção de Maio em França e o "longo Maio" italiano parecem abrir perspectivas vertiginosas e anunciar uma aceleração súbita da história. "A história morde-nos a nuca", resume então um jovem dirigente da Liga Comunista. A revolução parece possível na Europa num prazo de cinco a dez anos, mas a vanguarda renascida continua uma "pequena minoria radicalizada" (como clamam os estudantes berlinenses). Um activismo exemplar e desenfreado parece então susceptível de reduzir esta contradição. Da mesma forma que o foco de guerrilha tinha pegado fogo às planícies latino-americanas e abalado as forças tradicionais, a audácia das vanguardas europeias permitia ultrapassar os conservadorismos e as rotinas de aparelho. Com o congresso clandestino de fundação da Liga Comunista como secção francesa e o IX Congresso Mundial da IV Internacional, estabelece-se, na Primavera de 1969, um jogo de espelhos entre trotskismos europeu e latino-americano. A convergência entre os jovens delegados franceses e os representantes argentinos e bolivianos permite a adopção da resolução sobre a luta armada na América Latina.

Sob o impacto dos acontecimentos, a maioria do Congresso está convencida de que a travessia do deserto foi bem terminada e de que soou enfim a hora da transformação de uma Internacional de propaganda num "partido de combate". Esta fórmula é tomada à letra. A mudança deve traduzir-se, como já é o caso particularmente em França, pela fusão entre os núcleos trotskistas e as novas vanguardas, como as correntes saídas da OLAS na América Latina, o movimento estudantil e o movimento negro nos Estados Unidos, a *Zengakuren* do Japão.

Na América Latina, a força propulsiva da revolução cubana funciona em pleno. Régis Debray definiu essa época como a de um

"leninismo apressado". Ele próprio, em *Revolução na revolução* (1966), tinha teorizado o novo curso: já não era momento de construir pacientemente partidos que se institucionalizam e se rotinizam, o foco da guerrilha era a partir de agora o revelador da energia disponível das massas. Guevara em pessoa simbolizava essa interpretação unilateral da história da revolução cubana. As experiências de luta armada multiplicavam-se na Argentina, na Bolívia, na Venezuela, na Colômbia, no Chile, no Peru, no Uruguai, na Guatemala, na Nicarágua. As organizações trotskistas latino-americanas estavam confrontadas com esta nova conjuntura. Após a partida de Posadas, Nahuel Moreno tinha-se juntado à Internacional reunificada. Escaldado pela sua própria atitude sectária relativamente ao peronismo, no início dos anos 50, ele colhe novos ventos. A secção argentina empenha-se em preparativos de luta armada. Moreno despacha para o Peru, Daniel Pereyra, um militante operário, para aí assegurar a logística de Hugo Blanco e preparar as condições de uma insurreição camponesa no vale de La Convencion. Na mesma perspectiva, a organização de Moreno funde-se com um grupo saído do populismo radical, implantado nomeadamente entre os trabalhadores agrícolas de Tucuman, e dirigido por Mario Roberto Santucho. O projecto de desencadeamento da luta armada constitui uma das bases essenciais do seu acordo.

Desde 1967, porém, as condições começavam a mudar. A viragem é ilustrada pelo assassinato do Che na Bolívia, ocorrido após as derrotas do Congo ou de Santo-Domingo. No Peru, na Colômbia, na América Central, pioneiros da guerrilha caíam em combate. Moreno reconhece esta inflexão e faz marcha-atrás, provocando a ruptura com Santucho. Este último, sentindo-se enganado, sistematiza o seu próprio projecto num pequeno livro vermelho intitulado *O único caminho*. No IX Congresso Mundial, a secção argentina apresenta-se dividida entre um PRT-Combatente (Santucho) e um PRT-A Ver-

dade (Moreno). O primeiro era representado por Daniel Pereyra, acabado de libertar das prisões peruanas. A resolução sobre a luta armada, adoptada apesar da oposição dos delegados americanos e de Moreno, registava a dinâmica anterior, mais do que antecipar uma situação que começava a desenhar-se.

A "luta armada" não podia em si constituir uma orientação. Na sua generalidade, a fórmula exprimia uma vontade de aproximação às correntes ligadas à revolução cubana, mais do que uma orientação prática concreta. Ela podia inscrever-se numa perspectiva estratégica insurreccional (ilustrada pelo livro clássico *A Insurreição Armada*, assinado pelo pseudónimo colectivo Hans Neuberg), bem como numa perspectiva de guerra prolongada inspirada nas experiências chinesa e vietnamita. Na medida em que avançava algumas precisões, a resolução do congresso colocava a luta armada numa lógica de "guerra civil prolongada à escala continental". Ela privilegiava a "guerrilha rural" como "eixo principal para todo um período". Insistia sobre o facto de, na América Latina, a luta armada significar fundamentalmente luta de guerrilha. Esta afirmação vinha a contratempo. As experiências de guerrilha rural sofriam derrota sobre derrota. Nem as experiências de autodefesa camponesa no Peru, nem a luta prestigiosa dos Tupamaros uruguaios podiam ser consideradas como guerrilhas rurais. Quando precisaram o seu projecto estratégico, organizações como o PRT-Combatente, o MIR chileno, ou os sandinistas (após a derrota da sua guerrilha de Pancasan) adoptaram mais uma perspectiva de guerra popular prolongada, com o preço de uma interpretação mítica da revolução vietnamita ou da guerra de libertação argelina.

Mesmo se se revelou erróneo, o projecto de Santucho comportava um núcleo racional. Tratava-se de retomar o projecto de Che Guevara, que não teria muito sentido se tivesse consistido em repetir na Bolívia a experiência cubana. A ideia mais ambiciosa era a

de criar uma espécie de foco de luta continental no cruzamento da Argentina, do Peru, do Brasil, do Chile. Daí a composição boliviana da guerrilha do Che e o local escolhido para a sua preparação. Neste contexto, o PRT-Combatente e a secção boliviana, cujos militantes beneficiam, não sem pressões, de uma preparação militar em Cuba, podiam desempenhar um papel tão mais activo quanto Tucuman estava próximo da fronteira com a Bolívia.

Santucho leva este projecto a sério e quer retirar dele todas as consequências. A sua estratégia de guerra prolongada combinava a libertação nacional (simbolizada pela referência a José Marti) e a emancipação social (simbolizada pelo ícone do Che). Ele considerava o povo argentino não apenas em luta contra as suas próprias ditaduras militares, mas em guerra contra uma provável intervenção norte-americana (a que o precedente de Santo-Domingo fornecia o modelo). Assim, tratava-se de criar um exército (o ERP, *Exército Revolucionário do Povo*), de se dotar de armamento pesado, de acumular um tesouro de guerra, de contemplar o estabelecer de zonas libertadas e de forçar o reconhecimento pelas instituições internacionais de um estado de beligerância. Quando este projecto toma corpo, surgem as divergências no seio do PRT-Combatente que conserva um bom número de quadros de formação trotskista como Daniel Pereyra, Luís Enrique Pujals (assassinado em 1972) ou Pedro Bonnet (executado na sua cela durante o massacre da prisão de Trelew, em 1972). As explosões urbanas de Córdoba em 1969 e, depois, do levantamento popular de 1972 que devolve Peron ao poder, não combinavam com o esquema previsto. Surgiram divergências a propósito da política internacional. Preocupado em moderar as suas relações com os dirigentes cubanos, Santucho não se dá muito conta das posições complacentes de Fidel Castro sobre a intervenção soviética na Checoslováquia. Entre 1969 e 1972, o PRT-Combatente conhece várias cisões. Pereyra deixa-o, para

fundar um pequeno grupo de propaganda armada. A Fracção Vermelha, saída dos bairros sul de Buenos Aires, que entrou em dissidência durante a prisão de Santucho e a sua evasão da prisão de Rawson, foi também excluída. Em vez de aproveitar, como o PRT-A Verdade, a breve abertura democrática de 1972-74 para acumular forças e consolidar a sua implantação social, o PRT-Combatente declara-se em paz armada com a polícia peronista, mas ainda em guerra com o exército apoiado pelo imperialismo americano. O desfecho desta declaração de guerra com armas tão desiguais não deixava espaço para muita incerteza. Cerca de um terço dos militantes da Fracção Vermelha foram mortos em menos de dois anos. O próprio Santucho, que tinha deixado a Internacional em 1973, cai em combate em 1976.

A questão da luta armada crispa-se tanto mais na Internacional, quanto estavam vidas em jogo. As divergências tornam-se o motivo principal da formação, em 1972, por iniciativa dos dirigentes americanos e do PRT-A Verdade (agora *Partido Socialista dos Trabalhadores*), de uma tendência minoritária, a Tendência Leninista Trotskista (TLT), à qual a maioria responde constituindo-se em Tendência Maioritária Internacional (TMI).

Na Europa, a greve geral de Maio de 1968 e as turbulências do "longo Maio" italiano, reanimam a esperança revolucionária. A recessão de 1967 tocava os finados dos Trinta Gloriosos e da fé num mundo de prosperidade ilimitada. A palavra de ordem testamentária do Che, "criar dois, três, muitos Vietnames", ressoava como um imperativo imediato aos ouvidos de uma geração militante tão entusiasta como inexperiente. Na maior parte dos países europeus, surgem então siglas, organizações, novas cabeças. Maoístas e trotskistas partilham a simpatia destas novas vanguardas, mas a influência dos primeiros não tarda a refluir, à medida que se obscurecia o mito da revolução cultural.

Os movimentos trotskistas saíram substancialmente reforçados desses anos de efervescência, principalmente em França e na Grã-Bretanha, passando de grupos estudantis a organizações socialmente melhor implantadas. Em Espanha, uma *Liga Comunista Revolucionária* nasce em 1971-72 das lutas estudantis e das mobilizações contra o processo de Burgos. No País Basco, a direcção saída da VI Assembleia da ETA e a maioria dos seus prisioneiros políticos, passados do nacionalismo ao internacionalismo sob a influência da revolução cubana, junta-se às fileiras da IV Internacional. Aparecem organizações na Suécia, na Suíça, na Dinamarca, ou ainda em Portugal, na véspera da Revolução dos Cravos. *A posteriori*, a primeira metade dos anos 70 parece também marcada por um esquerdismo febril que cultiva a escalada entre organizações revolucionárias.

Para nos protegermos da formidável "condescendência da posteridade", é necessário lembrar o contexto. Por um lado, houve realmente, sobretudo em Itália e na Inglaterra, um crescimento impetuoso das lutas sociais, até 1974. Por outro lado, em 1973, toda a esquerda europeia se define estrategicamente no espelho da tragédia chilena. Enquanto a ditadura franquista agonizava em Espanha, Portugal sofre em 1974-75 uma verdadeira crise revolucionária: o Verão de 1975 assiste ao surgimento nas fábricas, nos bairros, nos quartéis, de formas de dualidade de poder e, em Agosto, desfilam blindados nas ruas de Lisboa ao lado dos manifestantes. Enquanto a *Union de la Gauche* (*União da Esquerda*) em França, ou o "compromisso histórico" preconizado por Berlinguer na Itália, visavam um alargamento das alianças à direita para se protegerem de um golpe de Estado reaccionário, a extrema-esquerda identificava-se numa larga medida com o MIR chileno e imaginava o futuro sob a forma de um apoio crítico à esquerda tradicional para melhor preparar os afrontamentos inevitáveis do depois de amanhã. Ela publicava, a meio dos anos 70, uma imprensa diária em Itália (*Lotta Continua*,

Manifesto, Avanguarda Operáia), em França (*Rouge*) e em Inglaterra. Contava com vários milhares de membros.

O X Congresso mundial da IV Internacional tem lugar no início de 1974, num momento charneira. Entre a maioria e a minoria internacionais, a controvérsia tratava da apreciação geral da situação, sobre a luta armada na América Latina e sobre a violência revolucionária (a propósito nomeadamente da execução, pela ETA, do almirante Carrero Blanco, sucessor presumido de Franco), sobre as relações com as novas vanguardas e sobre a frente única com as organizações tradicionais do movimento operário. Cada bloco tinha no seu seio as suas próprias discussões. Mas a lógica fraccional congelava as fronteiras e o congresso mais parece um encontro diplomático de delegações do que uma deliberação colectiva. As questões importantes foram abordadas separadamente e à porta fechada.

Do lado da maioria, este congresso a contratempo tenta fornecer um fundamento à actividade febril das jovens secções, profetizando a iminência de uma crise revolucionária na Europa e sonhando com um próximo congresso mundial reunido numa Barcelona libertada. Com o nascer das lutas anti-burocráticas no Leste, a história recomeçava a sua marcha onde a tinha parado nos anos 1930, por via da contra-revolução burocrática no Leste e da contra-revolução burguesa em Espanha. Algumas semanas após o congresso, em Abril de 1974, a queda da ditadura portuguesa parece confirmar o prognóstico. O derrube do governo conservador pela greve dos mineiros britânicos foi descrito como o anúncio de uma crise revolucionária na Grã-Bretanha! Se é correcto fazer tudo para actualizar uma possibilidade efectiva (colocando a tónica sobre as formas de auto-organização, desenvolvendo a contestação democrática do exército, ligando as lutas particulares a uma perspectiva de greve geral), pode, em contrapartida, revelar-se

desastroso confundir a radicalização real das lutas com uma modificação qualitativa das relações de forças no seio do movimento operário.

O recrudescer das lutas na Europa foi bem traduzido pela queda das ditaduras na Grécia, em Portugal e em Espanha, e o controle do movimento social escapou parcialmente aos aparelhos da esquerda tradicional, mas esta conserva as chaves da situação política. Em França, a esquerda unida retoma a iniciativa a partir de 1972. Em Itália, o Partido Comunista atinge o seu apogeu eleitoral em 1976. A recessão internacional de 1973-74 marcava uma inversão do ciclo económico, e o travar da revolução portuguesa no Outono de 1975, uma viragem política. O reaparecimento de um desemprego de massas, a crise de certos ramos industriais e a política conciliadora das direcções reformistas, conjugam os seus efeitos para desactivar a explosão social. Em Espanha, o pacto da Moncloa e a legitimação da monarquia permitem canalizar a transição ordenada pós-franquismo. Em Itália, o compromisso histórico oferece uma trégua à Democracia-Cristã. Na Grã-Bretanha, o falhanço trabalhista preparava o advento do tatcherismo. Entre 1975 e 1978, desenhava-se também um novo dado, que a França, de fôlego suspenso pela perspectiva de uma vitória eleitoral da esquerda em 1978, regista tardiamente com a desunião da esquerda e o primeiro choque das políticas de austeridade.

Paralelamente, a América Latina sofre igualmente um refluxo das lutas no cone Sul (consecutivamente nos golpes de Estado na Bolívia, no Uruguai e no Chile em 1973, e na Argentina em 1975). A experiência chilena demonstra que o heroísmo de uma minoria determinada não é suficiente para "ultrapassar os aparelhos", se o seu controle sobre os sectores significativos do movimento de massa não tiver anteriormente sido garantido. Iniciava-se uma reorientação estratégica.

Finalmente, enquanto os povos indochineses tinham simbolizado as lutas anti-imperialistas no mundo e a ruína americana em Saigão parecia anunciar uma nova era para os povos oprimidos, as informações que começavam a vir à superfície sobre a "carnificina cambodjana", e sobre os conflitos armados entre o Vietname e Cambodja, China e Vietname, faziam soar a hora do desencantamento.

Enquanto uma parte da esquerda revolucionária, sobretudo na Itália, e em menor medida na Alemanha ou em Portugal, se perdia numa fuga em frente pelo fetichismo da violência minoritária, tinha chegado a hora de nos armarmos com uma "lenta impaciência" e de inscrever o projecto revolucionário no longo prazo. O XI Congresso Mundial não teve lugar triunfalmente em Barcelona, mas discretamente, em Itália. Os protagonistas de uma década de debate fraccional estavam no ponto de esgotamento. Tendências e fracções dissolveram-se no essencial, em 1977, e a preparação do congresso foi ocasião para uma paz de compromisso entre os trotskismos americanos e europeu, enquanto Moreno reconstituía uma Fracção Bolchevique. Os dirigentes da antiga maioria e os do SWP norte-americano põem-se de acordo sobre uma ordem de trabalhos privilegiando a actualização programática (com a adopção de documentos fundamentais sobre a democracia socialista e a libertação das mulheres), e as medidas organizativas (com um esforço brutal de estabelecimento dos militantes na indústria). A coerência de conjunto repousa sobre a ideia de que, com o refluxo da revolução colonial, se concluía um longo desvio histórico: a revolução mundial reencontrava o seu centro de gravidade nos países industrializados e consequentemente as suas formas "clássicas", urbanas e insurreccionais. A unificação do movimento trotskista internacional (nomeadamente em França e no Brasil) e a reunião das tribos em diáspora tornava-se, no mesmo golpe, uma tarefa prioritária. Em 1978, iniciam-se negociações com esse fim entre o Secretariado Unificado e os dirigentes do Comité

de Organização para a Reconstrução da IV Internacional, de que Pierre Lambert era o principal dirigente.

Uma vez mais, as perspectivas preparatórias do XI Congresso foram abaladas pelos acontecimentos. Enquanto a orientação proposta contava com o esgotamento das revoluções coloniais e o regresso do epicentro revolucionário aos países industrializados, a contra-ofensiva liberal dos anos Tatcher e Reagan era desencadeada e a actualidade internacional determinada pelos acontecimentos do Irão e da América Central, em particular pela revolução sandinista de Julho de 1979 na Nicarágua. Em tal contexto, o congresso consagra uma coabitação racional, sem verdadeira paixão amorosa. Lambert, por um lado, e Moreno do outro, crêem ter chegado o momento da sua vingança sobre as frustrações passadas e de dar o golpe de misericórdia a uma organização internacional da qual foram, durante trinta anos, os dissidentes permanentes ou intermitentes. Aproveita a ocasião oferecida pela revolução nicaraguense para acusar o Secretariado Unificado de capitular perante a direcção sandinista pequeno-burguesa, ao recusar a construção de uma organização trotskista pura e dura na Nicarágua. No Outono de 1979, sem esperar o congresso mundial convocado para o início do ano seguinte, a Fracção Bolchevique de Moreno e a Tendência Leninista Trotskista (TLT, resultante essencialmente de um entrismo lambertista na secção francesa (pilotado por Jean-Christophe Cambadélis e dirigido por Daniel Gluckstein e Christian Phéline), deixam a Internacional para criar um comité paritário com o CORQUI (Comité de Organização para a Reconstrução da IV Internacional). A sua "Conferência Mundial Operária" de Dezembro de 1980, parece-se fortemente com um congresso de fundação de uma Internacional, visando os relatórios e as resoluções adoptadas delimitar o "trotskismo ortodoxo" do "revisionismo liquidador".

Como sublinha a intervenção do representante do Secretariado Unificado, a questão da América Central, pretexto para esta nova cisão, não tinha ainda sido abordada no quinto dia da conferência. Os documentos preparatórios caracterizavam, porém, o apoio das secções da IV Internacional à revolução centro-americana como "a pior traição na história do trotskismo", comparável à do falhanço da III Internacional na revolução chinesa de 1927, da derrota alemã de 1933 ou da guerra civil espanhola. Encontramos aqui um traço típico da seita incapaz de se içar à altura dos acontecimentos e reduzindo o mundo à sua própria escala minúscula. As tragédias do passado são então repetidas em farsas grotescas onde bonsais ridículos fingem ter o papel de gigantes de antigamente. Apesar do grotesco deste teatro de sombras, verifica-se uma constante na história das organizações trotskistas: por ridículos que sejam, os seus conflitos e as suas separações, fazem eco dos grandes acontecimentos que determinam o sentido de uma época.

Capítulo VIII

MUDANÇA DE ÉPOCA

No início dos anos 1980, a contra-ofensiva liberal, a nova corrida ao armamento iniciada pela administração Reagan, a guerra americana de “baixa intensidade” na América Central, a expedição britânica nas Malvinas (antecipando as novas intervenções imperiais), marcaram uma mudança radical relativamente à década precedente. A União Soviética enredava-se na estagnação brejneviana. O movimento operário internacional estava limitado à defensiva sob quase todas as frentes. Este recuo saldava-se por derrotas sociais severas, como a da greve dos mineiros britânicos em 1984, a derrota das mobilizações em defesa da escala móvel de salários, em Itália em 1985, as derrotas sindicais nos Estados Unidos e no Japão. Em França, a “viragem do rigor” selava a conversão do Partido Socialista ao social-liberalismo.

Nesse contexto de reacção, sinais de renovação emergiam porém, nomeadamente no Brasil, com a formação em 1979 do Partido dos Trabalhadores, que se torna em dez anos uma das grandes forças políticas do país, ou na Coreia, com as lutas estudantis e a formação de novos sindicatos. Em contrapartida, a revolução nicaraguense, que encarnava a esperança de um relançamento revolucionário na América Latina, não consegue estender-se a El Salvador ou à Guatemala, contida por uma estratégia contra-insurreccional assistida por conselheiros israelitas ou taiwaneses e pela guerra dita de “baixa intensidade” levada a cabo pelos Estados Unidos. No Cone Sul, a saída das ditaduras foi relativamente bem controlada pelas classes dominantes no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, onde o movimento social penava para se restabelecer dos golpes sofridos sob a bota militar. A última grande greve dos mineiros bolivianos, em 1985, marca o fim do ciclo iniciado nesse país pela revolução de 1952. Altamente simbólica, a vitória fraudulenta de Salinas de Gortari contra Cuahautemoc Cardenas nas eleições mexicanas de 1988 abria o processo de desmantelamento do Estado social popu-

lista e inaugurava as grandes reformas neo-liberais: privatizações, contra-reforma agrária, adesão ao tratado de livre comércio com os Estados Unidos.

Na IV Internacional, uma direcção colectiva rejuvenescida e fortemente internacionalizada (reunindo americanos, mexicanos, espanhóis, suecos, japoneses, belgas, italianos, suíços, australianos, britânicos, franceses) impulsiona no início dos anos 80 uma política dinâmica concretizada pela criação de uma escola internacional permanente de quadros, uma renovação da imprensa, um apoio à criação de organizações de juventude, a criação de coordenações continentais. Contudo, as divergências reactivadas pela revolução na América Central revelavam um sufoco.

Saído da Conferência Mundial aberta de Dezembro de 1980, o Comité Internacional tem uma existência efémera de alguns meses. A sua unidade negativa – contra os "liquidadores" do Secretariado Unificado – carecia de fundamentos sólidos. Fiel a um pragmatismo manobrerístico, Lambert não se aventura muito sobre as questões de fundo, já que a revolução nicaraguense reavivava os velhos debates surgidos a propósito da caracterização das revoluções chinesa, jugoslava ou cubana. Moreno resolve a dificuldade, afirmando que a revolução de Outubro foi a única revolução social autêntica e que o pós-guerra não tinha assistido senão a "revoluções de Fevereiro" sem verdadeira auto-organização de massa; estas revoluções eram, porém, "categoricamente socialistas", na medida em que tinham desmantelado o aparelho de Estado existente. Estas contorções teóricas encontraram a sua expressão sistemática num livro de Moreno, assinado Dariush Karim, sobre a ditadura do proletariado, distinguindo uma etapa de confronto com o imperialismo de uma etapa de construção do socialismo propriamente dito. Esta visão sacrificava os princípios da democracia socialista ao realismo e conduzia a relativizar a luta contra a burocracia durante a etapa anti-imperialista.

Por detrás da unidade de fachada do XI Congresso contra a cisão orquestrada por Moreno e Lambert, existem fissuras no seio da maioria internacional. Sobre as questões controversas da unidade do movimento trotskista e da "viragem para a indústria" mas também sobre as questões não-resolvidas reanimadas pelos desenvolvimentos na América Central e na Polónia. A dificuldade estava, de novo, no desajuste entre o acto revolucionário de conquista do poder e a transformação das relações de produção. Nos últimos dias de 1979, surgem novas divergências com a entrada das tropas soviéticas no Afeganistão, sob pretexto de defender o regime laico contra a reacção tribal e religiosa apoiada pela ditadura paquistanesa. O SWP norte-americano, confrontado com o clima de Guerra Fria da era Reagan, apoia a intervenção soviética. Mais prudente, a maioria do Secretariado Unificado condenava a intervenção como obediente, antes de mais, aos interesses geo-estratégicos da burocracia mas não exigia a retirada das tropas soviéticas, já que a internacionalização do conflito opunha os progressistas laicos apoiados pela União Soviética à reacção religiosa apoiada e armada pelos Estados Unidos. A posição mais correcta foi defendida por uma minoria (Tariq Ali, Gilbert Achcar, Michel Lequenne), considerando que a intervenção soviética não podia senão obscurecer o sentido da luta anti-imperialista e beneficiar as forças nacionalistas e religiosas mais reaccionárias. Ela exigia a retirada imediata das tropas soviéticas e o apoio aos elementos mais progressistas da resistência afegã. Em 1982, a Internacional adoptava um documento autocrítico nesse sentido. Este passo em falso ilustrava a dificuldade de orientação nos novos conflitos armados, como os das Malvinas ou da guerra entre o Irão e o Iraque, pondo em evidência as dinâmicas centrífugas da nova situação internacional.

No início dos anos 1980, acontecimentos como a luta anti-burocrática do *Solidarnosc* (*Solidariedade*) na Polónia e o desenvolvimento

da revolução na América Central pareciam propícios a pensar a situação mundial segundo as características actualizadas da revolução política e da revolução permanente. Foi esse o desfecho do debate preparatório do XII Congresso Mundial de 1985. O SWP norte-americano e o SWP australiano acentuam a sua aproximação com a direcção castrista, assumindo o preço de uma revisão da sua ortodoxia tradicional. Num artigo de 1983, intitulado: "*O Trotsky deles e o nosso*", o principal dirigente da secção americana após o desaparecimento da velha guarda, Jack Barnes, coloca os pontos nos *i*: "A mudança que proponho é uma das mais importantes no nosso movimento desde a sua fundação." As teses da revolução permanente teriam constituído "um obstáculo para retomar Marx, Lenine e os primeiros congressos da Internacional Comunista". A recaída de Trotsky nos seus pecados esquerdistas de juventude teria cortado a IV Internacional do movimento histórico real. A reivindicação selectiva de um trotskismo amputado da sua luta contra o estalinismo permitia assim apagar a revolução anti-burocrática e voltar sub-repticiamente a uma linha de reconfiguração do campo socialista. Silenciar o apoio ao levantamento polaco, a pretexto de que ele arriscava enfraquecer o campo socialista no momento em que Reagan se empenhava numa nova Guerra Fria, confirmava-o. O artigo de Barnes insistia unilateralmente sobre o facto de a defesa do Estado Operário Soviético "se ter revelado vital para a extensão da revolução socialista mundial", omitindo de passagem o preço da sua política para os povos coloniais e para os trabalhadores da Europa ocidental e silenciando as tragédias grega, espanhola, indonésia, chilena, ou o preço pago pelos chineses, os cubanos e os vietnamitas pela ajuda condicional do "grande irmão soviético".

Esta deriva da parte de militantes que se tinham sempre reivindicado depositários da ortodoxia traduzia uma desmoralização e uma renúncia ao papel central da luta de classes, substituída pela

luta entre Estados e campos. Ela parecia tanto mais injustificada quanto, desde a conferência da OLAS, as experiências na América Latina e noutras regiões tinham levado a um regresso crítico às estratégias etapistas da época estalinista e conduzido a descobrir no peruano José Carlos Mariatéguy, no cubano António Mella, no salvadorenho Farabundo Marti, nos nicaraguenses Augusto César Sandino e Carlos Fonseca Amador, uma outra filiação histórica. Paralelamente, as reivindicações do movimento polaco e do Congresso do Solidarnosc em 1980, resumidas pela palavra de ordem: "Entreguem-nos as nossas fábricas!", surgiam como uma defesa e ilustração da revolução política.

Mais preocupados com uma inserção real na acção política do seu país e não tendo de gerir a mesma herança política que os dirigentes americanos, os delegados australianos explicam com franqueza na tribuna do XIII Congresso que a revolução permanente era "um fetiche inútil", responsável pela degenerescência sectária da Internacional e do "subestimar do lugar da revolução política contra as castas no poder nos estados socialistas burocráticos". Na sua franqueza, os australianos chegavam ao ponto de justificar a repressão estalinista contra os trotskistas no Vietname, limitando-se a fazer eco de uma autocrítica tardia do Partido Comunista vietnamita que considerava a violência (anti-trotskista) "excessiva relativamente à situação"!

Os documentos maioritários do Congresso sublinhavam que a crise de direcção revolucionária internacional já não pode ser colocada nos termos dos anos 30. Já não se trata de fornecer uma direcção de mudança a um movimento operário internacional formado numa cultura revolucionária no seguimento da revolução russa. A água tinha passado sob as pontes. A tradição tinha sido destruída pela longa noite estalinista e pela adesão assumida da social-democracia à ordem capitalista. Uma renovação sindical e

política do movimento operário à escala planetária estava a partir de agora na ordem do dia. Tratava-se então de ligar-se ao processo desigual e prolongado de uma reconstrução de longo fôlego. A IV Internacional podia ter aí um papel insubstituível, com a condição de não se tomar por um "partido mundial" imaginário: "Na ausência de acontecimentos de dimensão mundial susceptíveis de mudar radicalmente as relações entre as classes e de determinar um realinhamento geral das forças, a recomposição do movimento operário internacional será lenta, desigual e profundamente diferenciada. O momento não é de proclamação abstracta de uma Internacional de massas, nem de procura de quaisquer atalhos para esta via. Não estamos senão no início de transformações profundas que devemos abordar combinando a construção da Internacional e a colaboração com as vanguardas emergentes nos diferentes continentes." Sem fazer tábua rasa do passado, esta abertura implicava não vender a herança programática, quer se trate da luta contra o totalitarismo burocrático ou da lógica de revolução permanente.

Os grandes acontecimentos anunciados não tardaram a produzir-se, com o derrube dos regimes burocráticos em 1989, a reunificação alemã, e a desintegração da União Soviética em 1991. Concluía-se assim aquele a que os historiadores chamam "o curto século XX", da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa ao afundamento do totalitarismo burocrático. Longe de fundar uma nova esperança e um novo projecto, estes eventos participavam da destruição criativa, do trabalho necessário do negativo e da decomposição mais do que da recomposição.

Após esta viragem de 1989-91, a dinâmica da restauração capitalista chegava ao Leste, sem grandes mobilizações populares em defesa dos Estados supostamente operários, sem sinais de revolução política autogestionária, sem sequer o aparecimento de correntes significativas de um renascer revolucionário. Ao mesmo tempo, o

Partido dos Trabalhadores brasileiro perdia por pouco a eleição presidencial de 1989, os sandinistas perdiam as eleições de 1990 na Nicarágua, as guerrilhas salvadorenhas, após várias tentativas insurreccionais, depõem as armas. Em Cuba, o julgamento e a execução, em 1989, do general Ricardo Ochoa, num processo digno dos de Moscovo, revelava o grau de decomposição burocrática de um regime cada vez mais *caudillístico*.

Para uma pequena minoria da Internacional, pelo contrário, a queda do despotismo estalinista e a boa nova trazida pelos ventos de Leste deviam ser celebradas com grande reforço de champanhe. A maioria da Internacional reagia, porém, à maneira espinoziana: sem rir nem chorar, tentando compreender. Não havia nada a lamentar, bem pelo contrário, na queda de regimes cuja função, a partir dos anos 1930, tinha sido a de preservar uma ordem mundial negociada com as potências imperialistas e de sufocar o movimento operário dos seus próprios países. O seu afundamento era o epílogo de uma contra-revolução burocrática há muito consumada. Mas, no contexto dos anos 1980, a sua queda não beneficiava os povos, mas sim os dominantes, os abastados, e os burocratas reciclados em capitalistas mafiosos. Champanhe? Seja, mas seguido de uma forte dose de *Alka Seltzer*. As ditaduras burocráticas tinham certamente caído sob a pressão de movimentos populares e de revoluções de veludo na Alemanha do Leste, na Checoslováquia, na Polónia, na Roménia, mas também sob a pressão do mercado mundial e da corrida aos armamentos imposta pelo imperialismo. A repressão burocrática com mais de meio século tinha despedaçado as tradições políticas, atomizado o proletariado, destruído o espaço público e pulverizado a sociedade civil desses países. Se as aspirações à reforma ou à revolução política se tinham manifestado bem nos levantamentos de 1956 na Hungria e na Polónia, e na Primavera checoslovaca de 1968, nas lutas operárias de 1976 e de 1980 na Polónia, o apareci-

mento do *Solidarnosc* marcava o fim de um ciclo antigo mais do que o início de um novo. Longe das promessas Khrushchovianas de alcançar/ultrapassar o capitalismo, a União Soviética afundava-se na estagnação desde o meio dos anos 70. O seu regime soçobrava na senilidade, a esperança de vida começava a regredir, a economia sufocava sob os controles e os desperdícios de uma burocracia petrificada. Contrariamente ao que se tinha passado nos anos 1960, o movimento operário dos países ocidentais, encostado à defensiva pelas reformas liberais, era incapaz de exercer a menor atracção sobre os movimentos de protesto no Leste. Enquanto os trabalhadores russos, polacos ou alemães sonhavam com um nível de vida à sueca, a lei implacável do desenvolvimento desigual e combinado condenava-os, porém, a uma inserção subalterna no mercado mundial, a uma degradação massiva das suas condições de existência e a uma instabilidade política, entre democratização mutilada e tentações autoritárias, mais próximas dos países do Terceiro Mundo do que das "democracias ocidentais".

Estas mudanças radicais recolocavam em questão a razão de ser das organizações que se reclamam do trotskismo. À sua maneira, os dirigentes do SWP americano, os primeiros na interpretação dos acontecimentos da Europa do Leste, tinham respondido ao deixar a Internacional em bicos de pés numa perspectiva de "fusão com a corrente castrista". O SWP australiano tinha-o precedido nessa via, esforçando-se por se ligar às novas formas de radicalização, nomeadamente na Ásia e na Oceania. Inversamente, uma minoria da secção francesa pretendia ver na queda das direcções burocráticas o anúncio de uma revolução política iminente. O relatório maioritário do XIII Congresso Mundial, reunido em Janeiro de 1991, em vésperas da Guerra do Golfo e da implosão da União Soviética, sublinhava a contradição entre esta euforia e o facto do trotskismo ortodoxo, do qual esta corrente se queria campeã, estar, segundo

juízo próprio, cercado e encurralado em alguns lugares santos residuais, Paris ou São Francisco. Se a situação era tão boa como eles pretendiam, porque é que estavam eles mesmos reduzidos a uma ínfima minoria em organizações já de si minoritárias? Esta contradição não era muito sustentável. Esta minoria sofre a desilusão em cheio e não tarda, no essencial da sua componente francesa, a juntar-se ao Partido Socialista, sob impulsão de Gérard Filoche e de Daniel Assouline. Ela confirmava assim a lei segundo a qual a ortodoxia mais ostensiva prepara por vezes as capitulações mais espectaculares. Ela segue nessa via, com um tempo de atraso, o movimento de transferência para o Partido Socialista no qual se tinham empenhado, no início dos anos 1980, Julien Dray, Henri Weber, Harlem Désir, Pierre Moscovici (provenientes da LCR), Jean-Luc Mélanchon, Jean-Christophe Cambadélis e mais de 400 militantes (provenientes da OCI lambertista). Esta adesão exprimia a aspiração de uma geração ao realismo gestionário e ao exercício do poder, na qual Mitterrand soube perfeitamente apostar com o apadrinhamento paternalista do SOS Racismo. Este retorno à velha casa, de que Léon Blum se tinha declarado guardião no congresso de Tours, era também um adeus ao proletariado e às ilusões líricas do pós-1968. A mudança silenciosa de Lionel Jospin resume esta reconversão.

FIM OU CONTINUAÇÃO

Um ciclo do movimento operário concluiu-se com "o curto século XX". Um novo capítulo está apenas agora no começo. A sequência em que se inscreve a história dos trotskismos conclui-se com a do estalinismo, contra o qual eles foram os primeiros combatentes, em nome do marxismo revolucionário? Certas correntes saídas deste combate saberão reinvestir a sua experiência e a sua memória numa situação nova cujos contornos ainda apenas emergem? Saberão elas mobilizar a sua experiência para enriquecer os movimentos sociais emergentes? Saberão constituir um traço de união entre "já não" e "ainda não"? A resposta não é dada antecipadamente. Ela depende da luta.

Dos diferentes ramos saídos do tronco original, a IV Internacional e a corrente *Socialismo Internacional* (desenvolvida a partir do SWP britânico) são as mais importantes, pela sua presença em certos países-chave e pela sua realidade internacional efectiva. Os seus grupos e secções estão frequentemente muito activos no movimento internacional contra a mundialização capitalista e contra as guerras imperialistas, bem como no renovar dos movimentos sociais. Estão frequentemente empenhadas em recomposições à escala nacional com correntes saídas do movimento comunista, da ecologia radical e do feminismo revolucionário. Enfraquecidas, as tendências morenistas ou lambertistas encontram-se frequentemente reduzidas a uma influência nacional ou regional. A corrente saída do *Militant* britânico desfez-se. A *Lutte Ouvrière,* cuja candidata Arlette Laguiller recolheu mais de 5% de votos na eleição presidencial de 1995, e que chega a ultrapassar o candidato do Partido Comunista nas sondagens, constitui um fenómeno específico da França, onde a extrema-esquerda de tronco trotskista no seu conjunto oscila, segundo o tipo de escrutínio, entre 5,5% e 12% (em certos municípios).

A entrada no novo século sem negação nem sectarismo não se fará sem um esforço de actualização teórica e prática, nem de re-

colocação em causa de uma visão da história ligada ao vocabulário teratológico da "degenerescência" e outras "monstruosidades", pressupondo uma norma e um sentido único do progresso histórico.

Este ensaio detém-se às portas do século XXI. O andamento do mundo, esse, não pára. A época é mais convulsiva e violenta do que nunca. Já não se trata de uma crise de crescimento mas de uma crise crepuscular de civilização. As relações sociais dos seres humanos entre eles e as suas relações com as condições naturais de reprodução da espécie não podem ser reduzidas às arbitragens de vista curta dos mercados e à miséria generalizada do critério lucro. Clamando que "o mundo não está à venda", os manifestantes contra a mundialização imperial de Seattle, de Génova, mas também de Porto Alegre (cidade-símbolo na qual a esquerda trotskista do Partido dos Trabalhadores desempenhou nos últimos vinte anos um papel determinante), colocam a questão de saber em que espécie de humanidade queremos tornar-nos, e em que mundo queremos viver. Se o mundo não é uma mercadoria, que deverá então ser e que queremos nós fazer por isso?

O afundar do "socialismo realmente existente" libertou uma nova geração de anti-modelos que envenenam o imaginário e comprometem a própria ideia do comunismo. Mas, a alternativa à barbárie do Capital não se desenhará sem um balanço sério do século que se concluiu. Nesse sentido, pelo menos, um certo trotskismo, ou um certo espírito dos trotskismos, não está ultrapassado. A sua herança sem manual de instruções é, sem dúvida, insuficiente, mas não menos necessária para desfazer a amálgama entre estalinismo e comunismo, libertar os vivos do peso dos mortos, e virar a página das desilusões.

Bibliografia

David Alexander, *Trotskysm in Latin America,* Stanford, 1973.

Barta (David Korner), *La lutte de classe*, recolha de artigos de 15/8/1942 a 11/7/1945, Paris, La Brèche, 1992.

Daniel Bensaïd, *Les anées de formation de la IV Internationale*, Cahiers d'études et de recherche nº 9, IIRE, Amsterdão, 1988.

— Intervenção em nome do SU na Conferência mundial aberta de Dezembro de 1980, brochura suplemento da revista *Inprecor*.

Sam Bornstein/Al Richardson, *War and The International, A History of the Trotskyist Movement in Britain 1937-1949,* Londres, Socialist Platform, 1986.

George Breitman, *The Rocky Road to the Fourth International,* Nova Iorque, Pathfinder, 1979.

George Breitman, Paul Leblanc, Alan Wald, *Trotskyists in United States,* Nova Jérsei, Humanities Press, 1996.

Pierre Broué, *Trotsky*, Paris, Fayard, 1988.

—*L'Internationale comuniste*, Paris, Fayard, 1997.

Pierre Broué, Alain Dugrand e Raymond Vacheron, *Meurtres au maquis,* Paris, Grasset, 1998.

Cahiers Léon Trotsky, editados pelo Institut Léon-Trotsky.

Alex Calinnicos, *Trotskyism,* Open University Press, 1990.

André Calvez, *Sans bottes ni médailles,* Paris, La Brèche, 1984.

Phillipe Campinchi, *Les lambertistes, un courant trotskyste français*, Paris, Balland, 2000.

J.P. Cannon, *History of American Trotskyism,* Nova Iorque, 1944.

Fernando Claudin, *La crise du mouvement communiste,* 2 t., Paris, Maspero, 1972.

Centro Studi Pietro Tresso, CP 154, Florença, Itália.

CERMTRI (Centre d'études et de recherches sur les mouvements trotskystes internationaux), *Documents et études,* 28, rue deds Petites-Écuries, 75010 Paris.

Cornélius Castoriadis, *La Société bureaucratique*, Paris, UGE, 1973.

Osvaldo Coggiola, *Le mouvement trotskyste en Argentine*, EHESS, 1983.

Tony Cliff, *State Capitalism in Russia*, Londres, Bookmarks, 1988.

— *Trotskyism after Trotsky*, Londres, Bookmark Publications, 1999.

— *et al., The Fourth International, Stalinism and the Origins of the International Socialists*, Londres, Pluto, 1971.

Yvan Craipeau, *Le mouvement trotskyste en France*, Paris, Syros, 1972.

Les Congrés de la Quatrième Internationale, 1930-1952, 4 t. apresentados por Rodolphe Prager, Paris, La Brèche, 1978-1989.

Isaac Deutscher, *Trotsky*, 4t., paris, Juliard, 1965.

Dissidences, Bulletin de liaison des études sur les mouvements révolutionaires, www.dissidences.net

Índice

DANIEL BENSAÏD
Professor de Filosofia na Universidade de Paris VIII Saint-Denis, membro da direcção da Liga Comunista Revolucionária desde a sua criação, dirigente da IV Internacional.

Opondo-se a Estaline desde os anos 20, Léon Trotsky, teórico marxista e chefe do Exército Vermelho, tentou perpetuar o sopro da revolução socialista internacional. Exilado, e depois assassinado em 1940, legou uma herança disputada por distintas correntes que se reclamam do seu combate. É preferível, para retratar a história deste movimento multiforme, falar hoje de trotskismos no plural.

Das controvérsias teóricas aos factos históricos, passando pela dupla repressão fascista e estalinista, a política singular do "entrismo" e o esforço de orientação no labirinto de uma história mais sinuosa do que previsto, é aqui retratada a aventura daqueles e daquelas que procuraram com paixão salvar a honra do comunismo revolucionário.

WWW.COMBATE.INFO